

FTCR

Faculdade de Teologia e Ciências Religiosas

T *Cadernos*
de
TEOLOGIA



PUC
CAMPINAS
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

MANTENEDORA

Sociedade Campineira de Educação e Instrução

GRÃ-CHANCELARIA

Dom Gilberto Pereira Lopes

REITORIA

Prof. Pe. José Benedito de Almeida David

VICE-REITORIA

Prof. Pe. Wilson Denadai

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

Prof. Jamil Cury Sawaya

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO

Profa. Vera Sílvia Marão Beraquet

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS

Profa. Carmen Cecília de Campos Lavras

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Prof. Antonio Sergio Cella

DIRETORIA DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Prof. Pe. Paulo Sérgio Lopes Gonçalves

DIRETORIA-ADJUNTA DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Profa. Maria Salete Zulske Trujillo

DIRETORIA DA FACULDADE DE TEOLOGIA E CIÊNCIAS RELIGIOSAS

Prof. Pe. Elisiário Cesar Cabral

DIRETORIA ASSOCIADA DA FACULDADE DE TEOLOGIA E CIÊNCIAS RELIGIOSAS

Profa. Silvana Suaiden

CADERNOS

DE

TEOLOGIA



SUMÁRIO

Editorial 5

ARTIGOS

Oriente Médio: Geopolítica, Terrorismo e Guerra 7
Ruy Rodrigues Machado

A Pesquisa na Universidade Católica 31
Paulo Sérgio Lopes Gonçalves

Teologia do Episcopado 57
Pedro Carlos Cipolini

Pastoral da Família e AIDS. Comunicação, Saúde e Conscientiza-
ção 69
José Antonio Trasferetti

Estudo Exegético de Jeremias 5, 1-9 - Um Esboço 105
Cássio Murilo Dias da Silva

A Universidade Solidária e a Teologia 119
Sandro de Souza Portela

RESENHAS

GNILKA, Joachim, Jesus de Nazaré: mensagem e história, tradu-
zido do alemão por Carlos Almeida Pereira, Petrópolis, Vozes,
2000, 312 pp. 133
Rodrigo Catini Flaibam

MOLTMANN, Jürgen, Trindade e Reino de Deus: uma contribuição para a teologia, traduzido do alemão por Ivo Martinazzo, Petrópolis, Vozes, 2000, 224 pp. 143

Rodrigo Catini Flaibam

BARREIRO, Álvaro, igreja, Povo Santo e Pecador: estudo sobre a dimensão eclesial da fé cristã, a santidade e o pecado na Igreja, a crítica e a fidelidade à Igreja, Loyola, 2001², 228 pp. 147

Alexandrer Luiz Dezotti

EDITORIAL

Em um jornal online vejo uma foto de Yasser Arafat, Presidente da Autoridade Nacional Palestina. Cercado pelo exército israelense, acurado nas ruínas de seu edifício administrativo em Ramallah, iluminado apenas pela chama de uma vela, no rosto uma imensa tristeza. Para mim, o símbolo da tristeza do povo palestino, cansado de guerra, vítima do expansionismo israelense, extensão dos interesses do grande império norte-americano, com seu poderoso armamento ameaçando a humanidade.

A guerra ao terrorismo, a definição arbitrária de quem é terrorista ou não, o conceito de guerra preventiva elaborado no coração do império único, gerando intervencionismo indiscriminado, o mercado neoliberal e os interesses dos mercadores de armas, o controle do gás natural, do petróleo e da água potável, a impotência da ONU, pacto de uma ordem vencida: como diz um amigo, em tom de brincadeira, neste "resto de milênio", pouco se pode fazer para salvar o planeta e a vida que nele existe.

Apesar do cenário se apresentar cada vez mais catastrófico, conhecer as causas históricas do crítico momento no qual estamos vivendo é um passo importante para se fazer algo neste começo de milênio. Uma consciência esclarecida reage, luta, não apenas lamenta. Recria a utopia, faz renascer, juntas, indignação e alegria no rosto de um povo abatido. E é isto que faz o professor de História Ruy Rodrigues Machado no **primeiro artigo** deste número dos **Cadernos de Teologia**, sob o título de *Oriente Médio: Geopolítica, Terrorismo e Guerra*. Apresentado aos professores da FTCT e retomado como aula inaugural no começo de 2002, este texto é de leitura obrigatória para todos os que desejam conhecer as raízes do conflito no Oriente Médio, e, conhecendo, lutar para sua superação.

Lutando em outro campo, diferente do anterior, mas também necessário, está o professor de Teologia Sistemática Paulo Sérgio Lopes Gonçalves que, no **segundo artigo**, trabalha a pertinência, a relevância, as possibilidades de realização e o percurso teórico-prático

da *Pesquisa na Universidade Católica*. Reflexão importante, especialmente no momento em que a PUC-Campinas passa por significativa reestruturação.

Nosso colega, professor de Moral, Sérgio da Rocha, foi nomeado bispo auxiliar de Fortaleza. Em homenagem da FTCTC a Dom Sérgio da Rocha, o professor de Ecclesiologia Pedro Carlos Cipolini faz oportuna reflexão, no **terceiro artigo**, sobre a *Teologia do Episcopado*, abordando, de modo esclarecedor, a concepção de bispo que a Fé e a Tradição da Igreja nos legaram.

No **quarto artigo**, o professor de Moral, José Antonio Trasferetti reflete sobre o tema da AIDS, que apresenta um quadro não muito positivo. Trasferetti se propõe identificar a contribuição na orientação sobre a AIDS na Pastoral da Família da Igreja Católica, diante de novos quadros da doença, pois os novos dados do Ministério da Saúde apontam para a "pauperização e interiorização da epidemia atingindo populações cada vez mais distantes da informação e desprovidos de proeminência social", além do alto crescimento em casais heterossexuais, principalmente, nas mulheres.

Cássio Murilo Dias da Silva, ex-professor de S. Escritura na FTCTC e Professor na Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, está em Roma, no Pontifício Instituto Bíblico, trabalhando sua tese de doutorado em Ciências Bíblicas. Seu tema: *A Vingança e a Ira de YHWH em Jeremias*. Uma prévia do que está por vir é que ele nos oferece no **quinto artigo**.

O acadêmico Sandro de Souza Portela, do 4º ano de Teologia, esteve em Nova Ibiá, Bahia, participando do projeto Universidade Solidária. Sua experiência nesta pequena cidade e sua avaliação do projeto UniSol estão no **sexto artigo**.

Três resenhas completam este número dos **Cadernos de Teologia**: Rodrigo Catini Flaibam do 4º ano de Teologia nos apresenta os livros de Joachim Gnilka, *Jesus de Nazaré: mensagem e história* e de Jürgen Moltmann, *Trindade e Reino de Deus: uma contribuição para a teologia*, ambos traduzidos do alemão e publicados pela Vozes em 2000. E Alexander Luiz Dezotti, também do 4º ano de Teologia, nos introduz na leitura do livro de Álvaro Barreiro, *Igreja, Povo Santo e Pecador: estudo sobre a dimensão eclesial da fé cristã, a santidade e o pecado na Igreja, a crítica e a fidelidade à Igreja*.

A Redação

e-mail: airtonjo@netsite.com.br

ARTIGOS

ORIENTE MÉDIO: GEOPOLÍTICA, TERRORISMO E GUERRA

Ruy Rodrigues MACHADO

*"O melhor dos homens é aquele que
não gosta do poder"*
(Maomé)

INTRODUÇÃO

O ano de 2001 revelou para a história acontecimentos extraordinários, que de forma indelével marcaram o início do século XXI, como os atentados ao World Trade Center e ao Pentágono, ícones do Império Norte-Americano. As imagens velozes estonteantes da CNN, registraram o dia 11 de setembro como um momento de destruição e perplexidade. Desde a II Guerra Mundial os EUA não sofrem um ataque externo. O último ocorreu quando aviões da marinha japonesa destruíram a Base de Pearl Harbor no Havaí, em 7 de dezembro de 1941.

Os atentados surpreenderam e humilharam a maior potência do mundo, não obstante o seu poderio tecnológico-militar e financeiro. Os EUA estavam vulneráveis. Destruía-se o mito da fortaleza inexpugnável e o desnorteamento revelava-se na afirmação do General Julius Becton: "Estamos em guerra, mas ainda não sabemos quem é exatamente o inimigo".

O Presidente George W. Bush adotou, ao assumir o Governo, um isolacionismo político nas relações externas: desprezou os aliados, não assinou o Protocolo de Kyoto e retirou-se da Conferência de Durban. Esta prepotência imperial veio abaixo no dia 11 de setembro,

pois Washington necessitava de uma ampla cooperação internacional para combater o terrorismo, eleito como inimigo global. Desta forma, redirecionou-se a política externa.

Articulou-se uma aliança com a presença da OTAN, Rússia, Países Árabes e o Paquistão Muçulmano do General Musharraf a qual se livrou de sanções impostas devido a um Golpe de Estado. Organizou-se a Doutrina Bush com a prioridade fundamental de combate ao terrorismo e prevaleceu a tese do Secretário do Estado Colin Powell de que o jogo político precede a ação militar.

Os EUA e as potências capitalistas desencadearam a Guerra do Afeganistão com um duplo propósito: destruir o Taleban e Al Qaeda e garantir o acesso às reservas de petróleo e gás natural da Ásia Central, as quais podem ser ligadas ao porto paquistanês de Karachi, por oleoduto através do território afegão.

Os pronunciamentos do governo norte-americano responsabilizando terroristas muçulmanos pelos atentados contra os EUA, colocaram mais uma vez o "mundo" islâmico e o Oriente Médio como eixos da política contemporânea e colocaram no centro das discussões o Islã, religião que possui mais de um bilhão de fiéis.

O Oriente Médio se apresenta como um conjunto geopolítico com uma população de mais de 200 milhões de pessoas e território superior a 7 milhões de km², onde se localizam os países: Afeganistão, Arábia Saudita, Barein, Catar, Egito, Emirados Árabes Unidos, Iêmen, Irã, Iraque, Israel, Jordânia, Kuwait, Líbano, Omã, Síria, Turquia, Territórios da A.N.P.

1. EVOLUÇÃO HISTÓRICA

A História do Oriente Médio foi marcada por civilizações e impérios atormentados por várias dominações, entre elas a romana na Antigüidade, cujas legiões se abateram sobre a região como nuvens de gafanhotos famintos.

Desenvolveu-se no século VII, nas terras da Arábia, uma nova religião: o Islã, portador de uma grande novidade. O fundador foi um árabe de Meca, Muhamad Ibn Abballah ou Maomé que viveu entre

570 a 632. Pertencia à família Haslim, da tribo dos Coraixitas, uma espécie de aristocracia governante da cidade. Segundo a tradição muçulmana, no ano 610 do Ramadã, Maomé dormia em uma caverna do Monte Hira, quando foi visitado pelo anjo Gabriel que lhe disse: "Recita". Diante da indagação de Maomé o que recitar, o anjo respondeu: "Recita em nome de teu Senhor que criou, criou o homem de sangue coagulado. Recita. E o teu Senhor é o mais generoso, que ensinou com a pena, ensinou ao homem o que não sabia"¹. Esses são os primeiros versículos da Sura "O Coágulo" do Alcorão ou Corão, ele significa "a leitura e recitação". O livro foi redigido após a morte de Maomé no tempo do Califa Abubakr através de Zaid Ibn Thabet e o texto final com as 114 Suras pertence à época do Califa Osman.

Muhamad tornou-se o Profeta de Alá, converteu sua família, pregou às populações mais simples de Meca. O início do Islã, isto é, "a rendição ou submissão a Deus", ameaçou a Tribo dos Coraixitas. Estes detinham o poder político-religioso e eram os guardiões da Caaba, templo que abrigava os ídolos do Panteão Árabe e uma pedra sagrada.

Os coraixitas temiam a abolição do culto aos ídolos pela nova fé monoteísta que provocaria a decadência econômica da cidade.

Estabeleceu-se o confronto e a perseguição dos muçulmanos, hoje compreendida sem muita severidade, mas provocadores da Hégira em 622. Não se tratou de uma fuga precipitada, mas sim de um processo migratório, um êxodo da UMMA ou comunidade religiosa-política fundada pelo Profeta.

O evento demonstrou a primeira condenação à Jahilyya ou barbárie, uma ruptura com a idolatria que profanava a Cidade Santa, os ídolos, instrumentos que propiciavam a acumulação de riquezas pelos coraixitas, provocando a dissolução dos laços tribais e acirramento da exploração dos mais fracos.

Assim, existe algo de inovador no Islã, que foi a inauguração de uma prática religiosa-política de humildade e fraternidade no tratamento dispensado aos pobres, chamados de irmãos. A concepção de justiça e partilha balizam a ética da nova religião.

⁽¹⁾ CHALLITA, M., *O Alcorão*, p. 347.

Se a Hégira tem um sentido de êxodo, é inerente à UMMA o desejo de retorno a Meca com o projeto da destruição da Jahilyya e a restauração da Caaba como a Casa de Alá.

Comunidade e Profeta se instalaram na cidade de Yatrib e aproveitaram-se de um quadro conflituoso entre Árabes e Judeus para assumirem o poder. E a cidade como expressão da nova liderança, foi chamada Al-Madina ou Medina, a cidade do Profeta e mais tarde elevada a Santuário do Islamismo.

Em 630 concretiza-se o ideal da volta a Meca e afirma-se a tradição de que Maomé destruiu os ídolos da Caaba e preservou a Pedra Sagrada. Afinal a Pedra é um forte símbolo para os povos do Oriente, é associada à sabedoria nos textos bíblicos. Moisés vagando pelo deserto fez brotar água da pedra, e na crença maometana a Pedra Sagrada da Caaba é denominada a "mão direita de Alá". Por isso, na Intifada, atirar pedras nos soldados israelenses significa também punir o invasor da terra palestina.

Maomé fez sua última peregrinação ou Hajj a Meca em 632 e conferiu à viagem uma densidade sagrada, incorporada como um preceito ao crente.

O Islã é uma religião monoteísta, abraâmica onde o adepto deve realizar as seguintes obrigações:

- Profissão de fé: "Há um só Deus Alá e Maomé é seu profeta"
- Salat: Oração ritual proferida cinco vezes ao dia
- Zakat: Esmola com sentido de doação e purificação
- Sawn: Jejum observado no mês do Ramadã
- Hajj: Peregrinação a Meca que tem o sentido de buscar a fonte da fé e o reconhecimento da universalidade do Islã.

O Islamismo prima pela ausência de mistérios na sua fundação e facilita o seu conhecimento à disponibilidade de informações contidas na Sira ou biografia, na tradição ou Hadith.

O sucessor de Maomé foi Abu Bakr, com o título de *Khalifa*, expressão de "sucessor" e representante do Profeta de Alá. Funda-

va-se a Arábia Islâmica sob a égide da teocracia, razão pela qual os primeiros califas foram chamados de piedosos: Abu Bakr, Omar, Otman, Ali Talib.

Religião, política e economia definiram a expansão Árabe Muçulmana no século VII. As guerras da Ridda com o objetivo de estabelecer a hegemonia de Medina, foram explicadas como necessárias para eliminar a apostasia das Tribos.

Os “guerreiros de Alá” submeteram o Iêmen, Egito, Palestina, Síria, Iraque, África Mediterrânea, Península Ibérica, Sul da Itália etc. Define-se essa gigantesca conquista, a qual encurralava a cristandade, com a clássica expressão do Historiador Ibn Khaldun: “Os cristãos não conseguem que flutue no Mediterrâneo nem uma tábua”².

A expansão islâmica foi portadora da arabização e islamização, em que ocorreu fundação de califados como Cairo, Damasco, Bagdá, com Omíadas, Abássidas e Fatímidas. Da mesma forma cresciam as divergências político-teológicas com o Xiismo e Sunismo, marcas dos conflitos do “mundo muçulmano”. Finalmente, o império árabe muçulmano construiu um universo novo, no qual a religião oficial era o Islã e a língua o árabe, elo das múltiplas relações.

O século XI sinalizou a derrocada política-militar dos califados e o advento da população Turca proveniente das distantes estepes da Ásia. Os Turcos foram convertidos ao islamismo por missionários sunitas e chegaram ao califado de Bagdá através do recrutamento militar, como pastores, escravos etc. O destaque pertence à Horda de Seljuk, cujas tribos formaram a Confederação Seljúcida e conquistaram Bagdá, territórios bizantinos, Damasco e Jerusalém. A tomada dos lugares sagrados levou o Papa Urbano II a convocar a Primeira Cruzada em 1095.

O Império Turco Seljúcida encerrava a Era dos Califados e inaugurava a Era dos Sultanatos como: Pérsia, Ásia Menor, Síria, Egito. Tais reinos foram dominados no século XII pelos Canatos, criação da invasão mongol. O Oriente Médio desvelou-se como uma região de encruzilhadas e superposição de culturas onde se formavam pólos de

⁽²⁾ PIRENNE, H., *História Econômica e Social da Idade Média*, p. 8.

poder: A Pérsia, sob a tutela mongol, Ásia Menor local do futuro império otomano e Egito turco mameluco.

A Ásia Menor sob a influência mongol, sediou pequenos principados organizados em clãs e chefiados pelo Emir. Um destes Estados foi o Principado Turco Otomano, fundado por Osmã ou Otmã, chefe envolto em lendas. Os príncipes otomanos submeteram a Ásia Menor, muçulmanizaram os Bálcãs após a vitória da Batalha do Kosovo Polje em 1389. Desferiram um golpe mortal no império bizantino, quando o sultão Maomé II conquistou a Cidade de Constantinopla em 1453, data que até hoje indica nos manuais de História o fim da Idade Média. O expansionismo turco abarcou um grande território do Oriente Médio: seus exércitos de Ghazi ou combatentes da fé, dominaram a Síria, Palestina, Arábia e Egito formando o império otomano, o qual sobreviveu até a I Guerra Mundial. Ao chegar os tempos modernos a Europa reavivou seus interesses pelo Oriente Médio. A Revolução Industrial definiu o capitalismo e uma política imperialista norteou a expansão, com a formação de monopólios e a exploração. Esse processo devastador espalhou-se mundialmente através das potências que controlavam pontos estratégicos, construíam ferrovias, erguiam postes com linhas de comunicação. Um dos símbolos desse processo foi a construção do canal de Suez inaugurado em 1869.

A dominação ocidental partilhava territórios, nomeava acidentes geográficos, enviava missões religiosas, apoderava-se do patrimônio histórico do conquistado e definia fronteiras como o fez a geopolítica britânica, que cunhou a denominação Oriente Médio para região entre o Egito e a Índia.

O império otomano experimentava a mutilação provocada pelo colonialismo anglo-francês, além de viver violentas pressões do império russo, na disputa pelo Mar Negro e região dos Estreitos. Qual a alternativa do governo de Istambul frente a esses países que formavam uma aliança? Era se aliar com a Alemanha, potência rival da Grã-bretanha, França e Rússia czarista.

O interesse político turco atendia à geopolítica alemã, a qual se voltava aos mercados do Oriente. Projetou-se a construção da ferrovia Berlim-Bagdá, e o envio de uma missão militar alemã à Turquia, o que soou como ameaça a Londres e Paris.

Enfim, em 1914 as potências foram à guerra, e a derrota alemã arrastou o império otomano. Os vencedores foram implacavelmente punidos pelos aliados, fazendo com que o império turco fosse reduzido à Ásia Menor, onde mais tarde Mustafá Kemal Atatürk implantou a República e a modernização laica.

O desmembramento do Oriente Médio foi negociado durante a guerra entre a Grã-Bretanha e a França por Sir Mark Syks e Georges Picot, o que resultou nos acordos secretos de Syks-Picot. No pós-guerra a Liga das Nações confirmou a partilha, concedeu os mandatos e o império britânico controlou o Iraque e a Palestina, enquanto o Império Francês dominou a Síria e o Líbano. Destruiu-se o projeto de um grande reino árabe, falsamente estimulado pela diplomacia inglesa que visava a rebelião das tribos árabes contra os turcos, celebrizada pela saga de Lawrence da Arábia.

Destaca-se, neste novo perfil geopolítico do Oriente Médio, a Palestina³, que desde a Antigüidade sofreu muitas dominações e na contemporaneidade tem sua história marcada pelo processo colonizador judaico-sionista com a fundação do Estado de Israel.

O movimento sionista do século XIX, foi muito desenvolvido como resposta aos cruéis progoms russos como de Odessa. Desenvolveu-se a idéia de um lar para os judeus como um santuário protetor, o sonho de Sião. Ilustra esse desejo a ação do Rabino alemão Zevi Hirsch Kalischer, que em 1836 angariou recursos para comprar a Palestina.

Dentre os vários líderes do movimento sionista, destaca-se Theodor Herzl, jornalista austríaco que acompanhou o julgamento do militar francês-judeu Alfred Dreyfus, condenado injustamente por traição. Herzl escreveu "O Estado Judeu" em 1896 e convocou na cidade de Basileia o primeiro congresso que estruturou o sionismo com o objetivo de um território que fosse o lar do povo judeu. Isso não significava necessariamente a Palestina, pois poderia ser na Argentina, onde havia colônias agrícolas de judeus, ou Chipre ou Uganda. Porém venceu a idéia de que o sionismo só teria sentido em Sion ou seja, na terra de Israel. O trabalho de Theodor Herzl colocou o sionismo na

⁽³⁾ Nomes da Palestina: Filistina, Filistéia, Filastin.

discussão internacional, fato que deu ao movimento maior consistência para organizar, no final do século XIX, a imigração para a Palestina. Surgia a Aliá ou “Subida a Israel”, como um movimento do “risorgimento” judaico, que se encontra com os colonos judeus já fixados na região, graças ao financiamento dos Rothschilds.

O Judeu da Aliá coloca em prática a estratégia da compra da terra e fundação de colônias, procedimento gerador da exclusão social. Deste modo, o Kibutzin portador de um ideário socialista, excluiu o árabe palestino, pois cercar os assentamentos com arame farpado e só permitir o trabalho judaico, era edificar separatismo e discriminação.

Quem era o árabe-palestino? O Islã chegou à região no processo de expansão muçulmana do século VII, que aproveitou a decadência do império bizantino e, foi apoiado pela população local devido à opressão imperial. O Califa Omar venceu tropas de Constantinopla e, em 638 entrou em Jerusalém, que se tornou a terceira cidade sagrada do islamismo, de onde Maomé subiu ao céu. É chamada de Al Quds ou Santa com as Mesquitas de Al Aksa e de Omar ou Domo da Rocha, localizadas no Monte do Templo ou Esplanada das Mesquitas.

A Grande Guerra agravou a problemática dos judeus devido às perseguições e refugiados, fatos que colaboravam para se fundar um lar para este povo. Chaim Weizman, um líder sionista realizou esforços junto ao Governo Britânico para a defesa da causa judaica, o que resultou na Declaração Balfour de 2 de novembro de 1917. Esta declaração era o reconhecimento político do gabinete inglês ao projeto do lar nacional para o judeu. Um conjunto de razões levou o ministério presidido por Lorde George a essa posição, como por exemplo, solucionar a questão dos refugiados judeus da guerra, a importância estratégica da Palestina no Oriente Médio, e conseguir atrair o “mundo” judaico para a Grã-Bretanha, o qual era simpático aos alemães. Se por um lado a Declaração Balfour contemplava o movimento sionista, por outro defendeu os direitos civis e religiosos da população não-judia na Palestina.

No pós-guerra a imigração judaica cresceu, e as colônias, somadas ao nacionalismo judeu, aumentaram o confronto com o nacionalismo árabe-palestino, o qual evocou a Declaração Balfour para reivindicar um governo autônomo. A tradição dos choques entre os dois

nacionalismos, a organização da primeira milícia judaica denominada Hashomer, engendraram novas tragédias como a Revolta de 1929 em várias localidades palestinas, assim como nos próprios santuários sagrados de Jerusalém.

A paz ficava cada vez mais longe, com os judeus organizando novas forças militares com Haganá, Irgun, Stern e os árabes palestinos com a Revolta de 1936 a 1938. Esse quadro conflituoso ameaçava o mandato britânico na Palestina, bem como comprometia o relacionamento com os países árabes. Uma alternativa de solução foi o envio em 1937 de uma comissão sob a chefia de Lorde Peel. A Comissão Peel propôs a redução da imigração judaica para 12 mil pessoas anualmente, limitação na aquisição de terras palestinas pelos judeus e a partilha da Palestina em dois Estados: um judeu e o outro árabe-palestino.

O movimento sionista aceitou o projeto de Lorde Peel, porque significava o triunfo da causa judaica. Os árabes recusaram, uma vez que a concordância significava a entrega de uma parcela do território e a legitimação da dominação britânica. Corroborou esta posição a conferência dos países árabes no Cairo em 1938, onde se conclama a união para impedir a criação de um Estado Judeu na Palestina.

Às vésperas da II Guerra Mundial, em obediência à sua geopolítica, a Grã-Bretanha adotou a "Política do Livro Branco" que tinha o objetivo de limitar a imigração judaica para o Oriente. A reação do sionismo ocorreu na conferência de Baltimore nos EUA em 1942, sob a liderança de David Ben Gurion, momento em que tomaram decisões: conquista da Palestina e continuidade da imigração a qualquer preço.

Judeus e britânicos se enfrentavam, pois os primeiros atacavam a administração do mandato e suas forças milicianas lutavam com os árabes-palestinos. As autoridades britânicas reprimiram, e colocaram nos cárceres em 1946 quase três mil judeus, fato que radicalizou ainda mais a situação.

O evento que demonstra o choque judeu com a administração britânica foi a destruição do Hotel Rei Davi, que sediava o estado-maior inglês em Jerusalém, pelo Irgun, em 1946. O ato terrorista, sob a liderança de Menahem Beguin, que em 1977 foi o 1º ministro de Israel e Prêmio Nobel da Paz, matou 91 pessoas e feriu muitas outras...

A Grã-Bretanha perdia o controle político-administrativo da Palestina e o episódio do navio Exodus marcou sua retirada da região. Porque impediu o desembarque no porto de Haifa de milhares de sobreviventes judeus dos campos de extermínio. Isso foi considerado pela opinião pública e líderes internacionais como um ato de barbárie. Diante dos fatos, Londres, sem condições de governabilidade, transferiu a questão Palestina para a ONU, que colocou fim ao mandato britânico em 29 de novembro de 1947.

O plano da ONU era a divisão da Palestina em dois Estados. O Estado judeu com 14.500 km², abrangendo os territórios do deserto de Negev, Golfo de Ácaba, Lago de Tiberíades, Haifa e Tel Aviv. O Estado Palestino com 11.500 km², formado pelos territórios da Cisjordânia e faixa de Gaza. Jerusalém ficava sob uma administração internacional. A posição árabe foi contrária, baseada no princípio de não ceder seu território para abrigar um Estado estrangeiro; o movimento judaico aceitou, pois o plano contemplava um velho sonho. Porém, a posição sionista não era unânime, já que o Irgun e o Stern não concordavam com o plano das Nações Unidas, porque um Estado Palestino era inaceitável nas terras de Israel. Essas posições radicais desembocaram em uma grande violência, no final de 1947 e em 1948. Havia combates em Jerusalém com saques no centro comercial judaico. Os massacres eram cometidos pelo Irgun e Stern em Deir Yassin e pelos árabes palestinos em Kfaretzion. A Grã-Bretanha se retirou e os judeus liderados por David Ben Gurion, em 14 de maio de 1948, proclamaram a fundação do Estado de Israel, com a leitura da declaração: "Em virtude do nosso direito nacional e intrínseco e com base na resolução da Assembléia Geral das Nações Unidas, nós declaramos, por meio deste, o estabelecimento de um Estado Judeu na Palestina, que ficará sendo conhecido como o Estado de Israel"⁴.

Os árabes gritaram "Al Nakba", isto é, a catástrofe e, seus exércitos rumaram para a guerra sob a divisa "jogar os judeus ao mar".

A primeira guerra árabe-israelense foi denominada por Israel de "Guerra da Independência" ou da fundação de Israel. Durou de julho de 1948 a janeiro de 1949. O exército israelense, mais bem

⁽⁴⁾ JOHNSON, P., *História dos Judeus*, p. 556.

treinado e equipado, derrotou as forças árabes e a vitória se traduziu na conquista de 75% do território palestino. A área do Estado Judeu saltou de 14.500 km² para 20.900 km². Jerusalém Ocidental foi ocupada e se colocou fim ao projeto da internacionalização da cidade.

O governo de Israel instituiu a Lei do Retorno, a qual concedia a qualquer judeu o direito de morar no novo Estado, com a nacionalidade israelense. Enquanto isso, árabes-palestinos tornavam-se refugiados de guerra, vivendo uma situação dramática.

A derrota mostrou às lideranças árabes a necessidade da união do "mundo" árabe, condição política vital para lutar contra o Estado de Israel, considerado invasor e base do imperialismo ocidental no Oriente Médio. Foi nesse contexto, que se destacou o político egípcio Gamal Abdel Nasser, o qual viveu entre 1918 a 1970. Militar, com formação nacionalista, não se conformava com a dominação estrangeira no Egito. Ele questionava como um país, com uma civilização fantástica, podia ser dominado pela Grã-Bretanha.

O Egito era uma monarquia, cujo governo do rei Faruk era marcado pela incompetência e corrupção. Esta realidade influenciou um grupo do Exército denominado "Oficiais Livres", que derrubou o monarca em 1952 e colocou no poder o Conselho da Revolução, sob a presidência do General Naguib. O novo governo não sobreviveu às crises políticas e foi deposto em 1954 pelo General Nasser que assumiu o poder.

O Presidente Nasser delineou os objetivos do governo no seu livro "A Filosofia da Revolução", um programa político de modernização nacionalista. Imprimiu uma política externa independente ao aderir à pauta da conferência de Bandung e projetou o Egito como membro do movimento dos não-alinhados. Outrossim, se aproximou da URSS, da qual recebeu empréstimos, financiamentos para a obra de Assuã e material bélico para reequipar as Forças Armadas.

A grande marca do nacionalismo egípcio foi a nacionalização do Canal de Suez em 26 de julho de 1956 que nas palavras de Marc Ferro se constituiu na certidão de nascimento do Terceiro Mundo.

A revolução nasserista alterou a geopolítica do Oriente Médio ao expulsar as potências coloniais tradicionais e abriu espaço

para a presença soviética, constituindo-se como mais um grave componente histórico da Guerra Fria.

A nacionalização do canal de Suez prejudicou os interesses britânicos e franceses, que temiam a derrocada final na região. Em nome da defesa do Velho Colonialismo, as duas potências se aliaram ao Estado de Israel preocupado com o pan-arabismo, mais tarde expresso na República Árabe Unida com o Egito e a Síria.

Um novo conflito se abateu no Oriente Médio, a guerra do Sinai em 1956, que terminou com a intervenção da ONU apoiada por Washington e Moscou. Estabeleceu-se um cessar fogo e o envio de uma força internacional pelas Nações Unidas com o propósito de garantir a paz.

Nasser que enfrentou a opressão imperialista, tornou-se ídolo dos árabes. Estreitou relações com os soviéticos, fez inflamados discursos contra o Estado de Israel, bloqueou o Golfo de Ácaba e exigiu a retirada da força de paz das Nações Unidas da Península do Sinai.

Tel Aviv considerou as medidas egípcias como atos de guerra e, de forma fulminante, atacou os países árabes. Era a Guerra dos Seis Dias, no ano de 1967, em que os exércitos do Egito, Jordânia e Síria foram vencidos.

As conquistas israelenses foram assustadoras: abrangeram a Península do Sinai, Faixa de Gaza, Colinas de Golã e Jerusalém Oriental, na qual o General Moshe Dayan fez o seguinte pronunciamento: "Esta manhã o Exército da defesa de Israel libertou Jerusalém... Voltamos ao nosso lugar mais sagrado, voltamos para jamais nos separarmos dele"⁵.

A Guerra dos Seis Dias foi um vexame para os árabes não só pela superioridade judaica, mas também pela perda de territórios, fato que concretizava o "grande Israel" com uma área de 89.489 km². A ONU, para evitar a internacionalização do conflito envolvendo as superpotências, votou a Resolução 242, que estabelecia o cessar-fogo e a retirada do exército israelense das terras ocupadas, até hoje não cumprida integralmente. O Oriente Médio após 1967 viveu um novo

⁽⁵⁾ MASSOULIÉ, F., *Os Conflitos do Oriente Médio: século XX*, p. 85.

quadro histórico, com o aumento do êxodo palestino, consolidação do mito da invencibilidade de Israel, radicalização dos conflitos nos territórios ocupados e o desgaste político do nasserismo.

A viabilização geopolítica de "Israel Hashlemá" ou grande Israel ocorreu com a colonização dos territórios conquistados, e chamada de "terras recuperadas". Foram fundadas colônias na Faixa de Gaza, Cisjordânia, Colinas de Golã, as quais têm o estratégico papel de aniquilar a presença palestina, pois esta população é proibida de construir casas e abrir poços.

Em 1970 assumiu o governo egípcio Anuar Sadat, que fez uma importante mudança política. O plano do novo presidente tinha os objetivos de: derrotar Israel e desfazer o mito da sua invencibilidade, recuperar os territórios perdidos na Guerra dos Seis Dias e assinar um acordo de paz com o governo judeu. Para tanto o Egito se afastou da URSS e se aproximou dos EUA, cujo apoio era fundamental para o sucesso do plano e significava investimentos que trariam o desenvolvimento afastando motins e revoltas ameaçadoras da governabilidade. O projeto de Anuar Sadat caminhou para a Guerra do Yom Kippur ou Dia do Perdão em 1973. As forças egípcias e sírias romperam as linhas de defesas israelenses que pela primeira vez vergaram diante dos árabes. A intervenção da ONU afastou o risco do confronto nuclear entre as grandes potências e um cessar fogo colocou fim às hostilidades.

A sociedade israelense sentiu os efeitos da guerra mais no sentido psicológico e houve uma alteração de poder no governo. Deixavam o ministério os trabalhistas e assumiu o Likud com Menahem Begin. Do outro lado, os Estados árabes adotaram o petróleo como arma política contra Israel e aliados, promovendo o aumento do preço do barril. O primeiro-ministro Begin implantou uma política de trocar segurança pela paz com o Egito. Afastava o mais temido adversário de Israel e ao mesmo tempo causava uma divisão política entre os países árabes.

O processo de paz foi patrocinado pelo presidente Carter, ação decisiva para que o Cairo e Tel Aviv assinassem em 1978 os acordos de Camp David que estipulavam a: retirada militar israelense da Península de Sinai e sua devolução gradativa para o Egito. Este

reconhecia o direito de existência do Estado de Israel e ainda se previam negociações para a autonomia de Gaza e Cisjordânia formada pela Judéia e Samaria.

O tratado de paz custou muito caro para o Presidente Sadat, chamado de traidor pelos árabes, o Egito, por sua vez, foi expulso da Liga Árabe e Sadat foi vítima de um atentado em 1981, cuja responsabilidade se atribuiu à "Jihad Islâmica", durante as comemorações da Guerra do Yom Kippur. O sucessor Hosni Mubarak, que governa o Egito, o reintegrou, em 1987, à Liga Árabe.

2. A RESISTÊNCIA PALESTINA: A LUTA PELA LIBERTAÇÃO

A criação do Estado de Israel provocou uma catástrofe para o povo palestino, porque organizou uma escalada expansionista. Conquistou e ocupou territórios, expropriou terras, apossou-se da água.

A agressão gerou a diáspora palestina com milhares de pessoas exiladas nos países vizinhos, criando o drama dos refugiados. Diante da tragédia, a ONU apresentou medidas, como: A Resolução nº 194, votada pela Assembléia Geral em 1948, que estabelecia: "Os refugiados que desejarem devem ser permitidos de retornar aos seus lares o mais rápido possível e de viverem em paz com os seus vizinhos e devem se pagar indenizações a título de compensação pelos bens daqueles que decidirem não regressar aos seus lares e por todo bem perdido ou danificado, uma vez que, em virtude dos princípios do Direito Internacional, tal perda ou dano devem ser reparados pelos governos ou autoridades responsáveis"⁶. A outra medida constou da criação do Organismo de Ajuda e de Trabalho das Nações Unidas para os refugiados palestinos ou Unrwa. Formaram os acampamentos de refugiados, inicialmente provisórios, que depois, no desenrolar dos conflitos, tornaram-se permanentes.

Neste contexto organizou-se a resistência palestina com protestos de estudantes do Comitê de Resistência à Paz com Israel,

⁶ SALEM, H., *O que é Questão Palestina*, p. 33.

atentados de grupos guerrilheiros de Gaza, Síria, Cisjordânia, a fundação no Kuwait da *Al Fatah* nome composto das iniciais das palavras *Farakat Al Tahrir Al Falastini* ou Movimento de Libertação Nacional da Palestina.

Al Fatah denominada de "Conquista ou Vitória" tem como principal liderança Yasser Arafat, que participou das guerras Árabes-Israelenses, engenheiro civil, presidente da Federação dos Estudantes Palestinos e hoje Presidente da Autoridade Nacional Palestina. O seu uniforme de Fedayin e o Kefiah na cabeça são símbolos de resistência da causa palestina.

A década de 60 se revelou difícil para os povos árabes: aconteceu a dissolução da República Árabe Unida, derrotas militares para o Estado de Israel, perda de territórios e de Jerusalém Oriental.

A tese de que a libertação da Palestina ocorreria através da unidade árabe foi esvaziada politicamente. Ganhou outra concepção, a luta armada, cuja viabilidade se mostrava no Movimento Revolucionário, como a Revolução Argelina. Esta revolução foi pensada nas madrasas, mesquitas, bazares da Argélia, nascendo a Frente de Libertação Nacional. Os guerrilheiros "Bicots" levantaram toda a Cabília (Argélia), derrotaram os "pieds noirs" e expulsaram o colonialismo francês. Diante disso, o Fedayin optou por esse método e realizou ataques armados ao território israelense.

Em 1964 sob o patrocínio do Rei Hussein da Jordânia, realizou-se em Jerusalém Oriental o Congresso Nacional Palestino, o qual fundou a Organização para a Libertação da Palestina. A OLP é reconhecida pelos Estados Árabes como representante legítima do povo palestino. É uma organização heterogênea, um conglomerado político com vários grupos, entre eles:

- Al Fatah
- Al Saika, ou "O Raio", fundada em 1966 na Síria, ligada ao governo de Damasco e que procurava neste país mobilizar os palestinos
- Setembro Negro: O nome provém do massacre de setembro de 1970 pelo rei Hussein, que considerou a guerrilha palestina um Estado dentro do Estado. A repressão ao palestino não ocorria só com Israel, mas

também em terras árabes e bem disse o poeta Mahmud Darwich: "Descobrimos o quanto já nós tornamos árabes nas prisões israelenses, descobrimos o quanto já nos tornamos palestinos nas prisões árabes".

- Frente Popular para a Libertação da Palestina: fundada após a Guerra dos Seis Dias sob a liderança do médico Georges Habashe. Essa frente é de orientação marxista e pratica a luta armada.
- Frente Democrática Popular para a Libertação da Palestina: fundada em 1969, possui um programa marxista.

A OLP na primeira fase de sua história, com o presidente Ahmed Shukeiri, advogado nacionalista, subordinou-se aos interesses políticos nasseristas e a prática da Organização a divorciava do povo palestino, pois não tinha o objetivo da fundação de um Estado. Sem credibilidade, sofrendo o boicote dos Estados Árabes, permitiu que a Al Fatah assumisse a direção, uma vez que o guerrilheiro palestino ganhou respeito e admiração por derrotar o Exército Israelense na Batalha de Karameh em 1968.

A segunda fase da OLP ocorreu no V Congresso Nacional Palestino, realizado em 1969, no Cairo, onde a Al Fatah controlou o comitê executivo e Yasser Arafat assumiu a presidência. A partir deste fato a radicalidade marcou a OLP como expressa a Constituição de 1969, na qual apresentou a luta armada como a única via de libertação da Palestina e do povo árabe.

Desencadearam ações terroristas contra judeus em Israel e no exterior, destacando-se a destruição de um avião no aeroporto de Atenas e o massacre de doze atletas israelenses nas Olimpíadas de Munique em 1972, por membros do Setembro Negro.

A resposta do governo de Tel Aviv foi igualmente violenta: retaliou a OLP e os Estados árabes, fornecedores de apoio militar político. Insere-se nessa conturbada realidade o Líbano, país para onde se transferiu a OLP, expulsa da Jordânia. As ações militares israelenses aniquilaram a soberania libanesa e contribuíram para o

confronto de comunidades tradicionais. Essas criaram milícias que se digladiaram numa guerra civil.

Em 1982, Menahem Begin ordenou a "Operação para a Paz da Galiléia", sob o comando do Ministro da Defesa, General Ariel Sharon, que conquistou Beirute, obrigando a retirada da OLP para a Tunísia. A ocupação israelense registrou um saldo sinistro com os massacres dos campos de refugiados de Sabra e Chatila, realizados por forças falangistas lideradas por Elie Hobeika, aliado do invasor, que permitiu os massacres. Portanto, a cumplicidade de Ariel Sharon, hoje Premiê do Estado de Israel, o coloca, segundo a Comissão Kahan, na posição de criminoso de guerra.

Em 1982, também libaneses muçulmanos treinados pela guarda revolucionária do Irã, fundaram o Hezbollah ou "Partido de Deus" para expulsar as tropas israelenses, que só deixaram o Sul do Líbano no governo Barak.

A fundação de um grupo guerrilheiro que luta em nome de Deus com a divisa "Allah Akbar" ou "Deus é Grande", evidencia uma nova construção política, a articulação do terrorismo com a religião.

O terrorismo sagrado é um modelo de resistência armada já existente, mas que assumiu uma identidade própria nos anos oitenta e ele permanece na atualidade. Essa ação política não mais se abastece ideologicamente no movimento revolucionário marxista e sim numa visão religiosa fundamentalista.

Após a II Guerra Mundial, a História Contemporânea aparentemente anunciava a política com plena soberania frente a religião. Era a consagração vitoriosa do pensamento ilustrado, a hegemonia da razão e o desprezo pela fé. Entendeu-se que o elemento religioso ficou confinado aos espaços privados e a modernidade laica era o eixo fundamental do processo civilizatório. O triunfo da técnica era incontestável e a ciência infalível. O exemplo desta arrogância está no comentário: "O avião o jato não cai, é derrubado pelo piloto".

Na década de setenta iniciou-se uma nova Revolução Industrial como saída para a recessão econômica. Era uma Revolução tecnocientífica fundada na informática, robótica, biotecnologia, química, eletrônica, comunicações e na automatização. Seus inventos geraram

um admirável mundo novo: o computador, telefone celular, Tv a cabo, Internet. Rostos do capitalismo que se mundializa.

Apesar do fascínio das pesquisas e descobertas, esse novo mundo não eliminou os velhos pesadelos que atormentam a humanidade. Pelo contrário, os agravou e criou outros, provocando reações que gritam e lutam por um outro mundo.

Nesse paradoxo elabora-se um discurso religioso que procura a superação dos problemas modernos através da busca de Deus. Este pensar coloca a ausência de Deus como o fator preponderante dos sofrimentos e tragédias que reinam na sociedade. Fundamenta as afirmações, o pronunciamento de um pastor norte-americano, que diante da destruição das torres do World Trade Center, disse "Eu aponto o meu dedo para os seus rostos. Vocês partidários do aborto, prostitutas, gays, lésbicas provocaram a ira do Senhor, contribuindo para que isso acontecesse". É Deus destruindo novamente as modernas Sodoma e Gomorra.

Enfim, esse discurso incitou uma prática religiosa que prega a salvação do mundo, recuperando o Sagrado e protegendo-o da agressão secular que o ridiculariza.

A volta do Sagrado é a elaboração de uma nova utopia, cuja pretensão é substituir o Velho Liberalismo e o revolucionário marxismo pela civilização teocrática muito bem representada pela Revolução iraniana de 1979.

O movimento político-religioso dos aiatolás, liderado por Khomeini, expulsou o Xá Mohammed Reza Pahlevi, liquidou a "Revolução Branca", isto é, um programa de reforma que modernizava o Irã. Tal modernização significava a ocidentalização, que na ótica dos imãs, não passava de medidas pagãs, as quais escravizariam o povo iraniano. Esta revolução desencadeava o nacionalismo, relembrando o governo de Mussadegh, 1º Ministro que nacionalizou as companhias petrolíferas exploradoras do país, mas terminou derrotado por forças imperialistas.

A leitura do renascer do sagrado se faz através de uma postura fundamentalista, ou seja, o texto sagrado é a palavra de Deus, portanto infalível e imutável, não se subordinando às análises

questionadoras. É a supremacia absoluta da Halakhah ou lei judaica, da Bíblia Cristã, da Shariah ou lei Muçulmana.

A denominação fundamentalismo foi criada por pastores norte-americanos, que ao publicarem seus trabalhos, elencaram os pontos fundamentais da fé cristã, destacando a infalibilidade da Bíblia. Esta visão explica porque um professor norte-americano foi punido ao ensinar a seus alunos a teoria da evolução.

O fundamentalismo como questão religiosa é inseparável da política, pois embasa um projeto patriótico messiânico, que considera a nação a eleita de Deus. O movimento político-religioso israelense Gush Emunin ou "Bloco de Fiéis", defendia, ao mesmo tempo, o fim dos acordos de Camp David e a substituição do conceito jurídico do Estado de Israel, pelo conceito bíblico de terra de Israel. Tal posição colaborou para o desenvolvimento do "terrorismo sagrado", em que um grupo judeu assassinou estudantes palestinos e planejou explodir as mesquitas de Omar e Al Aqsa. Do lado palestino existe a mesma problemática, bem representada nas ações violentas da Al Fatah, Jihad Islâmica, Hamas.

A despeito desta violência, houve um caminhar na busca da paz, que remonta ao ano de 1988, quando Yasser Arafat discursou na sede da ONU, na Suíça, renunciando ao terrorismo e depois abolindo a constituição da OLP a luta armada como única via para a libertação da Palestina, também marcando o início da 3ª fase da organização.

A década de noventa será um período de negociações e encontros entre o governo israelense e Yasser Arafat sob a tutela dos EUA, preocupados na erradicação do terrorismo e na manutenção das boas relações com os Estados Árabes, como garantia de seus interesses no Oriente Médio.

A tese do Partido Trabalhista Israelense é "trocar terra pela paz", uma forma estratégica de ceder às pressões norte-americanas e apaziguar os palestinos, mantendo o controle da região.

Em 1993 foram assinados os acordos de Oslo I, indicando o compromisso da devolução aos palestinos da maior parte da faixa de Gaza, área com 378 km² e da Cisjordânia, área com 5.879 km². Dois

anos depois foram assinados os acordos de Oslo II que estabeleciam para os palestinos 80% da Cisjordânia, dividida em três áreas:

- Área das cidades de Belém, Hebron, Jericó, Ramallah, Nablus, Qaliqília, Tulkaren, Jenin com plena autonomia palestina
- Área das Vilas palestinas com a administração civil pela OLP e a segurança sob o controle israelense
- Área das colônias judaicas sob o controle absoluto de Israel.

Os acordos de Oslo foram alvos de críticas e graves oposições tanto de israelenses como de palestinos. Assim, os assentamentos judaicos não reconheceram a autoridade palestina e, na Cisjordânia, existem aproximadamente duzentos mil colonos judeus e na Faixa de Gaza seis mil e quinhentos.

As lideranças radicais da resistência palestina com o Hamas não aceitaram os acordos, alegando que, na prática, continuam a ocupação e dominação israelense e também não se resolvia a questão dos refugiados, uma população de quase quatro milhões de pessoas.

Os grupos ultranacionalistas ortodoxos judeus discordam radicalmente em devolver os territórios aos palestinos, porque entendem que fazem parte da "Terra de Israel" e, com ironia e desprezo, afirmam: "os muçulmanos que se mudem para Meca". Além disso a ausência de solução a respeito da utilização da água controlada por Israel, um verdadeiro monopólio, coloca os palestinos "de joelhos".

A constituição geográfica dos territórios palestinos fruto das conquistas e ocupação é um enorme obstáculo para a administração de Arafat. É uma verdadeira "colcha de retalhos", pois na Cisjordânia existem 227 áreas separadas e 88% delas tem menos de 02 km², formando autênticos bantustões.

Este conjunto de impasses provocou o aumento dos atentados pelas organizações armadas palestinas, bem como o assassinato do Premiê Rabin, quando participava de uma manifestação pela paz em Tel Aviv em 1995, por um extremista judeu.

O novo 1º Ministro Shimon Peres reage, através da "Operação Vinhas da Ira", para afastar a imagem de governo fraco, mas mesmo

assim, não evitou a derrota para o Likud nas eleições de 1996, que defendia um endurecimento com os palestinos.

Benjamim Netanyahu assumiu o governo, revogou a legislação que proibia novos assentamentos judeus nos territórios palestinos, fechou o escritório da OLP em Jerusalém. Neste mesmo espaço histórico, os palestinos elegem Yasser Arafat para Presidente da Autoridade de Nacional Palestina, a qual possui um Conselho Nacional e um Parlamento. A ANP lançou um programa político com dois eixos principais: criação do Estado Palestino e sua capital em Jerusalém Oriental. Para fundamentar o projeto, Arafat exigiu o cumprimento por parte de Israel da resolução 242 da ONU. Este programa dividiu ainda mais a sociedade israelense, porque os judeus extremados não aceitam ceder Jerusalém para os Palestinos.

O gabinete Netanyahu interrompeu o frágil processo da paz, recrudescendo os atos de violência, os quais geraram pressões do movimento pacifista judeu, e dos EUA, para a retomada do diálogo. Realizou-se uma conferência com a assinatura dos acordos Wye Plantation em 1998. Os acordos estabeleciam a retirada parcial do exército de Israel da Cisjordânia, a libertação de presos políticos e a ANP se comprometia a combater o terrorismo. O tratado não foi cumprido por Israel, e uma crise política exigiu eleições, retornando ao poder os trabalhistas em 1999.

Ehud Barak, líder do Partido Trabalhista, organizou um gabinete composto por vários matizes ideológicos e, na posse, disse: "Estamos prontos para avançar juntos para conseguir a 'paz dos bravos'". A "paz dos bravos" sinalizou a retomada das negociações com uma pauta desafiadora, discutida na reunião de Sharm Al Sheikh, em que se decidiu por uma nova conferência, realizada em Camp David nos EUA, mas que resultou num grande fracasso.

Barak acusado pela oposição de fazer concessões excessivas, não conseguiu manter a coalizão do ministério e perdeu a maioria parlamentar. Marcaram-se eleições para fevereiro de 2001. O 1º Ministro não resistiu ao golpe político praticado pelo General Ariel Sharon, líder do Likud, que visitou a Esplanada das Mesquitas ou Monte do Templo em Jerusalém no dia 28 de setembro de 2000, numa atitude de provocação. A visita desencadeou uma nova intifada que prossegue

até hoje. O resultado das eleições foi favorável à oposição. Ariel Sharon é o novo 1º Ministro de Israel com um passado que não o credencia ao diálogo. Ele colocou em prática as promessas de palanque, tais como: negociações de paz condicionadas ao fim da intifada, combate ao terrorismo pela ANP, retorno da ocupação militar, ataque aos líderes palestinos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto histórico da Palestina é desesperador. De um lado a luta palestina com a ação armada, realizada por exemplo pelo Hamas ou "entusiasmo", fundado em 1987 pelo Xeque Ahmmmed Yassin. Este movimento tem sua gênese na intifada ou "sobressalto" e adquiriu a dimensão de Revolta, a "Revolta das Pedras". Há o culto político do martírio, artéria vital dos ataques suicidas, verdadeiros pesadelos no cotidiano judaico.

O outro lado se compõe das assustadoras represálias israelenses como ocupação e cerco militar das cidades palestinas, a demolição de casas, assassinatos de líderes, destruição do aeroporto de Gaza, símbolo da autonomia palestina, o confinamento de Arafat na cidade de Rammallah.

Diante da trágica conjuntura pergunta-se: É possível a paz entre Israel e palestinos?

O sonho da paz se transformará em realidade quando forem colocados na mesa do diálogo, da paciência e do respeito os velhos desafios:

- Fundação do Estado Palestino
- Solução para a cidade de Jerusalém
- Fim do terrorismo de ambas as partes
- Fim da ocupação militar israelense
- Fim da colonização e dos assentamentos judeus
- Partilha justa da água
- Solução para os refugiados palestinos

- Pacificação da Sociedade Israelense, refém da contradição Estado leigo e Estado teocrático
- Abolição do apartheid do povo palestino
- Devolução das colinas de Golã.

Portanto, estes encaminhamentos são os primeiros passos da longa caminhada para a terra da promessa, lugar de justiça, solidariedade e paz.

BIBLIOGRAFIA

ARMSTRONG, K., *O Islã*, Rio de Janeiro, Objetiva, 2001.

_____, *Jerusalém: uma cidade, três religiões*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

_____, *Em nome de Deus: o fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islamismo*, São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

_____, *Um historia de Deus: quatro milênios de busca do judaísmo, cristianismo e islamismo*, São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

CHALLITA, M., *O Alcorão*. Rio de Janeiro, Prisma Industrial Gráfica, s/d.

HOURANI, A., *Uma história dos povos árabes*, São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

JONHSON, P., *História dos Judeus*, Rio de Janeiro, Imago Editora, 1995.

KEPEL, G., *A vingança de Deus: Cristãos, Judeus e Muçulmanos à reconquista do mundo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1992.

LEWIS, B., *O Oriente Médio: do advento do Cristianismo aos dias de hoje*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1996.

MASSOULIÉ, F., *Os conflitos do oriente médio: Século XX*, São Paulo, Editora Ática, 1994.

NASSER, G. A., *A Filosofia da Revolução*, Rio de Janeiro, Gráfica Editora Nap, 1960.

PIRENNE, H., *História econômica e social da idade média*, São Paulo, Mestre Jou, 1968.

SALEM, H., *O que é questão palestina*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1982.

*O Professor Ruy Rodrigues Machado
leciona História da Igreja na
Faculdade de Teologia e Ciências
Religiosas da PUC-Campinas.
e-mail: ftcr@puc-campinas.edu.br*

A PESQUISA NA UNIVERSIDADE CATÓLICA

Paulo Sérgio Lopes GONÇALVES

Este texto tem por objetivo explicitar o desenvolvimento da pesquisa – sua pertinência, sua relevância, suas possibilidades de realização, seu percurso teórico-prático – na Universidade Católica, uma instituição que garante a presença cristã no interior do ambiente universitário.

A especulação sempre foi parte integrante de uma Universidade, constituindo-se como parte de seu espírito acadêmico. A pesquisa é o resultado da contemplação do ser humano à realidade histórica que o cerca e à possibilidade de transcendê-la. O desenvolvimento do ensino e da extensão do saber acadêmico não deve ser concebido de maneira estática. Ensino e extensão do saber possuem um profundo dinamismo que leva os diferentes corpos envolvidos à especulação intrínseca ao espírito pretendente à sabedoria. Além disso, os clamores da sociedade impelem a Universidade à pesquisa, a fim de que as necessidades sejam atendidas.

Por se tratar de Universidade Católica, a pesquisa – em sua condição de objeto formal – será vista prioritariamente a partir dos documentos do Magistério Eclesiástico¹, os quais partem da Revelação

⁽¹⁾ CONCÍLIO VATICANO II, Constituição Dogmática sobre a Igreja *Lumen Gentium*, AAS 57 (1965), pp. 5-67; ID., Constituição Pastoral sobre a Igreja no mundo *Gaudium et Spes*, AAS 58 (1966), pp. 1025-1115; ID., Declaração sobre as religiões não cristãs *nostra Aetate*, AAS 58 (1966), pp. 740-744; ID., Decreto sobre o ecumenismo *Unitatis Redintegratio*, AAS 57 (1965), pp. 90-107; CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ, *Dominus Iesus. Dichiarazione circa l'unicità di Gesù Cristo e della Chiesa*, Libreria Editrice Vaticana, Città del Vaticano 2000; ID., Instrução sobre a liberdade cristã *Libertatis conscientia*, AAS 79 (1987), pp. 554-599; EPISCOPADO LATINOAMERICANO, Conferencias Generales: Rio de Janeiro, Medellín, Puebla, Santo Domingo, *San Pablo*,

para demonstrar a relevância dessa Universidade na vida da Igreja. Essas fontes utilizam as categorias *verdade suprema* e *história* para a explicitação do caminho que levará a pesquisa à Sabedoria.

Para a realização de seu objetivo, o texto define Universidade e pesquisa, explicitando conceitualmente um e outro e o relacionamento conseqüente entre ambas. Seguindo o método teológico consagrado durante o Concílio Vaticano II e confiando na veracidade da história, são apresentadas as interpelações da realidade nas dimensões da cultura, da ordem político-econômica, da antropologia social e da ecologia. São enunciados também os pressupostos para a realização da pesquisa na Universidade Católica, concretizando a mediação hermenêutica, intrínseca ao método teológico e necessária para a compreensão do tema em questão. Ao final, são abordadas algumas pistas práticas nos âmbitos das ciências da vida, das tecnologias, das ciências sociais e política, da antropologia e da história, e do pluralismo religioso. Não se pretende esgotar as possibilidades da prática da pesquisa.

A pesquisa na Universidade Católica não pode ser abordada sem o horizonte utópico que reflete a emergência do homem novo, solidário, construtor de relações fraternas, de sociedades justas, da contribuição dos seres humanos na construção da harmonia cósmica, denotante de toda irmandade universal dos seres e sua profunda

Continuação nota 1

Santiago del Chile 1993; JOÃO PAULO II, Carta encíclica sobre o Centenário da *Rerum Novarum*, *Centesimus annus*, AAS 83 (1991), pp. 793-867; ID., Carta encíclica sobre a relação entre fé e razão *Fides et ratio*, EE 8 (1998), nn. 2375-2600; ID., Carta Encíclica a sobre Jesus Cristo, redentor do homem *Redemptor hominis*, AAS 71 (1979), pp. 257-324; ID., Carta encíclica sobre a questão social *Sollicitudo rei socialis*, AAS 80 (1988), pp. 513-586; ID., Carta encíclica sobre questões fundamentais de moral *Veritatis splendor*, AAS 85 (1993), pp. 1133-1228; ID., Carta encíclica sobre o valor e a inviolabilidade da vida humana *Evangelium Vitae*, AAS 87 (1995), pp. 401-522; ID., Constituição apostólica sobre as Universidades Católicas *Ex corde ecclesiae*, AAS 82 (1990), pp. 1475-1509; PAULO VI, Exortação apostólica sobre a evangelização *Evangelii nuntiandi*, AAS 68 (1976), pp. 5-76; ID., Carta encíclica sobre o desenvolvimento dos povos *Populorum Progressio*, AAS 59 (1967), pp. 257-299; ID., Carta encíclica sobre a vida humana *Humanae Vitae*, AAS 60 (1968), pp. 481-503; PIO IX, Carta encíclica sobre os graves erros modernos *Quanta cura*, AAS 3 (1886-67), pp. 160-167.

comunhão com o Transcendente Absoluto chamado Deus. Essa utopia é o elemento motivador para que o desenvolvimento dos programas de pesquisa ajude a Universidade Católica a cumprir fielmente a sua missão e colaborar na construção tópica da civilização do amor e da paz.

1. UNIVERSIDADE CATÓLICA E PESQUISA

A Universidade deve ser compreendida como comunidade acadêmica que, em modo rigoroso, sistemático e crítico, contribui para a tutela e o desenvolvimento da dignidade humana e da herança cultural através da pesquisa, do ensino e dos diversos serviços oferecidos às comunidades locais, nacionais e internacionais². Essa definição se desdobra em três grandes espaços que identificam a Universidade.

Em primeiro lugar, refere-se ao espaço da pesquisa e de incremento do saber humano, de sua leitura crítica, de sua capacidade de analisar, tratar, interpretar e avaliar uma determinada discussão, um tema ou um assunto. Há um espírito de inquietação e de busca da verdade do conhecimento que não se esgota em seus resultados, mas se estende ao nível de sua transcendentalidade.

Em segundo lugar, o saber da pesquisa há de ter sentido existencial vital. Isso se torna possível à medida que esse saber se relaciona com a vida compreendida em sua globalidade histórica e cósmica, imbuída de características com potencial atingível à realização humana. A Universidade é, então, um espaço de articulação do saber com a vida, em seu nível individual e social, local, regional e universal. O saber pesquisado haverá de estar comprometido com o ser do homem em sua individualidade corporal, espiritual, profunda, misteriosa. Comprometer-se-á ainda com o modo como os seres humanos se organizam em sociedade, buscando contribuir na instauração dos valores éticos fundantes da existência de estruturas sociais objetivamente justas. Esse compromisso possui uma totalidade geopolítica que abarca tanto a particularidade quanto a universalidade desse espaço.

⁽²⁾ ExCE n. 12.

Em terceiro lugar, a Universidade é um espaço de transmissão orgânica e pedagógica do saber e do enriquecimento do patrimônio cultural humano. Ela proporciona o ensino e isso historicamente significou construir uma variedade metodológica que contribuiu para a compreensão de um processo de ensino-aprendizagem, cujo conteúdo estende-se aos corpos Docente e Discente. O saber transmitido é fruto de um processo dialético, no qual os corpos envolvidos se abrem um ao outro, denotando uma atitude amorosa em relação à verdade suprema a que almejam os seres humanos. Por isso, a cultura³ da humanidade, em seus níveis local e universal, fica enriquecida em patrimônio cognitivo e sapiencial⁴.

Uma vez compreendido o sentido de Universidade, deve-se perguntar: O que significa então Universidade Católica? Que outros adjetivos e outras características pretende-se acrescentar com o termo "católica"?⁵

A Universidade católica garante, de forma institucional, uma presença cristã no mundo universitário diante das grandes questões da sociedade e da cultura⁶. Ela apresenta dois grandes referenciais: o antropológico e o teológico. O primeiro possibilita uma visão de ser humano em sua imanência e em seu limite ontológico, psicológico, ético-moral, teleológico e em sua transcendência relacionada a si mesmo e ao Outro por excelência. Dessa forma, o ser humano é visto em sua historicidade, realidade, concretude e em sua possibilidade de transcender, de transparecer-se nos níveis de relacionalidade pessoal individual e de relacionalidade pessoal alterativa. O segundo diz respeito à transcendência intrínseca do ser humano em sua consciência vivida na fé e aberta ao dom de um Transcendente pessoal absoluto que se

(3) Por cultura entende-se a totalidade dos produtos humanos, que abarca valores, costumes, tradições e dá sentido a um ser humano, a um grupo, a uma nação, a um povo.

(4) GS n. 53

(5) Inácio de Antioquia em sua carta ao povo de Esmirna, foi o primeiro a dar a denominação "católica" à Igreja cristã. Sua intenção era explicitar a vocação soteriológica da Igreja: reunir todo o gênero humano. Confira SIMONETTI, M. – PRINZIVALLI, E., *Letteratura Cristiana Antica (I). Dalle origini al terzo secolo*, Casale Monferrato, PIEMME, 1996, pp. 81-89.

(6) ExcE n. 13; MED n. 4, 23

dá e se manifesta à humanidade, em um dinamismo gratuito de revelação e de libertação integral em Cristo⁷. Esse referencial visualiza a dimensão antropoteológica do ser humano, explicitando a essencial relação entre o humano e o divino, entre o ser imanente-transcendente e o ser transcendente-imanente, resultando em uma profunda relação de transcendência.

Em sua maneira de apresentar-se no e ao mundo, a Universidade Católica vê o saber referenciado à totalidade da vida humana, no âmbito do indivíduo-pessoa, no plano da cultura, da sociedade, da comunidade, do diálogo científico e na abertura à inter-relação e comunhão com aquilo e com Aquele que o transcende. Isso significa que a pesquisa emerge como investigação metódica e rigorosa que proporciona a constante busca da verdade, compreendida ontologicamente em sua supremacia, experimentada tão somente no tempo e no espaço, nos quais estão situados os seres humanos⁸.

A pesquisa na Universidade católica está constituída de quatro dimensões imprescindíveis e fundamentais⁹.

A primeira é a integração dos mais diferentes conhecimentos. Todo conhecimento emerge da relação entre sujeito cognoscente e objeto cognoscível. Trata-se de um processo dialético conflitivo e interativo, cujo conhecimento não é mecanicismo do sujeito em relação ao objeto e nem reflexo do sujeito no objeto. Ele é resultado da manifestação, da abertura, da reciprocidade de ambos os elementos. No entanto, o conhecimento abarca a dialética da fragmentação e da totalidade, denotando a peculiaridade de cada tipo de conhecimento e sua relação implicativa com os outros tipos. Todo conhecimento possui sua especificidade e sua universalidade nos níveis de forma e de conteúdo. Não existe um conhecimento puro, mas integrado e constituído de uma totalidade epistêmica.

(7) ExcE n. 5; LC n. 43

(8) FR n. 19. A afirmação da verdade suprema não subestima a historicidade – que implica temporalidade e espacialidade – da verdade. Trata-se de compreender que a verdade jamais se esgota na história e sua constituição ontológica é experimentada na abertura do ser humano ao espírito de inquietação que o leva à pesquisa, à investigação e à especulação.

(9) ExcE n. 15; MED 4, 21

A segunda dimensão diz respeito à relação dialógica entre fé e razão. Uma das grandes polêmicas da era moderna e da emergência da Modernidade foi a efervescência da apologética da teologia católica que refutou a razão moderna. Por quatro séculos, a racionalidade da fé – especialmente na teologia católica – defendeu-se das especulações do racionalismo filosófico moderno, nas suas diferentes vertentes, como o naturalismo e o panteísmo¹⁰. A partir do Concílio Vaticano I – cuja constituição dogmática *Dei Filius* sobre a Revelação Cristã¹¹ abordou o tema da relação entre fé e razão, assumindo uma postura mais dialogável que a anterior – a teologia católica passou a investigar de maneira especulativa, abrindo-se às novas descobertas históricas e científicas, com um espírito de diálogo profundo com o mundo moderno¹². Indubitavelmente, a razão científica, no interior da

(10) SyL... 1, 2-6.

(11) COD 804-811

(12) R. GIBELLINI, *La Teologia del XX secolo*, Brescia, Queriniana, 1990; R. FISICHELLA, *Introduzione alla Teologia Fondamentale*, Casale Monferrato, PIEMME, 1992; ID, *La rivelazione: evento e credibilità*, Bologna, Dehoniane, 1994; G. MARTINA, *La Chiesa nell'età del Liberalismo*, Brescia, Morcelliana, 1991; ID, *La Chiesa nell'età del Totalitarismo*, Brescia, Morcelliana, 1991; G. LAFONT, *História teológica da Igreja católica*, São Paulo, Paulinas, 2000; G. BOF, *Teologia católica*, São Paulo, Paulus, 1996; R. OLSON, *História da teologia cristã. Dois mil anos de tradição e reformas*, São Paulo, Vida, 2001; R. OLIVEROS, "Historia de la teología de la liberación", *MysL I*, pp. 17-50. A pretensão do Papa Pio IX ao convocar o Concílio Vaticano I era consolidar a apologética eclesiástica frente ao mundo moderno. No entanto, o desenvolvimento do Concílio, em suas diversas comissões e em seus mais de cinquenta esquemas, proporcionou que não houvesse um total refuto à Modernidade. Isso se confirma na Constituição Dogmática *Dei Filius* ao articular a fé com a razão, ressaltando a relevância dessa relação e ao proclamar o dogma da infalibilidade papal, através da Constituição dogmática *Pastor Aeternus* somente *ex cathedra* e não de maneira absoluta na figura individual do Papa como pretendia o Pontífice da época. Assim, o Papa é infalível somente quando fala na condição de Mestre e Doutor de todos os cristãos em matéria de fé e de costumes. Devido à guerra franco-prussiana e à iminente invasão de Garibaldi no Palácio Papal, o *Quirinale*, o Concílio foi suspenso e não terminado. Após a morte de Pio IX e com a ascensão de Leão XIII, especialmente em sua carta encíclica *Aeterni Patris* de 04/08/1879, iniciou-se um processo de aproximação da teologia católica à Modernidade. Apesar da crise modernista em todo o período do pontificado de Pio X (1903-1914), em que houve novamente uma forte refutação da Modernidade por parte do Magistério eclesiástico, foi o século XX um marco histórico em termos de diálogo da Igreja com a Modernidade. O diálogo passou a ter maior intensidade na década de vinte, com o Papa Pio XI, tendo seu rumo continuado

Universidade não há de desprezar a fé, mas servir-se da luz daquela. A razão dará inteligibilidade à fé, que, por sua vez, dará àquela a iluminação necessária para que cumpra autenticamente a sua função¹³.

A terceira dimensão refere-se à preocupação ética no ato mesmo da pesquisa. A ética é *norman normans* que regulamenta o comportamento moral dos seres humanos. Toda pesquisa deverá ter uma preocupação ética em relação ao conhecimento específico e em relação à sua totalidade universal que diz respeito à defesa, preservação e promoção da vida. A ética é imbuída de objetividade ontológica e não se prende aos particularismos de uma área de conhecimento, embora deva sempre considerá-los axiologicamente. No entanto, seu caráter universal explicita a complexa rede do sistema do conhecimento, ao qual um conhecimento específico deva pertencer e atender às normas objetivas dessa rede. Nesse sentido, a ética norteará um horizonte clarividente, marcado por preocupações relativas à totalidade da vida para o desenvolvimento de um determinado conhecimento¹⁴.

A quarta dimensão diz respeito à perspectiva teológica. Em uma Universidade Católica não pode faltar o desenvolvimento da teologia. Esta é a ciência da fé que elabora criticamente a sua reflexão, articulando a fé positiva com a história construída pelos seres humanos. Em seu método, toda produção teológica possui dois grandes momentos: *auditus fidei* e *intellectus fidei*. No primeiro, tem-se a

continuação nota 12

com os Papas Pio XII, João XXIII, Paulo VI e atualmente com João Paulo II. Ao nível teológico, o movimento *Nouvelle Théologie*, particularmente da escola de Saulchoir, na qual se destacaram M. D. Chenu, Y. Congar, H. De Lubac e J. Daniélou, foi o propulsor da formulação de uma teologia da história, articulada com a vertente protestante e capaz de acompanhar a reflexão filosófica contemporânea. Em seguida vieram as teologias transcendental de K. Rahner e H. U. von Balthasar, da experiência de E. Schillebeeckx e da práxis em suas vertentes política com J. B. Metz e libertadora com os teólogos da América Latina e de outras regiões empobrecidas. Essas vertentes apoiaram-se na teologia subjacente no Concílio Vaticano II (1962-1965), que consagrou a relevância da historicidade e a centralidade da antropologia na produção teológica. Assim, emergiram teologias comprometidas com a história, com os seres humanos em sua totalidade individual-social e com a perspectiva ecológica da vida.

⁽¹³⁾ FR n. 83

⁽¹⁴⁾ VE nn. 62-64

necessidade de escutar a fé, presente na Escritura e na Tradição teológica e eclesial, bem como nas interpelações atuais da história, especialmente, o clamor dos pobres pela justiça e pela vida. No segundo, a fé é organizada pela sua inteligência com o objetivo de que a verdade da fé seja autenticamente explicitada. Trata-se da racionalidade da fé, iluminada pela própria fé, resultado da abertura da fé à história, às interpelações dos seres humanos e de todos os outros seres, de modo que se manifeste teologicamente o sentido da vida em sua totalidade¹⁵.

A pesquisa na Universidade Católica deve demonstrar um profundo amor à Sabedoria, compreendida como a Verdade Suprema, presente em Deus que se personifica historicamente de diferentes maneiras e se torna um apelo à sua constante busca por parte dos seres humanos a fim de que se realizem em sua individualidade e em sua coletividade.

2. AS INTERPELAÇÕES DA REALIDADE

A vitalidade da pesquisa na Universidade Católica está inteiramente relacionada às interpelações da realidade, dado que a busca do conhecimento é decorrência do espírito especulativo marcado pela contemplação da história – construída por acontecimentos humanos situados no tempo e no espaço – e de sua abertura à transcendência característica do saber. Isso significa apontar os elementos interpelantes da história e aqueles subjacentes na própria epistemologia do conhecimento peculiar e universal. A sensibilidade requerida para essa tarefa aguça a percepção a quatro grandes campos, denotantes da urgência histórica que aponta o sentido existencial dos seres humanos: a cultura, a ordem político-econômica, a antropologia social e a ecologia.

A cultura é compreendida como o conjunto da produção do ser humano que denota a objetivação de sua subjetividade em consonância com o mundo ao seu redor. Ao exteriorizar suas potencialidades, confrontando-as com as manifestações mundanas e produzindo costumes, hábitos e valores formadores da consciência – incluindo o seu aspecto moral –, o ser humano realiza cultura. Esta

⁽¹⁵⁾ RH n. 19; DVe nn. 6-12

é o selo de um indivíduo, de um grupo, de uma nação, de um povo. Manifesta-se mediante a linguagem em «sua estrutura formal de uma língua – fala – e também de gestos explicitadores de uma determinada mensagem comunicada, a ser recepcionada hermeneuticamente¹⁶. As linguagens verbal e simbólica expressam o significado de um significante, cuja condição é fruto de um processo de formação cultural emergente da busca de sentido do sujeito produtor de cultura. Mediante a cultura, os seres humanos buscam a realização do sentido existencial da vida¹⁷.

Em função da relevância da cultura na vida humana, ao desenvolver a pesquisa, a Universidade Católica não pode deixar de dar atenção às interpelações da cultura na realidade histórica, na qual está inserida. Isso impulsiona à compreensão do significado da cultura atual, nas suas formulações moderna e pós-moderna. Essa compreensão implica abordar o tema em sete características.

A primeira diz respeito à formulação do antropocentrismo e de sua crítica global. A emergência da Modernidade, em termos filosóficos, acompanhou o processo histórico iniciado já em meados século XI quando se apresentavam os primeiros grandes sintomas da crise do Feudalismo e de seus substratos teóricos. A descentralização europeia, através do mercantilismo no século XVI, foi acompanhada do pensamento filosófico atingindo o seu auge com o idealismo cartesiano¹⁸, com o empirismo filosófico e científico¹⁹, passando pelo

⁽¹⁶⁾ Na realidade toda cultura é uma hermenêutica de sentido existencial, dado que em suas manifestações culturais, os seres humanos explicitam a sua cosmovisão e sua maneira de construir o(s) seu(s) mundo(s).

⁽¹⁷⁾ GS nn. 52-55; RH n. 13; DP nn. 391-392.

⁽¹⁸⁾ Esta corrente é representada por R. Descartes que, com o seu famoso *Cogito ergo sum*, explicitou o ato de pensar a partir da subjetividade humana como condição do existir. A dúvida era o elemento que permitia a formulação do pensamento dedutivo e a matemática passou a ser vista como a única ciência da possibilidade de certeza, porque explicitava o limite da dúvida.

⁽¹⁹⁾ Esta corrente é filosoficamente representada por D. Hume que afirmava ser o conhecimento fruto da experiência. O conteúdo cognitivo está no objeto a ser conhecido, refletido no sujeito, ao elaborar sua formulação teórica acerca da experiência realizada. A nível científico destaca-se F. Bacon que tomou a base filosófica do empirismo para desenvolver o método científico moderno fundamentado em três grandes momentos: hipótese, observação, verificação. A ciência moderna superava assim a ciência pré-moderna, baseada na argumentação metafísica e teológica. Entrava-se na era da certeza empírica e científica.

iluminismo francês²⁰, pelo idealismo sintético²¹, pelo deísmo naturalista²², pelo romanticismo e pelo idealismo sistêmico²³, pelo materialismo econômico-político²⁴, pelo positivismo²⁵, pela emergência da psicanálise²⁶ e do niilismo filosófico²⁷. O antropocentrismo

(20) Os maiores representantes desta corrente foram Montesquieu e F. M. A. Voltaire. A razão era afirmada como a luz das nações, cujo exercício deveria ser realizado livremente. Foram criticadas as formulações religiosas apologéticas e metafísicas e afirmou-se a Razão como uma espécie de religião natural.

(21) Esta corrente é representada no pensamento de I. Kant, que sintetizou o idealismo cartesiano com o empirismo filosófico, afirmando a supremacia do sujeito no ato cognitivo. Distinguindo juízos *a priori* dos juízos *a posteriori*, o autor explicita que existe um conhecimento inato e um outro adquirido pelo contato do sujeito com o objeto. A síntese é realizada pelo sujeito humano.

(22) Esta corrente está muito presente no pensamento de B. Spinoza, o qual buscou equivalência entre razão e religião, explicitando uma visão assaz racional de Deus, proporcionante de uma teologia natural.

(23) Esta corrente está representada pelos alemães J. G. Fichte, W. J. Schelling e F. Hegel. Afirmavam a supremacia do método dialético conflitivo. Da afirmação provinha sempre uma negação. O confronto entre ambas manifestava negação da negação e, portanto, uma nova afirmação. Valorizou-se a Idéia como o Ser, construído do não-ser e do potencial a emergir um Novo Ser. Assim, a Idéia proporcionou a formulação de um Sistema que a afirmava em sua condição ontológica.

(24) K. Marx e F. Engels representam este pensamento. Usufruindo das intuições e das argumentações do idealismo sistêmico, esse dois filósofos materializam o pensamento, afirmando a dialética conflitiva da história através da categoria *luta de classes*, propagando a revolução social-comunista por meio da ditadura do proletariado e da conseqüente instauração de um reino de necessidades e de liberdade.

(25) O positivismo científico está presente no pensamento de A. Comte, que afirmava ter a humanidade passado por três estágios: o religioso, constituído das crenças humanas em seres sobrenaturais, que é já um estado arcaico, sem sentido e ultrapassado; o filosófico, marcado pela contemplação, pela elaboração de conceitos metafísicos e de argumentos plausíveis ao que fora idealizado. É um estágio também superado, porque não traz ao homem certezas exatas; positivo, fundamentado na experiência empírica e nas certezas oriundas da ciência moderna.

(26) Não seria possível esquecer a contribuição de S. Freud. Sua intuição era abordar a *psique* do indivíduo, chegar à sua profundidade marcada pelo florescimento do desejo, de suas intuições mais límpidas da constituição humana.

(27) Este pensamento está presente em F. Nietzsche, que abordou o tema da liberdade humana como elemento que rompe com as instituições, com as religiões modais e faz irromper o Super-homem, marcado pela sua profundidade humana.

caracteriza-se pela centralidade do homem moderno ao pensar o mundo, a si mesmo, a formação social, a cultura, a experiência religiosa e a historicidade do sujeito. O homem é visto como um ser de subjetividade, marcado pelo seu potencial de exercer a liberdade no tempo e no espaço, de produzir história, compreendida como campo dos acontecimentos humanos. Deste antropocentrismo emerge o cientismo, que proporciona ao homem a capacidade de manipular a natureza, de realizar experiência e, de obter, conseqüentemente novas descobertas. O homem é considerado não apenas em sua coletividade ou em seus relacionamentos sociais, mas também em sua individualidade, caracterizando-se como um sujeito de direitos, decisões e ações. No entanto, há uma crítica interna ao antropocentrismo, denotante da afirmação do homem em suas conquistas, mas propulsor de mudanças em relação à busca de uma totalidade que explicita o caminho amplo e complexo da realização humana. Essa busca está caracterizada pela noção de cosmos em sua condição holística, abarcando a integração e complementaridade entre as partes e o todo. Por isso, a cultura atual é chamada de moderna – por caracterizar-se antropocêntrica – e de pós-moderna – por caracterizar o cosmocentrismo, enquanto totalidade, presente na percepção evolutiva do pensamento²⁸.

A segunda refere-se ao tema da secularização. Esta categoria denota autonomia do imanente que dispensa uma legitimação e uma inteligibilidade abrangente do universo através do elemento religioso ou mítico e conduz a uma independência cognitiva e axiológica muito abrangente e de amplas repercussões concretas. Explicita ainda a fragmentação do universo relativamente homogêneo e orgânico de sentidos e valores, de símbolos e padrões. Isso significa que, contrariamente à razão pré-moderna – que afirmava a centralidade da religião na interpretação do mundo, do homem e de Deus –, a

⁽²⁸⁾ DSD nn. 255-256; A. TORRAINE, *Crítica da Modernidade*, Petrópolis, Vozes, 1994; F. ALBERONI, *Gênese. Como se criam os mitos, os valores e as instituições da civilização ocidental*, Rio de Janeiro, Rocco, 1991; J. F. LYOTARD, *O Pós-Moderno*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1993; D. HARVEY, *Condição Pós-Moderna*, São Paulo, Loyola, 1992.

secularização afirma a existência de várias instâncias de interpretação da totalidade à qual pertencem os seres humanos²⁹.

A terceira apresenta uma pluralidade de universos, caracterizada na epistemologia e na metodologia das diferentes instâncias que congregam os seres humanos. O pluralismo é consequência estrutural da autonomia de diversos universos, em processo de interação³⁰.

A quarta diz respeito à ideologia, compreendida em duas grandes vertentes: a absolutização de uma perspectiva parcial que pretende apresentar-se como explanação e legitimação universal; significa também a fundamentação cognitiva e axiológica necessária para que os diferentes universos se tornem inteligíveis e se estabeleçam a si mesmos. Não é possível que os seres humanos abdicuem da ideologia, já que ela em suas duas vertentes, manifesta a capacidade humana de explicar uma realidade e ainda que apresente determinadas distorções, não deixa de ser um canal de busca da verdade. A cultura atual é construída por ideologias sistêmicas que penetram as organizações sociais, suas instituições e a própria consciência do ser humano em sua individualidade³¹.

A quinta é referente à afirmação da ciência e da tecnologia, compreendidas moderna e pós-modernamente. Elas constituem o dado estrutural e caracterizante da cultura atual e contribuem para as suas transformações constantes. Afetam ainda o consciente individual e coletivo, com impacto direto sobre o cotidiano vital. A ciência moderna articula o espírito especulativo com a experiência empírica e possibilita o empreendimento de tecnologia como sua aplicação. Dessa maneira, o pesquisador especula para engrandecer a própria ciência, mas também proporciona a emergência da tecnologia em sua condição de aprimoramento técnico e de aplicação científica. Diferentes áreas apresentam especulações em torno da vida compreendida em sua totalidade, abrindo um enorme universo de probabilidades e de sistemas

(29) GS nn. 19-21; P. L. BERGER, *O Dossel Sagrado*, São Paulo, Paulinas, 1985.

(30) MED n. 4, 4-5; S. CONNOR, *Cultura pós-moderna*, São Paulo, Loyola, 1993.

(31) CA n. 4; DP n. 535

abertos à constante busca de novos enunciados, imprescindíveis à conceituação e compreensão da vida³². *

A sexta explicita o significado da matemática como linguagem comum entre as diferentes ciências, afetando a mente dos indivíduos, especialmente através da natureza e da expressão abstrata simbólico-formal. As conseqüências dessa matematização são a redução da capacidade de compreensão pelas pessoas de linguagens simbólicas diferentes ou até mesmo de sua rejeição ou subestimação e a tendência a evitar conseqüências éticas de decisões humanas, que passam a ser tomadas apenas no nível matemático³³.

A sétima concerne à concepção de história. Superou-se a concepção cíclica e estática que marcou a cultura pré-moderna e foi apresentada uma visão dinâmica de história, marcada pela ação dos seres humanos em sua condição de sujeitos e pela afirmação da história em sua unidade fundamentada no tempo cronológico – passado, presente e futuro – e kairológico – oportuno – e no espaço, em que os seres estão situados e enraizados. Ocorre então, uma passagem do estaticismo ao dinamismo histórico, no qual os seres humanos são vistos como produtores da história³⁴.

⁽³²⁾ Por exemplo, no tema da criação do universo, o avanço da física e da biologia é profundamente notáveis. Para aprofundar o assunto: J. ARNOULD, *A Teologia depois de Darwin. Elementos para uma teologia da criação numa perspectiva evolucionista*, São Paulo, Loyola, 2001; ID, *Darwin, Teilhard de Chardin e Cía. A Igreja e a evolução*, São Paulo, Paulus, 1999; L.C. SUSIN (ed.), *Mysterium Creationis. Um olhar interdisciplinar sobre o Universo*, São Paulo, SOTER/Paulinas, 1999; S. HAWKING, *O Universo numa casca de noz*, São Paulo, Mandarim, 2001; F. SELVAGGI, *Filosofia del mondo. Cosmologia filosofia*, Roma, PUG, 1996.

⁽³³⁾ M. AZEVEDO, *Entroncamentos & entrechoques. Vivendo a fé em um mundo plural*, São Paulo, Loyola, 1991, pp. 106-108; D. E. BRODY & A. R. BRODY, *As sete maiores descobertas científicas da história*, São Paulo, Companhia das Letras, 1999.

⁽³⁴⁾ P. TRIGO, *Creación e historia em el proceso de liberación*, Madrid, Paulinas, 1988; I. ELLACURÍA, "Historicidad de la salvación cristiana", *MysL I*, pp. 323-372; J. LE GOFF, *História e Memória*, Campinas, Unicamp, 1996; E. MORIN (ed.), *A religação dos saberes. O desafio do século XXI*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001, pp. 357-444.

O campo da ordem política e econômica possui também interpelações que caracterizam a pesquisa na Universidade Católica. Indubitavelmente, as mudanças ocorridas a partir de 1989, com a queda do muro de Berlim, simbolizando a crise do socialismo real e a emergência de um mundo politicamente globalizado, com o fortalecimento – não isento de críticas – do capitalismo neoliberal, trouxe à tona um reducionismo antropológico, intrínseco aos sistemas políticos, no qual o homem passou a ser visto como rede de relações sociais ou como objeto do mercado que se coloca como uma espécie de ídolo servido pelos seus devotos. No conceito socialista, a condição de sujeito histórico é dada ao homem somente em situação de decisão moral. No conceito capitalista, o homem, em seu trabalho, é submetido ao capital, que por sua vez, assume sistematicamente a primazia diante do trabalho. A economia de mercado favorece a sua centralidade e o consumismo desenfreado, denotante do predomínio de uma ética do interesse próprio, distante de favorecer o bem comum. Cria-se uma economia de favorecimento somente àqueles com possibilidade de entrada na lógica do mercado. Trata-se de uma economia excludente que faz emergir uma enorme camada de excluídos, potencialmente vítimas de morte prematura. A pobreza não é mais um problema localizado em algumas regiões do planeta, mas está constituída de caráter mundial. Acirra-se assim o abismo entre riqueza e pobreza, desenvolvendo uma profunda desigualdade social, política e econômica entre os povos. Constatam-se a miséria de homens, mulheres, crianças, adultos e anciãos, um grande fosso entre os países do Norte e os do Sul, A emergência do desemprego, do subemprego, da corrupção política e, conseqüentemente a perda do verdadeiro papel do Estado na condição de regulador da ordem de uma Nação e servidor do bem comum³⁵.

⁽³⁵⁾ LE nn. 11-14; CA nn. 22-29; R. KURZ, *O colapso da modernização. Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993; E. HOBBSAWN. *Era dos extremos. O breve século XX (1914-1991)*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000; V. PAGLIA, *Storia dei poveri in Occidente. Indigenza e carità*, Milano, Rizzoli, 1994; H. ASSMANN & F. HINKELAMMERT, *A idolatria do mercado. Ensaio sobre economia e teologia*, Petrópolis, Vozes, 1989.

Não obstante esses problemas todos, não é possível menosprezar os esforços de diversas organizações cristãs e não-cristãs na construção de movimentos históricos, desencadeadores da realização da utopia de nova ordem econômica, política e social. Buscam-se meios alternativos de superar uma economia de mercado e construir uma economia com mercado, preocupada com o bem comum, com a justiça distributiva. Almeja-se uma política participativa, demonstrativa da justiça social e do serviço que expressa o império de uma ética comunitária³⁶.

Acoplada ao campo da ordem política e econômica está a antropologia social. Consta-se que a construção histórica de sistemas ditatoriais, totalitários e repressores deterioraram a dignidade humana e favoreceram a ideologia de segurança social que incutiu o medo na população de diferentes regiões do mundo. Os direitos humanos foram fortemente afetados. Não houve o devido respeito à dignidade da pessoa humana, de seus direitos fundamentais de expressão das potencialidades individuais. Mesmo com a superação dos referidos sistemas, constata-se, ainda, o império da força através de diferentes guerras civis e de guerras entre nações que assolam populações, devastando-as prematuramente³⁷.

Constata-se ainda a necessidade de se encontrar melhor maneira para que os seres humanos utilizem a liberdade em suas dimensões individual e coletiva. A liberdade é o resultado entre o desejo e a possibilidade, situado historicamente no conjunto da totalidade existencial da vida. Ao buscar exercer a liberdade, os seres humanos se defrontam com o complexo horizonte do sentido da vida. Na profundidade de sua existência, os seres humanos desejam a felicidade e, para isso, necessitam superar a angústia, o medo, as dores e implementar a alegria, a esperança, o ânimo que possibilita a atividade transformadora. Todo ser humano é vocacionado a viver integralmente

⁽³⁶⁾ CA nn. 35-37; MED n. 1, 7-23; DSD nn. 176-179; H. ASSMANN, *Crítica à lógica da exclusão. Ensaio sobre economia e teologia*, São Paulo, Paulus, 1994; C. BOFF & L. BOFF, *Da libertação. O teológico das libertações sócio-históricas*, Petrópolis, Vozes, 1985; G. GUTIÉRREZ, *A força histórica dos pobres*, Petrópolis, Vozes, 1984.

⁽³⁷⁾ SRS nn. 24-25; J. ALDUNATE (ed.), *Direitos humanos, direitos dos pobres*, Petrópolis, Vozes, 1991.

a sua existência, produzindo cultura, construindo relações sociais de respeito, de responsabilidade, de solidariedade e efetuando a justiça em todas as suas dimensões³⁸.

O último campo de interpelações que se pretende abordar é o da ecologia, compreendida como arte das relações dos seres vivos e não-vivos, formando um grande sistema relacional. Cabe ressaltar duas dimensões da ecologia: a ambiental e a sócio-humana. Os problemas relativos à ecologia ambiental estão ligados ao fato de o homem ver-se a si mesmo como centro do universo, passando a dominar tiranicamente os outros seres. Assim, utilizou-se de recursos científicos, técnicos e tecnológicos, os quais nem sempre serviram para cuidar da terra e de todos os seus seres. Problemas como a deterioração da camada de ozônio, o efeito estufa, a efervescência da poluição causada pelo desenfreado número de veículos presentes nas ruas e outros, denotam a falta de cuidado ecológico-ambiental e a necessidade de se descobrir uma nova maneira de relacionamento dos seres humanos com os outros, capaz de fazer emergir a vida. Na dimensão da ecologia sócio-humana, emergem outros problemas. Constata-se o crescimento demográfico, industrial e citadino, acelerado e desequilibrado nas mais diferentes cidades, causando problemas como a falta de moradia para todos os indivíduos, o desemprego, o subemprego e a criação de meios de subsistência para a sobrevivência humana. Na realidade camponesa, a utilização de produtos químicos que nem sempre ajudam no efetivo cultivo da terra, efetua um processo de infertilidade e de não produtividade. Não há um autêntico processo educacional que traga à tona a consciência da integração entre todos os seres do planeta³⁹.

As interpelações da realidade explicitam a necessidade de que a pesquisa na Universidade Católica seja eficaz, escutando-as e se desenvolvendo de modo que mostre caminhos novos de vida. A pesquisa não pode ser aleatória às questões fundamentais da ciência e da vida humana em sua globalidade. Deve ser imbuída de consistência epistemológica e histórica. Por isso, não pode estar isenta de critérios que possibilitem pertinência e eficácia.

⁽³⁸⁾ LC nn. 71-96.

⁽³⁹⁾ SRS n. 26; DSD nn. 169-177.

3. CRITÉRIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA NA UNIVERSIDADE CATÓLICA

Os critérios são os elementos normativos para a realização de um ato, para a tomada de atitudes fundamentais e incisivas. Pelos critérios, tem-se a organização de uma determinada instituição, organismo e acontecimento. Eles dão consistência àquilo que haverá de ser realizado. Assim, os critérios em relação à pesquisa na Universidade Católica servirão para que o trabalho de investigação esteja em total consonância ao estatuto teórico desse tipo de Universidade, proporcionando base para a sua eficácia na condição ontológica.

Deve-se observar o critério dos elementos da antropologia teológica cristã. Essa área da teologia é assaz relevante e poderia constituir-se por si mesma no complexo teológico. Trata-se de estudar o ser humano à luz da teologia cristã, tendo o evento crístico como o fundamento básico para a compreensão do sentido existencial do homem⁴⁰.

Nesse critério, o homem é visto como Imagem e Semelhança de Deus. O primeiro termo indica o *devir* do homem em um estado de comunhão com Deus, que realiza, em sua historicidade todo o seu potencial e se mostra como um ser divinizado em sua totalidade humana. O segundo indica que, para atingir a futura condição, o homem deve realizar-se historicamente em um profundo dinamismo transformador e criativo em sua relação com a natureza que o cerca. Daí que esses termos afirmam a transcendência e a imanência humanas: o ser humano histórico e situado no tempo e no espaço, e o ser humano transhistórico, capaz de transparecer e ir além daquilo que é experimentável historicamente⁴¹.

⁽⁴⁰⁾ RH nn. 7-8; K. RAHNER, "Reflexiones fundamentales sobre antropología y protología en el marco de la teología", MySal II, pp. 454-468, cunhou o termo antropologia teológica, afirmando que sem antropologia não é possível produzir teologia. O objeto de estudo da teologia é Deus, compreendido tão somente através da experiência humana.

⁽⁴¹⁾ GS n. 12; L. F. LADARIA, "L'homme créé à l'image de Dieu", in B. SESBOÛE, ed., *Histoire des dogmes (II). L'homme et son salut*, Paris, Desclée, 1995, pp. 88-147; ID, *Antropologia teológica*, Roma, PIEMME – PUG, 1995, pp. 107-173; K. RAHNER, *Teologia e antropologia*, São Paulo, Paulinas, 1969.

Afirma-se o ser humano em sua integridade. Combate-se o dualismo que fez emergir uma bipolaridade antropológica, apontando para a existência de um mundo inferior e um mundo superior e a supremacia da alma sobre o corpo. Afirma-se a dualidade de integração, na qual a bipolaridade deixa de ser vertical para ser horizontal, sendo os pólos profundamente articulados entre si. Assim, o homem é constituído de corpo e de alma, mas ambos os elementos lhe pertencem, possuem relevâncias determinadas e juntos formam o mesmo ser humano, imanente e transcendente⁴².

O ser humano é também um ser de relação com outros seres humanos. Não consegue viver isolado dos outros, pois a sua pessoalidade é profundamente relacional. Como ser social, constrói estruturas políticas para propiciar o bem comum, sistemas econômicos para a sobrevivência da *Polis*, forma instituições que dão sentido à sua organização social. Produz ainda relações de amizade, de convívio, laços de solidariedade emanados diante das necessidades emergentes no cotidiano vital⁴³.

O homem é ainda um ser pessoal, marcado por sua individualidade relacional e imbuído de potencial de liberdade. Ele é então, um ser de decisão, de criatividade e de racionalidade organizativa que constituem o seu caráter e o seu ser. Em sua pessoalidade, o homem é singular, único e relacionável a outros homens e a outros seres⁴⁴.

A antropologia teológica cristã vê o homem também na perspectiva do cosmocentrismo. Ele faz parte do cosmos, integra-o e carrega consigo o caráter cósmico que o constitui. Essa pertença do homem ao cosmos, mostra-lhe a sua relação com os outros seres e o conseqüente compromisso com a vida deles e do todo cósmico ao qual pertence⁴⁵.

⁽⁴²⁾ Gs n. 14; A. GARCÍA RUBIO, *Unidade na pluralidade. O ser humano à luz da fé e da reflexão cristãs*, São Paulo, Paulinas, 1989, pp. 258-293.

⁽⁴³⁾ GS nn. 24-26; J. LADRIÈRE, "La dimension chrétienne de la personne", *Nurs.* 2 (1971), pp. 1-19; D. SATTLER & T. SCHNEIDER, "Doutrina da criação", in T. SCHNEIDER (ed.), *Manual de Dogmática (I)*, Vozes, Petrópolis, 2000, pp. 202-204; L.F. LADARIA, *Antropologia Teológica*, pp. 162-165.

⁽⁴⁴⁾ GS nn. 16-17; CA n. 24; L.F. LADARIA, *Antropologia Teológica*, pp. 158-162.

⁽⁴⁵⁾ CA n. 31; L. BOFF, *Ecologia. Grito da Terra, grito dos pobres*, São Paulo, Ática, 1996; ID, *Princípio – Terra. A volta à Terra como Pátria comum*, São Paulo, Ática, 1995.

O segundo critério para o desenvolvimento da pesquisa na Universidade Católica é o eclesiológico. A Universidade Católica faz parte da Igreja e, por conseguinte, sua missão está agregada à missão da Igreja no mundo. A Igreja há de ser vista teologicamente em sua essência misterioso-salvífica. A Igreja é um mistério oriundo do mistério trinitário; um mistério de comunhão das Pessoas divinas e uma comunhão que há de ser vivida pela e na Igreja. A concretização da Igreja como mistério se dá na categoria Povo de Deus, peregrino na história, servidor do Reino, cuja missão de tornar presente o Reino de Deus na terra, se realiza na reunião de todo o gênero humano. Por isso, a Igreja não deve refutar o mundo, mas inserir-se nele, escutá-lo em suas aflições, angústias, alegrias e esperanças, para dizer-lhe uma palavra de fé, esperança e caridade, contribuir na historicidade do Reino de Deus, edificando a própria história em todas as suas potencialidades⁴⁶.

O terceiro critério diz respeito à epistemologia do conhecimento científico. Trata-se de ter atenção ao estatuto teórico da ciência, em seu intrinsecismo e em sua exterioridade. Torna-se necessário que haja um bom desenvolvimento do conhecimento específico. Suas regras, seus jogos epistemológicos, seu método devem realizar um empreendimento que engrandeça a ciência compreendida em sua peculiaridade e em sua universalidade. Nenhuma ciência pode subsistir por si mesma. Necessita-se construir a interdisciplinaridade, proveniente do diálogo científico, da busca de construir uma verdade científica que seja fruto da conjunção dos diferentes espíritos investigadores da ciência⁴⁷.

O quarto critério diz respeito à ética. Nenhuma ciência está isenta do seu *norman normans*, do seu normativo geral de regimentação. A ética norteia os desdobramentos epistemológicos e morais de uma ciência. Em um sentido amplo, a ética norteadora da ciência é o imperativo objetivo da vida compreendida em sua globalidade. Por isso, há se ater ao sentido ético em cada ciência para a construção de um ser humano autenticamente integral, constituído de sua totalidade que o identifica essencialmente. Além disso, a ética haverá de proporcionar

⁽⁴⁶⁾ LG nn. 1-17; GS n. 1; ExcE nn. 31-37

⁽⁴⁷⁾ ExcE nn. 17-20; J. LADRIÈRE, *A hodierna mentalidade científica e a fé cristã*, São Paulo, Paulinas, 1972, pp. 107-114.

elementos que possibilitem a construção de comportamentos morais no ato da elaboração das ciências e da correlação entre elas. Para isso, a primazia da vida é imprescindível na construção de uma ética científica que desperte a formação de uma consciência moral, capaz de discernir os verdadeiros rumos aos quais o conhecimento científico deve ser encaminhado⁴⁸.

O último critério é consoante à relação entre a fé com a razão. A Universidade Católica possui o dado da fé em seu bojo, mas se caracteriza como Universidade por desenvolver a razão subjetiva e instrumental. A perspectiva da fé e da razão deverá marcar a pesquisa em seu desenvolvimento científico. Nesse sentido, são imprescindíveis e relevantes as contribuições da filosofia e da teologia na elaboração da pesquisa em si e no aprofundamento e divulgação dos critérios que devem nortear a investigação nessa Instituição da Igreja. Uma servirá de hermenêutica da razão e a outra de hermenêutica da fé na construção de um saber científico globalizante, complexo e eficaz à construção de uma história marcada pelos sinais da utopia concernente ao próprio cristianismo⁴⁹.

Os critérios constituem fundamentos para a pesquisa na Universidade Católica. Assim sendo, como construir um processo de investigação que venha a ser autêntica contribuição da Universidade à sociedade na qual está inserida, ao ser humano em sua globalidade e ao planeta?

4. A PRÁTICA DA PESQUISA

No amparo das interpelações da realidade e dos critérios para a realização da pesquisa, urge apontar alguns aspectos práticos, denotantes da consolidação e do futuro a ser realizado em termos de investigação científica na Universidade Católica.

⁽⁴⁸⁾ GS n. 16; N. AGOSTINI, *Ética e evangelização. A dinâmica da alteridade na recriação da Moral*, Petrópolis, Vozes, 1993, pp 21-45; J. LADRIÈRE, *A hodierna mentalidade científica e a fé cristã*, pp. 43-67.

⁽⁴⁹⁾ DF, COD, pp. 808-809, FR n. 17; M. A. OLIVEIRA, *Diálogos entre razão e fé*, São Paulo, Paulinas, 2000.

Antes, porém, cabe ressaltar que a pesquisa não pode prescindir de duas dimensões do caráter especulativo: a busca da verdade suprema e a historicidade do conhecimento. Por um lado, a contemplação à complexidade do horizonte da verdade do objeto investigado e da realidade transcendental de toda a realidade que cerca o ser humano, é indubitavelmente elemento necessário a ser desenvolvido para a realização da pesquisa. O investigador não pode assumir uma verdade absolutizada em formas estabelecidas do conhecimento. Torna-se necessário que a sua consciência⁵⁰ conduza à busca da superação do conhecido e o abra ao *novum* do conhecimento como elemento demonstrativo da presença da verdade suprema no trabalho cognitivo e científico. Por outro lado, o conhecimento é histórico. A pesquisa deve atender às exigências da história, da realidade circunstancial, na qual a Universidade Católica está inserida. Torna-se relevante e necessário que o investigador seja capaz de escutar a história, de inserir-se em seu contexto, a fim de que o seu texto tenha uma eficácia direcionada e planejada. As forças que movimentam a história deverão, por sua vez, explicitar à Universidade e aos seus pesquisadores as suas necessidades e como conseqüência, as urgências da investigação⁵¹.

O primeiro campo de exposição a respeito da pesquisa na Universidade Católica, refere-se às contribuições da Biologia e seus derivados – biogenética, biomedicina e outros -, bem como das ciências médicas e da psicologia. Trata-se de compreender questões como a teoria do genoma, a revolução genética, clonagem, a complexidade do sistema nervoso, as novas terapias para combate de doenças anteriormente tidas como incuráveis, a análise das teorias psicológicas para melhor compreensão da psique humana, como forma de ajuda à integração social do indivíduo. A filosofia e a teologia poderão – ou até deverão – dar suas devidas contribuições, suscitando a perspectiva de uma nova educação, com uma nova linguagem, tendo em vista a contribuição para a construção da paz e da civilização do amor. Serão

⁽⁵⁰⁾ A consciência do investigador não é puramente individual. Sua inserção social torna-lhe consciente sempre em relação com os outros seres humanos. A relacionalidade antropológico-social do pesquisador dentro de um processo de conscientização, forma a sua consciência.

⁽⁵¹⁾ ExcE nn. 32-33.

elas, a via hermenêutica da interdisciplinaridade e da transdisciplinaridade das diferentes áreas científicas⁵².

O segundo campo diz respeito às novas descobertas científicas, especialmente no âmbito dos diferentes ramos da química, da física, da engenharia, da informática e da comunicação, e sua conseqüente criação de tecnologias. A natureza da ciência é fundamentalmente humanística. Ela deve servir às necessidades da individualidade e da sociabilidade da existência humana. Por isso, as novas descobertas não de ser concernentes aos problemas urgentes da vida. Sua aplicação tecnológica deve visar à globalidade da dignidade dos seres humanos e do mundo em que habita. Não deve estar distante desse campo, uma ética de humanização da ciência e da tecnologia, de visualização do horizonte do bem comum dos seres humanos e do mundo em que habita. Indubitavelmente, há de se buscar o zelo e o cuidado ecológico, abarcando uma visão totalizante do planeta e do universo, de modo que o desenvolvimento da inteligência humana dê consistência à concepção antropoteológica que o ser humano é criatura criadora, Imagem e Semelhança de Deus⁵³.

O terceiro campo diz respeito ao âmbito das ciências sociais, da política e da economia. A pesquisa nessas áreas deve buscar compreender a sociedade em sua política governamental e em seu sentido amplo de busca do bem comum, detectando a ação dos diferentes movimentos institucionais na sociedade. Compreender-se-á as relações micronacionais, as guerras locais, a violência urbana, a deterioração da vida campesina, as ideologias de manipulação da opinião pública – especialmente aquelas presentes nos meios de comunicação social –, o processo de globalização atual e as diferentes alternativas – particularmente aquelas provenientes das camadas populares – capazes de elevar a dignidade humana, a qualidade de vida e o bem comum de toda a humanidade. Desenvolver-se-á a teoria de uma economia anti-sacrificialista, com mercado – e não exclusivamente de mercado – autenticamente humana, verdadeiramente justa, capaz de proporcionar – em consonância com os instrumentos políticos – a paz⁵⁴.

(52) HV nn. 1-7; PP n. 42; Evi nn. 96-98.

(53) PP nn. 76-79; SRS n. 34.

(54) PP nn. 43-64; SRS nn. 37-45; CA nn. 46-52; MED nn. 2, 17-18; DSD nn. 194-197.

O quarto campo é o da memória e da criatividade das culturas. Trata-se de recuperar o autêntico papel da história em sua condição de ciência, de resgatar o sentido antropológico da cultura entendida em sua pluralidade, dado que cada povo produz cultura. Dar-se-á atenção especial às culturas marginalizadas – do negro, do índio, dos pobres em geral -, valorizando as diferentes expressões artísticas e resgatando o papel da música, da poesia, da arte em geral. A pesquisa deverá explicitar a dimensão lúdica do ser humano, a sua capacidade de criar e de superar os mimetismos sistêmicos tolhedores da liberdade humana⁵⁵.

O quinto campo refere-se ao universo religioso. Considerar-se-á a realidade plural das religiões, a relevância da compreensão de cada uma das formas da experiência religiosa e da experiência individual do ser humano, a necessidade do diálogo do cristianismo com as religiões não cristãs, a compreensão da unicidade e da universalidade salvífica, o ecumenismo – unidade das Igrejas cristãs – e sua relevância na missão da Igreja de reunir todo o gênero humano. Para isso, utilizar-se-á da teologia, da filosofia, da psicologia, da antropologia, da história, da sociologia e de todo conhecimento científico consoante a essa realidade⁵⁶.

CONCLUSÃO

Ao final deste texto, urge suscitar algumas conclusões que não pretendem esgotar o assunto, mas sintetizar a presente exposição buscando demonstrar a abertura de novas possibilidades para a pesquisa na Universidade Católica.

Em primeiro lugar, para ser verdadeira e autêntica Universidade, a Universidade Católica deve pesquisar, tendo sensibilidade para as circunstâncias históricas e desenvolvendo um profundo amor à Sabedoria, capaz de explicitar a verdade suprema. Para ser católica, a Universidade deve utilizar-se de seus critérios específicos, cujo escopo não é opor-se à pesquisa em seu sentido

⁽⁵⁵⁾ EN n. 20; MED n. 7, 17; DSD nn. 228-283.

⁽⁵⁶⁾ LG n. 50; DI nn. 13-22.

amplo, mas estar em consonância com os critérios gerais do saber universitário.

Em segundo lugar, por ser católica, a Universidade Católica deve assimilar a missão da Igreja no mundo atual, sentindo suas angústias, dores, alegrias e esperanças e implementar essa missão na Universidade, especialmente no campo da pesquisa, tendo por finalidade um bom desenvolvimento do ensino e da extensão, formando seres humanos íntegros, competentes e grandes colaboradores à construção de sociedades justas, fraternas e solidárias.

Em terceiro lugar, há de se ter atenção constante às interpelações da realidade e à contemplação que impulsiona o ser humano ao ato de especular, pesquisar, conhecer com a finalidade de aproximar-se da verdade suprema. Essa atitude bipolar não contém em si o confronto excludente e, conseqüentemente a escolha de um pólo e a exclusão de outro. Ambos são dialógicos, complementares e necessários ao desenvolvimento da investigação científica.

Em quarto lugar, a Universidade Católica deve buscar a realização da interdisciplinaridade. O diálogo das disciplinas entre si, a complementaridade entre elas constitui uma necessidade imprescindível para a construção de um conhecimento científico útil, necessário e plausível à própria epistemologia.

Em quinto lugar, a identidade católica da Universidade obriga-a a realizar o diálogo entre fé e razão. Terminou o período em que ambas se defendiam uma da outra, refutavam o diálogo e buscavam sua respectiva autonomia, sem projeto de conjunção. Desenvolve-se atualmente, o momento da proximidade, do diálogo, da interação, sendo que, cada uma cumpre a sua função em consonância com a outra. A razão possibilita a construção de caminhos racionais de compreensão da fé, que por sua vez, ilumina a razão, proporciona-lhe efetuar o seu papel com maestria.

Enfim, a pesquisa na Universidade Católica é relevante e imprescindível para a realização do escopo dessa Universidade. Não se refuta a investigação, mas a incentiva e se procurará mostrar cada vez mais a sua importância no desenvolvimento do ensino e da extensão. Assim, a Universidade Católica poderá não apenas cumprir o seu papel em sua dimensão interna, mas poderá também contribuir na construção

de estruturas sociais justas, de culturas comunitárias, de relações humanas de solidariedade, de seres humanos novos, transcendentes, de um mundo de paz.

ABREVIações

AAS: Acta Apostolicae Sedis

COD: Conciliorum Oecumenicorum Decreta, Bologna, Dehoniane, 1995

DF: Constituição Dogmática *Dei Filius* do Concílio Vaticano I

DI: Declaração *Dominus Iesus* da Congregação para a Doutrina da Fé

DP: Documento de Puebla, III Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, realizada em Puebla, México em 1979.

DSD: Documento de Santo Domingo, IV Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, realizada em Santo Domingo, República Dominicana, em 1992.

Dve: *Dominum Veritatis*, Instrução da Congregação para a Doutrina da Fé

EE: Enchiridion delle Encicliche, Bologna, Dehoniane

Evi: Carta encíclica *Evangelium Vitae* de João Paulo II

ExcE: Constituição Apostólica *Ex Corde Ecclesiae* de João Paulo II

FR: Carta encíclica *Fides et Ratio* de João Paulo II

GS: Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* do Concílio Vaticano II

HV: Carta *Humanae Vitae* de Paulo VI

LC: Instrução *Libertatis Conscientia* da Congregação para a Doutrina da Fé

LE: Carta encíclica *Laborem Exercens* de João Paulo II

LG: Constituição Dogmática *Lumen Gentium* do Concílio Vaticano II

MED: Documento de Medellín, II Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, realizada, em Medellín, na Colômbia, em 1968

MySal: *Mysterium Salutis*. Manual de Teología como historia de la salvación (I-V), Madrid, Cristiandad, 1971

MysL: *Mysterium Liberationis*. Conceptos Fundamentales de la teología de la liberación (I-II), Madrid, Trotta, 1990

Nurs.: Revista Nursing, de Bruxelas, Bélgica

PP: Carta encíclica *Populorum Progressio* de Paulo VI

RH: Carta encíclica *Redemptor Hominis* de João Paulo II

SRS: Carta encíclica *Sollicitudo Rei Socialis* de João Paulo II

Syl.: Syllabus da Carta encíclica *Quanta Cura* de PIO IX

VE: Carta encíclica *Veritatis Splendor* de João Paulo II

O Pe. Paulo Sérgio Lopes Gonçalves é Doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma, Professor de Teologia Sistemática e Antropologia Teológica na FTCR da PUC-Campinas, Professor convidado do programa de Pós-Graduação do Centro Universitário Assunção de São Paulo, SP e Diretor do Centro de Ciências Humanas da PUC-Campinas. e-mail: ftcr@puc-campinas.edu.br

TEOLOGIA DO EPISCOPADO

Pedro Carlos CIPOLINI

Excelentíssimos senhores: Arcebispo de Campinas, D. Gilberto Pereira Lopes; D. Sérgio da Rocha, homenageado deste dia; Magnífico Sr. Reitor da PUC-Campinas, Pe. José Benedito David; Sr. Diretor da Faculdade de Teologia, Pe. Paulo Sérgio Gonçalves; demais professores. Queridos alunos e todos os presentes a esta justa homenagem que desejamos prestar hoje a D. Sérgio da Rocha, bispo titular de Alba e auxiliar do Sr. Arcebispo de Fortaleza. D. Sérgio que até poucos dias era o Sérgio, o Pe. Sérgio, nosso irmão, amigo e companheiro nas lides acadêmicas na FTCR¹.

Alegrou-nos sobremaneira esta escolha para o episcopado, tida por todos como justa e merecida. Para nossa Faculdade de Teologia, é uma honra e uma distinção ter um professor escolhido para este elevado cargo e tão grande responsabilidade na Igreja. Todos estamos felizes! A satisfação de tantos, povo de Deus e presbíteros, é sinal da ação de Deus, neste evento eclesial, como ressonância da escolha divina (agora D. Sérgio, o difícil será manter esta satisfação geral).

Prezados senhores, foi-me solicitado que pronunciasse aqui algumas palavras à maneira de conferência em homenagem ao novo bispo. Nem preciso dizer da dificuldade que isto implica, devido à platéia seleta a que se destina, pela complexidade do tema e pelo pouco tempo que tive de preparar. Peço de antemão vossa compreensão por eventuais falhas. Não poderia, porém, deixar de atender este

⁽¹⁾ Conferência pronunciada pelo Prof. Dr. Côn. Pedro Carlos Cipolini em homenagem prestada pela FTCR da PUC-Campinas a *D. Sérgio da Rocha*, em 15/08/2001.

pedido, pela amizade fraterna e cordialidade, com que sempre foi pautado meu relacionamento com o então P_e. Sérgio, no exercício do magistério. (Cheguei mesmo a convidá-lo para ajudar no atendimento de confissões, na Basílica do Carmo, o que não foi possível de se concretizar).

O bispo exerce na Igreja um ministério de suma importância, ministério capital, a propósito, é o ministério de "cabeça", daquele que está à frente da Igreja particular e representa toda a Igreja, da qual é constituído Pastor e Mestre. Cada bispo é o princípio visível da unidade na Igreja que lhe é confiada. O bispo possui o poder de *jurisdição*, que lhe é conferido pela indicação do Santo Padre o Papa. Eles sucedem aos apóstolos, são pastores da Igreja, mestres da doutrina, sacerdotes do culto e ministros do governo, diz o Código de Direito Canônico (Cân. 375). Também recebem os bispos o poder de *ordem*, conferido pela consagração episcopal. Pela sagração episcopal se confere a plenitude da Ordem, o poder de santificar, de ensinar e de governar diz o Concílio Vaticano II (LG 21). Poder de jurisdição: fazer discípulos e ensinar a cumprir o que foi mandado. Poder de ordem: santificação pelo sacramento do batismo e da Eucaristia (cf. Mt 28,18-20).

Não desejo considerar os aspectos jurídicos do episcopado, nem as obrigações práticas do bispo conforme o direito. Meu propósito é falar teologicamente, qual é a concepção de bispo que a Fé e a Tradição da Igreja nos legaram. O bispo tem, como foi dito, o poder de jurisdição "*potestas jurisdictionis*" que lhe coloca à frente do governo da Igreja, porém somente o poder de jurisdição não é suficiente para conhecer a natureza e o verdadeiro ofício do bispo na sua semelhança com Cristo Cabeça. O bispo recebe também o poder da Ordem "*potestas ordinis*" o qual, parte da sacramentalidade, e lhe dá a capacidade de ser o presidente da Eucaristia na sua Igreja. E é desta fonte eucarística que dá vida à Igreja, presidida pelo Bispo, que melhor se pode captar o seu ofício na Igreja. Da Eucaristia presidida pelo bispo, como seu legítimo oficiante "*in persona Christi*", brota-nos a compreensão do que seja seu ministério de amar e servir para que todos sejam um, até a doação da própria vida. Desta forma, repito o que um grande padre do clero de Campinas, já falecido, sempre dizia: "*O padre, assim como o bispo, não é alguém que foi tirado do meio do povo para servir o povo, mas foi atirado no meio do povo para servir o povo*". Ser alimento do povo

de Deus, como Jesus na Eucaristia: eis tudo! (Neste sentido, é um acontecimento paradigmático e profético, porém encarado como mero conflito histórico, o fato de o primeiro bispo do Brasil ter sido devorado pelos índios). Ser alimento das ovelhas, o que mais poderia desejar um pastor que jura dar a vida, no seguimento Daquele que “tendo amado amou até o fim” (Jo 13,1), na expressão dramática do evangelista João para dizer que Jesus morreu por amor?

O bispo é sucessor dos apóstolos diz o Vaticano II (LG 20). O ministério episcopal está ligado aos apóstolos, afirma a Igreja. O episcopado liga-se intimamente à sucessão apostólica e é uma estrutura gradualmente desenvolvida na Igreja. Os *episcopos* ou *presbíteros-bispos*, sucederam os apóstolos, no exercício do atendimento pastoral das Igrejas que os apóstolos tinham fundado. No início havia o colégio dos presbíteros: “A idéia de uma certa igualdade inicial entre bispos e presbíteros estende-se pelo menos até Santo Isidoro de Sevilha”². Sempre foi clara a distinção entre bispo e diácono, ficando menos clara a distinção entre bispo e presbítero (cf. At. 20,17 e Tt 1,5). Nas comunidades onde predominavam cristãos vindos do judaísmo, prevalece a palavra presbítero (ancião) nas comunidades com maioria vinda do helenismo prevalece a palavra episcopo (vigilante). Esta última vai prevalecer a partir do século primeiro, quando surge o episcopado monárquico.

Devido às perseguições e à proliferação das heresias, a Igreja necessitou que um membro do colégio dos presbíteros tomasse a frente da Igreja, como seu legítimo representante, na linha da sucessão da autoridade apostólica. Cada Igreja passa a ser governada por um único bispo, sendo que no início do século segundo, já é certa a existência da diferenciação entre os graus do ministério ordenado, como o demonstra este trecho da carta de Santo Inácio de Antioquia: “É necessário portanto, como já o fazeis, nada realizar sem o bispo, mas também submeter-vos ao presbitério, como aos apóstolos de Jesus Cristo, da mesma forma, todos respeitem os diáconos como a Jesus Cristo, e também ao bispo, que é a imagem do Pai e aos presbíteros

⁽²⁾ Cf. ESTRADA, J. A., *Para entender como surgiu la Iglesia*, Estella, Verbo Divino, 1999, p.188.

como o conselho de Deus. Sem eles, não se pode falar de Igreja”(Ad Tralianos 3,1). Já na carta a Timóteo, o bispo aparece como “o pai de família que deve organizar e velar pela comunidade”(1Tm 1,4;3,5ss).

O concílio de Nicéia vai prescrever a tradição de um bispo por Igreja, um bispo por cidade, devendo ser o mesmo, sagrado por três outros bispos (cf. cân. 4). Há uma só fé, um só batismo, um só Senhor, para representar este Senhor único, era conveniente um só episcopo³. Na antiguidade o bispo era eleito com a participação da comunidade como atesta a mais antiga e legítima Tradição⁴. O que conta não é o desejo do candidato, mas sua fé comprovada, a tarefa a ser realizada e a escolha da Igreja. Havia a *eleição* na qual se escolhia o candidato, a *consagração* na qual os bispos vizinhos davam sua aprovação à escolha e impunham as mãos, e a *recepção*, na qual a Igreja acolhia o novo bispo como um verdadeiro dom do Espírito Santo.

O bispo será o pastor, o emissário de Cristo, o guarda e vigilante do rebanho que lhe for confiado. Toda a missão do bispo está resumida na tríplice função de ensinar, santificar e governar: “Os bispos, portanto, pelo Espírito Santo, que lhes foi dado, foram constituídos verdadeiros e autênticos Mestres da Fé, Pontífices e Pastores”(Vaticano II - CD 2). Quero me deter nestas três funções:

- Ser Mestre da Fé, implica na tarefa de ensinar, de evangelizar, ser Profeta na linha do anúncio apostólico e isto está simbolizado pelo *Evangelho* que é colocado sobre os ombros do bispo no dia de sua sagração.
- Ser Pontífice é ser santificador, é o múnus sacerdotal de criar comunidade, pela força da graça que lhe foi confiada. Isto está simbolizado pela *mitra* que deve sinalizar a santidade que o bispo deve ter.
- Ser Pastor indica a tarefa excelsa de governar como quem serve. Somente no cristianismo se percebe pela fé e o exemplo de Jesus Cristo, que o poder é serviço a ser exercido na comunhão e na colegialidade,

⁽³⁾ Cf. BENOIT, P., *Lês Origines de l'episcopat dans lê Noveau Testament*, em *Exégèse et Théologie*, v. II, pp. 232ss.

⁽⁴⁾ Cf. S. Leão Magno, Ep. 14,5 in PL 54,673 – S. Celestino Ep. 4,5 in PL 434.

na co-responsabilidade e no desprendimento. Isto é simbolizado pelo *báculo*. *

Como do bispo se exige, sobretudo, fidelidade, falarei da fidelidade simbolizada pelo *anel* que indica a união de Cristo (representado pelo bispo) com sua Igreja. Desta forma, estes símbolos do episcopado, simplificados hoje pela reforma litúrgica do Concílio Vaticano II, nos falam dele e do que ele significa. Não devem ser vistos como sinais de poder, o que acontece, infelizmente, quando se entende o episcopado somente numa linha de poder de jurisdição, ou numa concepção de poder, despido da especificidade do poder cristão que é serviço. São símbolos que se prestam a uma mistagogia do ministério episcopal.

1. EVANGELHO: MESTRE NA FÉ

No início da Igreja a autoridade suprema pertencia aos ministros itinerantes, aos apóstolos, os colaboradores dos apóstolos e aos profetas⁵. A missão profética de anúncio e denúncia é eminentemente apostólica, como o demonstra o primeiro discurso de Pedro (At 2,22-32). Aos poucos o espaço reservado à missão vai cedendo lugar à administração e, a autoridade suprema da comunidade se caracterizará mais pela administração que pela missão evangelizadora. O bispo no entanto, é em primeiro lugar mestre da fé, é o catequista maior de seu rebanho. "Como Pastores tendes a viva consciência de que vosso dever principal é de ser Mestres da Verdade. Não de uma verdade humana, mas de uma verdade que vem de Deus" (João Paulo II, *Discurso inaugural aos bispos em Puebla*, 28.01.1979). Sem a pregação não pode haver fé, pois a fé entra pelos ouvidos diz Paulo (Rm 10,17). Por isso o bispo deve ser capaz de ensinar (1Tm 3,2). O verdadeiro culto no Novo Testamento é o serviço ao Evangelho do Reino, é o anúncio de Jesus Cristo, do Deus de Jesus Cristo e seu Reino Escatológico.

⁽⁵⁾ Cf. COMBLIN, J., Origem e figura do bispo na tradição eclesial, em *Bispos para a esperança do mundo: uma leitura crítica sobre caminhos de Igreja*, São Paulo, Paulinas, 2000, p. 42.

“O Evangelho que nos foi entregue é também palavra de verdade: verdade a respeito de Deus, a respeito do homem e de seu misterioso destino e verdade sobre o mundo” (cf. Paulo VI, in EN 78). A evangelização não pode deixar de comportar o anúncio profético do além, porém entre a evangelização e a promoção humana, desenvolvimentos, libertação, existem de fato laços profundos (cf. EN 28 e 31). O bispo no seu ministério profético de anunciador da verdade, se torna defensor da dignidade e dos direitos humanos (EN 30). De fato, desde o século III o bispo recebe o título de *pater pauperum*⁶. Este Evangelho que deve ser anunciado está sintetizado na cruz, nela temos a salvação e a vida, porque sem a cruz não há ressurreição. Não é outro o significado da cruz peitoral que o bispo traz, senão este, o selo do profeta que anuncia a morte do crucificado e sua ressurreição. O bispo traz a cruz expressando assim a morte e ressurreição de Cristo, síntese de todo anúncio do Evangelho. A sucessão apostólica não consiste em manter um evangelho inerte, um depósito bem guardado, mas um evangelho ativo, que continue provocando os povos.

2. MITRA: EXEMPLO DE SANTIDADE

É necessário que o bispo seja irrepreensível diz a carta a Timóteo (1Tm 3,1-2). Nas atividades do seu ministério os bispos terão de fazer prevalecer sempre as coisas concernentes a Deus. Eles presidem a Eucaristia e são administradores da graça do sacerdócio supremo (LG 26). São Gregório Magno, em sua famosa *Regula Pastoralis* (II,5) escreve: “*Um pastor deve estar perto de todos com a linguagem da compaixão e da compreensão. Deve de maneira especial elevar-se sobre todos os demais pela oração e contemplação*”. O Vaticano II vai definir a santidade como união com Cristo, desta forma podemos dizer que o bispo, encarregado de santificar o seu rebanho, tem dever imperativo de tender à santidade na forma de união com Cristo. É belíssimo o que escreve S. Gregório Nazianzeno a este respeito: “*Eu não temo a guerra nem a perseguição, nem o fogo, o precipício, a tortura*

⁽⁶⁾ Cf. SCHILLEBEECKX, E. *Por uma Igreja mais humana*, S. Paulo, 1989, pp. 204-207.

ou o ser mais selvagem. Mesmo que aos suplícios presentes se junte os mais duros. Um só remédio eu possuo contra todos os males, uma só estrada tenho para chegar à vitória: morrer unido a Jesus Cristo e morrer por Ele" (cf. in *A fuga*, n. 87).

Em recente discurso a um grupo de bispos recém-nomeados que participavam de uma jornada de estudos, o Papa João Paulo II disse: *"A santidade pessoal é a condição para a fecundidade do nosso ministério de Bispos da Igreja. É a nossa união com Jesus Cristo que determina a credibilidade do nosso testemunho do Evangelho e a eficácia sobrenatural de nossas iniciativas (...). A verdadeira medida de nosso êxito consistirá numa maior santidade"* (L'Osservatore Romano, edição portuguesa, 14.07.01, p. 4). A mitra no ritual antigo sinalizava o capacete com o qual o bispo devia ir ao combate para lutar contra os infiéis. Hoje ela simboliza a santidade, diz o ritual: "Brilhe em ti o esplendor da santidade". O bispo não é chamado hoje a combater os hereges, mas a ofuscá-los com o esplendor de sua santidade. Há um ditado que diz ser a mitra o túmulo das amizades. Não o é, se for símbolo de uma santidade que acolhe, convence e comove.

3. BÁCULO: O BOM PASTOR

O pastor busca a ovelha perdida, reconforta a fraca e guarda a forte, diz o profeta (Ez 34,4). O bispo é colocado como bom pastor de seu rebanho a exemplo de Cristo. É neste serviço diuturno de zelar e cuidar com conselhos, exortações, exemplos, o encargo de legislar, julgar e organizar, que o bispo vai gastar sua vida: "A ele é confiado plenamente o múnus pastoral ou seja, o cuidado habitual e cotidiano dos fiéis" (LG 27). O pastoreio se caracteriza pela construção da comunidade e pela coordenação da ação pastoral. O bispo é enviado a presidir a construção de uma Igreja em uma cultura determinada. A ação pastoral coordenada pelo bispo deve ser capaz de imprimir um rosto à sua Igreja. Ele é a referência obrigatória da unidade eclesial com sua presença animadora e paraclética.

Neste pastoreio o bispo deve garantir aos leigos um lugar ativo na missão. Pastorear o Povo de Deus, na sua grande maioria

leigos, dando-lhes vez e voz, esta é uma das urgências da missão do bispo. Porém, o bispo há de pastorear também o presbitério. O discurso de despedida de Paulo aos presbíteros de Éfeso em Mileto, é uma das páginas mais comoventes dos Atos dos Apóstolos (cf. At 20,17-38). Paulo faz memória de suas lágrimas e dedicação aos presbíteros, lembra que transmitiu tudo a eles, exorta à vigilância contínua. No final todos choram, o beijam e abraçam. “*Não basta ser a cabeça do presbitério, é preciso que o bispo seja também seu coração, caso o bispo deseje cumprir bem a tarefa de acompanhar seus sacerdotes*”⁷.

É no pastoreio que o bispo pode mostrar toda a sua autoridade, no sentido próprio do termo “*auctoritas*” = *o poder de fazer crescer*, fazer crescer os fiéis, a comunidade e a participação de todos. O báculo vem a ser símbolo deste pastoreio. Ele simboliza ainda o próprio Jesus que apóia o pastor, e ajuda-o a cuidar do rebanho. Escreve certo bispo emérito, em suas memórias, que quando tomou posse, em sua diocese do sertão mineiro, ao entrar na catedral com o báculo na mão, um menino gritou “o bispo é forte, pena que é aleijado e precisa de bengala, e das grandes”. É o contrário. Justamente para não ser aleijado, que o bispo se apóia no pastor supremo e assim pode dizer com salmista: “Embora eu caminhe num vale tenebroso, não temerei, teu bastão, teu cajado me dão segurança” (Sl 23, 4).

4. O ANEL DA FIDELIDADE

O anel é um laço e exprime ligação. Sua forma não tem começo nem fim, indicando duração para sempre, por isso representa a fidelidade. Do bispo se exige, sobretudo fidelidade a toda prova. O anel do bispo representa a fidelidade de sua Igreja a Jesus Cristo, o Esposo da Igreja. Esta fidelidade leva o bispo a caminhar na Tradição da Igreja, mas também, a perscrutar os sinais dos tempos. Fidelidade a Cristo, fidelidade à Igreja, fidelidade ao Santo Padre que preside a Igreja na caridade. O bispo não age em seu próprio nome, mas em nome de Cristo “*in Eius persona agant*” (LG 21), ele é enviado como

⁷) CHEMELLO, J., Tarefa do bispo no acompanhamento dos presbíteros, em AA.VV., *O ministério Episcopal*, São Paulo, Loyola, 1989, p. 31.

representante, como embaixador de Cristo, por isso, há o dever de uma fidelidade primorosa a quem o envia: "A *missão do bispo, sucessor dos apóstolos é o serviço exercido em nome de Jesus. Recebemos o ofício de embaixadores e viemos da parte de Deus. Esta é a dignidade do ofício de Bispo*" (S. João Crisóstomo, in *Com. Ad. Col.* 3,5).

Geralmente é aqui, no item fidelidade, onde se encaixa o lema escolhido pelo bispo para nortear sua vida de fidelidade a Cristo. O senhor, D. Sérgio, escolheu *Omnia in Caritate*. Não se refere diretamente à fé ou à esperança, mas à prática da fé e da esperança, que é a Caridade. Mostra isto também, vossa origem como professor de Teologia na área da Moral. Já que a caridade não é outra coisa que a prática, ou a vida na fé mais autêntica e pura. Fazer tudo na caridade é fazer tudo na perfeição, como o descreve Paulo na Primeira Carta aos Coríntios cap. 13, 1-8. O testemunho do amor é o único discurso que convence hoje.

O amor é *kenótico*, é excêntrico e não concêntrico. Por isso, o horizonte da caridade é a entrega da vida, o martírio, a cruz. Quem quer viver na caridade deve ser amigo da cruz. É no calvário que se encontra o trono da caridade personificada. Talvez Deus não vá pedir que derrame o sangue do corpo, mas certamente pedirá que derrame o sangue da alma, através de tantos e tantos pequenos contratempos que S. Gregório Magno descreve como uma "tempestade de ânimo a sacudir a navezinha do coração do bispo" (cf. *Regula Pastoralis* 1,8-9). Mas, como dizia o Cardeal Basil Humme: "*pax inter spinas*", ter caridade é ter paz, porém, cercado pelos espinhos. *OMNIA IN CARITATE*, significa a vida antes dos dogmas, os gestos antes das palavras, a espiritualidade antes que a moral, o ser humano antes de tudo por amor a Deus. Que Deus assim vos ajude, que vos ajude principalmente a não pensar que, vivendo a caridade até o extremo, ides perder a autoridade. A autoridade autêntica, dizia Emanuel Mounier é a autoridade moral e esta se tem pelo testemunho de uma vida entregue a uma causa nobre.

QUERO CONCLUIR

"O que ocorre na Igreja Católica hoje, é a passagem de um tipo de autoridade pedagógica a uma nova forma de autoridade

representativa"⁸. O Concílio Vaticano II vai destacar o episcopado traçando-lhe uma perspectiva valiosa «(dos 2.217 discursos pronunciados no Concílio, 311 são sobre o episcopado, ficando nítida sua realidade de sacramento). O Concílio vai delinear a autoridade do bispo como PAI e IRMÃO. Homem de fé e princípio de unidade, homem de solidariedade e fraternidade evangelizadora. O Concílio convenceu os bispos de que o programa de sua missão se pode resumir em uma palavra: SERVIÇO: "Esta função que o Senhor confiou aos pastores de seu povo é um verdadeiro serviço que nas Escrituras recebe significativamente o nome de diaconia ou ministério" (LG 24,1). O Vaticano II é apontado pelo Papa João Paulo II como bússola segura para orientar no caminho do século que começa (cf. *Novo Millennio Ineunte*, n. 57). Que o Bispo seja fiel ao Vaticano II, principalmente ao conceito de episcopado apontado pelo concílio.

No início deste novo milênio no qual se prevê uma Igreja de minorias abraâmicas (cf. *Novo Millennio Ineunte*, n. 36) que características se pode esperar do exercício do ministério episcopal? O bispo do futuro se deverá construir sobre a sacramentalidade de sua função (ele jamais poderá regredir à tarefa de mero administrador) e a colegialidade. Que o bispo seja bispo e não mero vigário do Papa, assim recomenda o Concílio (LG 27). Que seja apóstolo, homem de fronteira e não de barreira, dedicando-se ao ecumenismo. Muito mais que guardião do depósito da fé, que seja testemunha da boa notícia da ressurreição. Que seja sobretudo criador de comunidades, pois, antes de ser responsável pela ortodoxia é responsável pela comunhão, porque, sem amor, a verdade perde eficácia. Que seja integrado no colégio episcopal: "Existe um só episcopado e dele participa cada bispo por inteiro" (S. Cipriano in *De unitate ecclesiae*, 5)

Em um estudo sobre o ministério do sacerdote e do bispo, Raymond Brown⁹ fala, a partir do apóstolo Paulo, do *ministério do sofrimento*, como característica do episcopado: "Enquanto vivemos, seremos entregues continuamente à morte por causa de Jesus, para que também a sua vida se manifeste em nosso corpo mortal" (2Cor

⁽⁸⁾ Cf. BAUM, G., *La credibilità della Chiesa oggi*, Brescia, Queriniana, 1969, p. 178.

⁽⁹⁾ Cf. BROWN, R., *Sacerdote e Bispo*, São Paulo, Loyola, 1987, p. 36.

4,11). É por meio do apostolado do sofrimento que o Evangelho é promovido (Fl 1,12). Porém, este sofrimento deve ser acolhido com generosidade e vivido na paciência, para não virar contra-testemunho. Deus é o Deus da alegria, e a alegria brota da certeza de pertencer a Deus. Brota da certeza de que embora Deus delegue a guarda de seu rebanho, nunca o abandonou, mas está sempre presente.

O próximo sínodo dos bispos a se realizar ainda este ano, tem como tema o episcopado: "*Bispos para a esperança do mundo*". "Por meio da fé o homem entra no caminho da vida verdadeira, mas somente a esperança o conserva neste caminho"¹⁰. Em um mundo que vive o ocaso das grandes ideologias, fato que provoca um vazio significativo, a história oferece à Igreja uma ocasião considerável de ser sinal de esperança. Assistimos hoje à maior concentração de poder na história da humanidade, enquanto mais da metade dos seres humanos vive na pobreza e na falta de perspectivas para o futuro. Só a esperança confere sentido à dor. Qual o serviço evangélico do bispo para a esperança do mundo? *É a defesa da vida*. Aqui tem que ser radical. No projeto de Deus o fim da história é a vitória da vida. É impressionante considerar no Apocalipse (21, 8), que os covardes na defesa da vida, vêm enumerados antes dos infiéis, corruptos, assassinos e ídólatras.

Enfim, o que se espera de um bispo é, sobretudo, que seja um homem de misericórdia, "que use a medicina da misericórdia mais que a da severidade", no dizer de João XXIII (cf. in Discurso de abertura do Vaticano II, 11.12.1962). A misericórdia é o amor radical. É o amor que se dirige ao que está no chão, fora, longe ou contra. "A misericórdia e não a justiça! O homem é miserável demais para arcar com a justiça. É impotente. O pecado o seduz e os mandamentos de Deus lhe pesam. A justiça pode ser boa para os anjos, mas não para os homens, que são desamparados e necessitam de misericórdia"¹¹.

O grande bispo que foi Santo Ambrósio, capaz de impressionar um homem como Santo Agostinho, percebeu tão bem este espírito de misericórdia que deve impregnar o coração do bispo. É dele esta oração: "*Tu que me chamaste quando eu estava perdido não*

⁽¹⁰⁾ MOLTSMANN, J. *Teologia da Esperança*, Herder, São Paulo, 1971, pp. 7-8.

⁽¹¹⁾ KAZANTZAKIS, N., *Os irmãos inimigos*, S. Paulo, Ed. Círculo do Livro, 1987, p. 51.

permita que agora sendo bispo eu me perca. Faça com que eu sinta sincera e íntima compaixão pelos que erram, que eu não seja soberbo ao repreender os pecadores, mas que eu chore com eles" (De Poenitentiae, II – 8,73).

Prezado D. Sérgio: que o senhor seja um bispo santo, um santo feliz!

Tenho dito. Muito Obrigado!

*O Cônego Pedro Carlos Cipolini é Doutor em Teologia Sistemática pela Universidade Gregoriana de Roma, Professor de Ecclesiology e Mariologia, desde 1986, na FTCE da PUC-Campinas e Reitor da Basílica N. Sra. do Carmo no centro de Campinas.
e-mail: cipolini@uol.com.br*

PASTORAL DA FAMÍLIA E AIDS. COMUNICAÇÃO, SAÚDE E CONSCIENTIZAÇÃO

José Antonio TRASFERETTI

INTRODUÇÃO

Este texto¹ procura registrar a comunicação (informação), no todo, sobre a AIDS, abordado pela Igreja Católica como orientação às famílias, através da programação da Pastoral da Família em três Paróquias da cidade de Campinas. Sabemos que este tema é um dos grandes desafios por parte da Igreja Católica neste começo de milênio².

Portanto, nosso objetivo é destacar o tema AIDS, a comunicação (informação), na Pastoral da Família. Analisar as mensagens (a comunicação) sobre as Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), em especial, a AIDS, através dos programas de orientações aos casais.

Diante do avanço da epidemia do HIV e o fenômeno de "interiorização", ou seja, a AIDS não é apenas uma doença da metrópole,

⁽¹⁾ Este artigo contém os principais conteúdos da pesquisa. A pesquisa completa e original estará sendo apresentada em alguns Congressos de Teologia e Comunicação.

⁽²⁾ Artigo referente ao projeto Iniciação a Pesquisa que teve o incentivo do CEAP – Coordenadoria de Apoio à Pesquisa, sob a orientação do Prof. Dr. José Trasferetti, com a participação dos alunos Alexander Luiz Dezotti, André Luiz Fávero e Sandro de Souza Portela, do Instituto de Teologia e Ciência Religiosas da PUC-Campinas. Este artigo foi apresentado preliminarmente na consulta VIH/SIDA em San Salvador, El Salvador, na Universidad Centro-americana – UCA, setembro de 2001. Também apresentado na IV COM SAÚDE – Conferência Brasileira de Comunicação e Saúde, em Vitória (ES) na FAESA, outubro de 2001.

pois os novos dados do Ministério da Saúde apontam para a "pauperização e interiorização da epidemia atingindo populações cada vez mais distantes da informação e desprovidos de proeminência social", além do alto crescimento em casais heterossexuais, principalmente, nas mulheres, buscaremos identificar qual a contribuição na orientação sobre a AIDS na Pastoral da Família da Igreja Católica, diante de novos quadros da doença.

A realidade sob o aspecto da AIDS não é muito positiva. Devido às transformações e evoluções do quadro epidemiológico, segundo os especialistas o vírus que causa a AIDS, o HIV, está se tornando cada vez mais resistente às drogas usadas no tratamento. Por exemplo, nos Estados Unidos, a maioria dos portadores do HIV toma um coquetel de três drogas para manter o vírus sob controle. E "cerca de 78% dos 1.500 portadores examinados pelos autores do estudo tinham um tipo de vírus imune a pelo menos uma das drogas usadas no chamado coquetel anti-Aids. E, em mais da metade dos casos, os vírus eram resistentes a mais de um dos remédios" (BBC, 2001).

Nos reportando para o Brasil, com nível populacional de 169,8 milhões de habitantes, concentrando 2,8% da população mundial³, podemos observar que existe uma importante iniciativa por parte do governo no que se refere à prevenção e divulgação dos cuidados a AIDS. Apesar do crescimento populacional e da concentração da miséria, pois, segundo o último censo publicado em dezembro de 2001 o Brasil concentra 50 milhões de miseráveis, os programas de prevenção, educação e atenção aos soropositivos estão se desenvolvendo a contento. Entretanto, é preciso uma política social que diminua a desigualdade social, que estimule o emprego e que fortaleça a educação.

Com relação à atuação da Igreja, devemos registrar em primeiro lugar qual a mensagem utilizada pela Pastoral no que se refere à saúde, no caso da AIDS em comunhão com a idéia oficial da Igreja Católica, caso haja alguma mensagem a respeito, e analisar seu discurso proveniente dos emissores (padres, coordenadores, animadores). O teólogo João Batista Libânio nos mostra que diante da

⁽³⁾ Fonte: Notícias UOL. *Mais idoso, o Brasil chega a 169,8 milhões de pessoas*, 19 de dezembro de 2001.

AIDS são necessárias solidariedade e caridade cristãs (LIBÂNIO, 2001, p. 11). Tentando encontrar o caminho da solidariedade, procuramos realizar esta pesquisa. Mais do que a solidariedade, buscamos destruir o preconceito que caracteriza o comportamento de muitos religiosos diante da AIDS. A teologia precisa encontrar o seu espaço nesta sociedade complexa. Estamos à procura de um pensamento que, sem trair o magistério, na fidelidade do evangelho, seja resposta viva aos homens e mulheres de hoje.

Os teólogos Trasferetti e Di Lascio (2001, p. 3), falando sobre a AIDS e os desafios que a teologia católica tem neste novo milênio assim afirmam: "Que a teologia católica não se omita e ajude a construir uma sociedade mais justa onde o preconceito seja banido do nosso meio". Portanto, tentando não ser omissos, buscamos fazer esta pesquisa com o intuito de colaborar com a teologia e com a práxis dos cristãos no mundo moderno.

Nesta pesquisa utilizamos o método qualitativo. Apresentamos algumas hipóteses como por exemplo: a mensagem sobre a AIDS na Pastoral da Família nas paróquias escolhidas reflete ou não a mesma comunicação real sobre a doença (estatísticas, meios de transmissão e contaminação) passada pelos meios de comunicação ou propagandas? O assunto (tema) AIDS não é abordado pela Pastoral da Família, por decisão da posição da Igreja em relação aos elementos vinculados à AIDS, como a sexualidade: os padres e coordenadores da Pastoral da Família não estão preparados para o diálogo entre casais, sobre temas mais fortes, apesar de realistas, porém, temas ligados aos tabus da Igreja?

Para a pesquisa utilizamos tipos de fontes de informação classificadas como *observação direta* e *documental*. De acordo com Luna (1998, p. 51) a "observação direta refere-se aos registros de uma dada situação/fenômeno enquanto ela/ele ocorre. Não raro, essa fonte é citada, principalmente na pesquisa empírica, como a mais direta das fontes, o que é verdade em várias circunstâncias". No entanto, como ocorre invariavelmente em metodologia, também utilizamos a fonte *documental*, como fonte de informação que, de acordo com Luna (1998, p. 53), "assume diferentes formas: literatura pertinente a um assunto, anuários estatísticos e censos, etc. são todos exemplos de fontes de

documentais. Como ocorre em relação às demais fontes, as informações obtidas em documentos podem ser diretas e indiretas (...). Esta fonte foi fundamental para demonstrarmos as estatísticas sobre a AIDS de acordo com os dados do governo federal, Ministério da Saúde e ONGs. Também a fonte documental nos serviu para que justificássemos a mensagem e a idéia da Igreja Católica sobre a AIDS, através de sua doutrina cristã e documentos oficiais.

Nas constantes visitas às Paróquias foram analisados os programas de orientação aos casais na Pastoral da Família e a questão da AIDS em si, como um assunto de muita importância a ser transmitido em grupos e encontros de casais. A nossa surpresa maior: as Paróquias Divino Salvador e Nossa Senhora da Evangelização não possuem Pastoral da Família organizada. Neste ponto, tivemos de analisar, então, os programas ou encontros destinados à família que ocorrem durante o ano.

Os dados e pesquisas em DST/AIDS mais atuais do Ministério da Saúde revelam que o número de casos em AIDS no Brasil é de 210.447 pessoas. Desde 1996, a epidemia vem crescendo, em média, 20 mil novos casos por ano e que revela uma estabilização no número de novos casos. "A transmissão heterossexual representa 26,6% dos casos notificados em 1980-2001, a transmissão homossexual representa 17,2%, a bissexual 9,8% e o uso de drogas injetáveis é responsável pela maior parte dos casos registrados" (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2001). Quanto aos portadores do vírus da AIDS, o HIV, de acordo com o Ministério da Saúde, no Brasil existem aproximadamente 597 mil portadores. "Desses 597 mil portadores incluem-se as pessoas que desenvolveram AIDS e excluem-se os óbitos(...) Em média, a pessoa infectada pelo HIV demora de 8 a 10 anos para começar a desenvolver os sintomas de AIDS. Só então, ela será notificada como caso de AIDS" (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2001).

1. TEOLOGIA E AIDS: VISÕES DE UM CONFLITO

A AIDS é um tema que está sempre ocupando as páginas dos jornais ou programas televisivos. Conseqüentemente, quando se

comenta sobre a AIDS, a Igreja Católica, muitas vezes, também é questionada. Em setembro de 2000 o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou uma matéria sobre a delicada relação entre Igreja e órgãos que desenvolvem trabalhos sobre doenças sexualmente transmissíveis, assim como está no título da matéria, "Unaid's acusa Igreja de minar prevenção". De acordo com o diretor-executivo do Programa das Nações Unidas para a AIDS (Unaid's), Peter Piot, a "Igreja Católica é um empecilho aos programas de prevenção à doença na América Latina e Caribe" (JANSEN, 2000, p. 07). Segundo o diretor, "em alguns países a Igreja faz 'contrapropaganda' do uso da camisinha. A divulgação de informação falsa sobre os preservativos é inaceitável; é um absurdo dizer que não são seguros e não garantem proteção" (JANSEN, 2000, p. 07).

Não é de hoje que conhecemos os diálogos, encontros, críticas e posições acerca da AIDS tanto no campo religioso, como nas instituições sociais que trabalham esta questão. Em junho de 2000 a Igreja promoveu um encontro em Itaipu/SP, no qual analisava este problema. Intitulado como "AIDS e desafios para a Igreja do Brasil" a Comissão Nacional de DST/AIDS, a Pastoral da Saúde e CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) durante quatro dias, se mobilizaram para averiguar os principais pontos: "Ser um esforço de reflexão e de ação das ONGs católicas ligadas a DST/AIDS; ajudar à população, especialmente os jovens e os pobres, na luta contra a AIDS através da divulgação de dados sobre como se prevenir do vírus e de atenção especial aos portadores; divulgar os princípios da ética cristã quanto à valorização da vida, e a humanização da sexualidade" (RIXEN, 2000).

Em março de 1999, a Comissão Técnico-Científica da Pastoral Nacional da Saúde/CNBB criou a Comissão Nacional de DST/AIDS. A comissão é constituída de padres, religiosos e leigos, que já atuam na área de prevenção-assistência e assistida por um Bispo, geralmente indicado pela CNBB. Desde então, essa Comissão vem trabalhando no sentido de promover a troca de experiências entre os grupos católicos que atuam nas áreas de ONGs Católicas; divulgação de trabalhos existentes; transformar a preocupação da Igreja em ações concretas, integradas à pastoral de conjunto, de acordo com as normas da Igreja (Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil);

ser o elo e intercâmbio entre as ONGs/AIDS, movimentos religiosos e pastorais da CNBB; elaborar subsídios educativos para prevenção do DST e AIDS; contribuir na formulação de políticas públicas direcionadas à preservação e assistência dos portadores de HIV; criar Comissões de DST/Aids em âmbito diocesano e regional.

Portanto, esta Comissão tem um grande desafio: aproximar a Igreja Católica aos problemas da sociedade pós-moderna. A ação da Igreja consiste em encarar a problemática das DSTs e do vírus HIV, no sentido de conscientizar os fiéis e acolher os infectados:

“(...) procura, com o mesmo espírito de Jesus, conscientizar e apoiar as pessoas portadoras de HIV. A Igreja tem a consciência de que o preventivo mais eficaz é a educação. Não só uma educação que ajude a identificar as formas de transmissão, porém um comportamento mais consciente de uma sexualidade. Com isso busca-se uma educação que ultrapasse o nível meramente informativo e contemple uma visão integral da pessoa humana, para além de uma perspectiva meramente biológica. Uma educação sexual que resgate a visão sábia da sexualidade humana, afetiva e psíquica. Que incentive a viver a fidelidade na união do homem com a mulher no matrimônio, superando formas de promiscuidade e libertinagem. A Igreja convida a todos para o sério trabalho de prevenção da Aids, de forma especial junto às famílias carentes e a juventude” (COMISSÃO NACIONAL DE DST/AIDS, PASTORAL DA SAÚDE – CNBB, 2000).

No entanto, para órgãos leigos o discurso não é tão otimista assim. De acordo com Piot no que se refere à divulgação do uso da camisinha, a Igreja acaba atrapalhando, devido à sua forte oposição. “A camisinha é uma forma de salvar vidas” (JANSEN, 2000, p. 07). Piot ainda afirma que apesar desta resistência, não podemos encarar essa atitude como um todo. “(...) A Igreja não é uma instituição monolítica. Há

diversos grupos que apóiam as campanhas. Nos países católicos da Europa não têm encontrado resistência" (JANSEN, 2000, p. 07).

A Igreja Católica, por sua vez, divulga uma palavra que sempre está voltada às orientações práticas que se estendem às numerosas áreas em que atuam as pastorais sociais. Afirma a Igreja:

"Uma comunidade insensível às necessidades dos irmãos é um contratestemunho, e celebra indignamente a liturgia (DGAE, Doc. 61, CNBB, n.º. 195). (...) Mesmo sendo certo que a contaminação pelo vírus HIV não se dá apenas pelo uso do sexo, cumpre-nos anunciar os valores morais e evangélicos de nossa Fé Cristã! Eles exigem, sem dúvida, o respeito à própria pessoa e à pessoa do outro. Incluem, muitas vezes, a renúncia e o autodomínio, como ensinamento do próprio Mestre Divino e expressão de nossa adesão a Ele. A partir deste ensinamento, é nosso dever alertar que o uso do sexo fora do Matrimônio é irresponsável, fere a dignidade da pessoa humana, é contrário à Lei do Senhor da Vida e, portanto, é pecado que deve ser evitado. Estamos convictos de que somente os valores evangélicos promoverão verdadeiramente a pessoa humana, pela qual o mesmo Jesus Cristo entregou sua vida, 'para que todos tenham Vida' (Jo 10, 10)" (32º ASSEMBLEIA GERAL DA CNBB, 1994).

De acordo com dados da Unaid, o Brasil é líder do ranking de AIDS na América Latina e Caribe: são "540 mil casos da doença".⁴ O coordenador do Programa Nacional de DST/AIDS do Ministério da Saúde, Paulo Teixeira, afirmou que somente no ano de 2000 o governo federal destinou para tratamento e campanhas de prevenção a AIDS, R\$ 1 bilhão. Desse total R\$ 5 milhões foram reservados para campanhas

⁽⁴⁾ Fonte: Relatório do Programa das Nações Unidas para Aids (Unaid), *O Estado de S. Paulo*, 07 de novembro de 2000.

feitas por ONGs, voltadas para homossexuais (PENNAFORT, 2000, p. 07).

Portanto, poderemos observar todos os esforços das várias frentes para a amenização da AIDS no Brasil. É evidente que o resultado positivo só será válido se houver uma mobilização geral em que congrega sociedade, Igreja, poder público (caráter Federal, Estadual e Municipal), meios de comunicação, institutos de pesquisa, universidades, Organizações Não-Governamentais etc. Outro fator muito importante é a comunicação interpessoal, seja entre médicos-pacientes, educadores-alunos, padres-fiéis. O processo de conscientização muitas vezes depende de uma comunicação eficiente entre as pessoas, organismos e veículos. No que se refere à comunicação interpessoal entre clérigos e fiéis sobre a AIDS, no âmbito de orientação às famílias (casais) é uma preocupação da nossa pesquisa. Com isso poderemos identificar comparativamente as teorias da Igreja Católica no que se refere à AIDS (documentos oficiais) e as práticas discursivas aplicadas localmente em algumas paróquias através da Pastoral da Família.

2. PRINCIPAIS RESULTADOS

Vejamos as principais informações sobre a Pastoral da Família e/ou programas de orientação aos casais das paróquias Nossa Senhora da Evangelização, Divino Salvador e São Geraldo Magela.

Perfil 1

A paróquia Nossa Senhora da Evangelização foi criada há três anos, mas já existe como comunidade há 30 anos. No seu território residem cerca de 20.000 pessoas, sendo que 10% participam semanalmente das celebrações locais. O perfil econômico é o de uma paróquia de classe média baixa. Nas mediações do bairro existe uma mistura urbana entre casas pobres e casas de alto padrão de condomínios fechados. O bairro fica próximo a um dos *shoppings centers* mais importante de Campinas, fazendo com que a região se

autovalorize. O padre responsável é José Antonio Trasferetti, há três anos na paróquia.

Quando a paróquia foi criada, alguns paroquianos tinham contato com o Centro de Orientação Familiar – (C. O. F.). A partir daí surgiu o Encontro de Casais com Cristo – (E. C. C.), em sua primeira fase no ano de 2000. Desde então casais participantes reúnem-se quinzenalmente para palestras, tendo obtido como resultados: problemas familiares auxiliados, criação de amizade entre casais, abrindo possibilidades de diálogos/aberturas entre os mesmos.

O tema da AIDS ainda não foi abordado nem direta e nem adequadamente nos eventos da paróquia. O principal argumento sobre esse assunto de AIDS é o preconceito por parte do povo e dos fiéis.

Nos encontros da Paróquia Nossa Senhora da Evangelização são discutidos temas referentes à vida familiar e à vida da Igreja. Não são abordados métodos contraceptivos. A justificativa maior foi de que o discurso da Igreja não permite que se fale sobre este assunto. Portanto, o assunto AIDS não é um tema abordado nos encontros de casais e nem em reuniões fechadas da Pastoral da Família. Ainda prevalece o discurso de que a sexualidade no casamento deve ser tratada como: "O sexo só é válido no casamento, com amor"; "a fidelidade no casamento", etc. O tema sobre a sexualidade é muito superficial nas pastorais, ou seja, nas paróquias em si. Na paróquia Nossa Senhora da Evangelização ainda se trabalha o tema de "educação dos filhos", mas, mesmo assim, não é explicada a questão ou a gravidade da AIDS para os jovens. Não se comenta sobre as drogas, nem educação sexual, mas apenas sobre a importância do diálogo com os filhos e valores morais indicados pela doutrina católica. Ou seja, referência sobre o mal e o bem; certo e errado; sobre pecado e sobre a absolvição.

Durante o curso de palestras do E. C. C. foi lembrado um tema como: "harmonia conjugal", no qual o exemplo foi sobre a gravidez indesejada, que levou a um aborto provocado, que o casal se arrependeu e "venceu por causa da fé". Neste discurso o mais importante é o destaque da fé do que da questão do aborto em si, ou da gravidez indesejada. Na verdade, as paróquias ainda não estão preparadas

para orientações no campo sexual, afetivo, por conta da doutrina católica que esbarra nos valores sociais, culturais e jurídicos.

Mais do que delicado e desafio por parte da Igreja, a comunicação natural e espontânea por parte de membros religiosos e fiéis sobre a AIDS, acarreta uma série de complexidades ainda em desenvolvimento – muito lenta por sinal – na esfera clerical.

No que é do interesse da pesquisa, sobre a comunicação e/ou informação da AIDS na Pastoral da Família podemos concluir que na paróquia Nossa Senhora da Evangelização “a atuação eclesial não muda, pelo contrário, reproduz o pensamento da Igreja sobre esse assunto”. Tudo isto para evitar inconveniências e discussões para além da doutrina católica.

É bom ressaltar ainda que a Pastoral da Família não está organizada na paróquia e que existe pouca eficiência na informação sobre a AIDS. As pessoas não estão preparadas para abordar a questão. As informações sociais e científicas são precárias. A falta de informação está associada à timidez e vergonha com que a própria Igreja trata a questão. Certamente, a Igreja inibe as pessoas fazendo com que as mesmas não busquem esclarecimentos e informações sobre o assunto. Mais ainda, o tema AIDS está associado a outros temas considerados tabus dentro da própria Igreja, tais como: a sexualidade, o preservativo, a fidelidade, as relações pré-matrimoniais, as relações extraconjugais, a indissolubilidade do matrimônio e tantos outros. A pesquisa nos mostra, que “os agentes de pastoral” preferem “camuflar” (escamotear) o “assunto-problema”, do que enfrentá-lo. Neste sentido, é muito mais gostoso falar de relacionamento entre pais e filhos, do que AIDS, porque o tema AIDS vai nos levar a questionar dogmas e doutrinas, e vai exigir uma nova postura em muitas questões difíceis da moralidade católica. “Ainda não estamos preparados (padres e agentes de pastoral) para formular uma nova doutrina em moral sexual, por isso, preferimos transmitir um discurso doutrinal ideal (embora fora da realidade) do que construir outra moral, mais atualizada, moderna e aberta ao mundo de hoje” (TRASFERETTI, 2001).

Perfil 2

A paróquia do Divino Salvador nos é muito conhecida. Há cinco anos o pároco responsável é José Arlindo de Nadai. Sua área de abrangência enquanto território paroquial é central, mas acolhe pessoas vindas de outras diversas paróquias da cidade de Campinas e, por vezes, até de outras localidades circunvizinhas. O perfil econômico da paróquia é de classe média alta em sua grande maioria. Há, porém, aqueles que habitam aquela região, mas que hoje já não são mais tidas como de classe alta, apenas de famílias tradicionais.

Iniciamos a entrevista já tratando da questão dos trabalhos das pastorais familiares e o tema da AIDS. Percebemos a ausência de uma pastoral familiar organizada. Segundo o próprio Pe. Nadai há apenas casais em sua paróquia enquanto grupos organizados. São: Equipes de Nossa Senhora (movimento familiar para uma espiritualidade conjugal) e um grupo de casais, cerca de 12, que organizam e atuam de maneira direta nos cursos de preparação para o matrimônio.

Quanto às Equipes de Nossa Senhora o padre nos esclareceu que em sua paróquia há casais que participam deste movimento, mas que eles não seguem orientações da comunidade paroquial e nem mesmo do pároco, e sim, da organização nacional do movimento.

Conversamos sobre o grupo organizado que trabalha a questão dos noivos em vista do matrimônio. Esses casais, como já dissemos, cerca de 12, reúnem-se todas às segundas-feiras e, sempre que possível, o padre está junto, acompanhando, orientando, aconselhando e até mesmo auxiliando com reflexões e orientações da Igreja. Nos explicou que este grupo já está atuando em sua comunidade desde o início dos anos 90.

No início eles tinham um cronograma de atividades que era fixado para todos os cursos de noivos, ou seja, seguiam um esquema que não mudava nunca: os temas tratados eram sempre os mesmos. Pensando nisso, reestruturaram a maneira de organizar o curso e passaram a fazer um "curso participativo". Teoricamente, os encontros que eles fazem hoje têm o objetivo de estudar e aprofundar os mais

diferentes temas acerca da vida do casal, da igreja, da fisiologia humana, da paternidade/maternidade responsável, do planejamento familiar, do relacionamento entre pais e filhos, sobre sexualidade, sobre as DST's, enfim, quaisquer assuntos que possam estar relacionados à vida matrimonial.

Salientam que os casais ali presentes podem escolher os temas que gostariam de estar aprofundando naquele encontro preparatório para a vida matrimonial. São divididos em grupos, conversam entre si e, após um tempo determinado, escolhem os assuntos que serão tratados nas palestras.

Por sua vez, o Pe. Nadai nos disse estar quase certo que o tema AIDS não aparece na apresentação do curso. Isso, acredita ele, é porque não é da curiosidade dos casais que ali vão para se prepararem para o matrimônio, uma vez que parece que os casais já estão bem informados acerca dos perigos e conseqüências da AIDS na vida do casal, bem como de toda a família.

Conversamos com o Sr. Venâncio, coordenador da equipe, para demais informações: segundo ele, confirmando a narração do Pe. Nadai, a partir de 1996, passaram de uma metodologia expositiva para uma metodologia participativa. Esta metodologia fora inspirada no Movimento Familiar Cristão.

Segundo o coordenador, o grupo, hoje, é formado por 23 membros. Cada curso oferecido durante o ano conta com uma média de 20 casais e são realizados de quatro a cinco cursos no decorrer do ano. Para ele, confirmando o dito do Pe. Nadai, não há interesse em se tratar o assunto AIDS. Para ele, os meios de comunicação social têm desempenhado bem este papel. "Os meios de comunicação têm suprido as necessidades e até mesmo a curiosidade dos casais". O coordenador destaca que nem mesmo a questão dos métodos contraceptivos aparece entre os temas selecionados pelos casais.

Quando o interrogamos se, na possibilidade de falar a respeito de sexualidade no encontro, quais seriam os temas abordados, ele nos disse que tratam sobre a fisiologia humana, masculina e feminina; o controle de natalidade; o planejamento familiar; e o exame pré-nupcial, como sendo questões que eles estão prontamente preparados para abarcar ou tratar em uma discussão.

Quanto aos métodos contraceptivos, ele nos afirmou que não tratam simplesmente do que a mídia revela ou apresenta, mas sim discorrem "a visão maior" do sentido dos meios de contracepção. Com isso, ele nos quis dizer que não basta tratar estes métodos de forma simplista como tratam os meios de comunicação, mas sim, mostrando o verdadeiro sentido de um relacionamento conjugal feliz e na maturidade, conforme anuncia a doutrina católica. Ele ainda nos disse que o método adotado por eles vem dando muito resultado.

Neste sentido, concluímos que o tema AIDS fica muito comprometido quando desejamos uma maior interferência por parte da Igreja. A mesma precisa estar em constante diálogo com a sociedade e sempre que possível, estabelecer contato com outros agentes para desenvolver e abraçar campanhas. Por exemplo, a mobilização da sociedade, governos estadual e federal, empresários, meios de comunicação e da própria Igreja Católica no Estado do Ceará, fizeram com que o índice de mortalidade infantil do Estado diminuísse consideravelmente. Neste ponto, como seria importante uma campanha sobre a AIDS, tendo a mobilização das diversas instituições, inclusive, com a adesão da própria Igreja Católica?

"(...) os serviços de saúde do Estado do Ceará não possuíam meios para atingir regularmente os seis milhões de pessoas. Portanto, o Governo do Estado decidiu recorrer às organizações não governamentais, igrejas, mídia, setor privado e Sociedade Cearense de Pediatra para ajudarem na campanha de diminuição da mortalidade infantil. Mensagens sobre aleitamento materno apareceram até mesmo nos extratos bancários"
(LIMA, 2001, p. 200).

A pesquisadora nos mostra ainda que: o "envolvimento da Igreja Católica foi decisivo para conseguir milhares de voluntários e atingir centenas de pessoas nas áreas mais pobres do Estado" (LIMA, 2001, p. 200).

Portanto, claro que não é fácil discutir estes temas, especialmente numa paróquia tradicional. A cultura religiosa que norteia estes paroquianos ainda é marcada pelo conservadorismo. Muitas

pessoas que participam das celebrações e atividades paroquiais são da "terceira idade" e não estão habituadas a tratar temas da modernidade. Podem até ser compreensivas e abertas, mas a cultura religiosa que carregam está caracterizada por uma formação rígida dos anos 50/60. Para a própria paróquia mudar esta forma de agir não é fácil. Talvez seja necessário investir nas crianças e nos jovens que participam da comunidade.

Perfil 3

A paróquia São Geraldo Magela está localizada na região oeste da cidade de Campinas. Uma região pobre, marcada por inúmeros contrastes sociais e invasões. A paróquia São Geraldo Magela é a única da nossa pesquisa que possui uma Pastoral da Família.

De acordo com o Pe. Rogério Andrade Santeri, e da leiga responsável pelos encontros e curso de noivos há cinco anos, Sra. Elsa Saran Rodolfo, a Igreja ainda se mantém muito tímida em relação à Pastoral da Família, no que se refere a comunicação e/ou informação sobre AIDS. Pelo que podemos perceber através das entrevistas, realmente, o tema AIDS não é abordado na Pastoral da Família.⁵

Pela conversa do Pe. Rogério Santeri e da senhora Elza, coordenadora dos cursos, ficou evidente que o trabalho ainda é muito limitado. Apenas o grupo que coordena o "Curso de Noivos" procura abordar o tema AIDS, ainda assim, de maneira muito tímida, como citação.

A paróquia possui o E.C.C. – Encontro de Casais com Cristo –, mas não foi mencionado na entrevista. Se o tema AIDS fosse abordado neste movimento, certamente, ele seria citado. A nova metodologia do "curso de noivos" deveria responder às novas necessidades dos casais, mas isso ainda não acontece.

Pelas palavras do Pe. Santeri existe uma grande dificuldade por parte dos membros da hierarquia católica em relação aos temas complexos e polêmicos. Os novos sacerdotes não estão preparados

⁽⁵⁾ Na pesquisa completa está a entrevista do Padre Santeri e da coordenadora dos cursos da Paróquia São Geraldo Magela.

para oferecer uma resposta adequada aos problemas do nosso tempo. Mesmo tentando acompanhar o que se passa no "mundo da mídia" e querendo possuir um discurso "moderno" eles estão por demais enquadrados no discurso oficial da hierarquia.

Na verdade, fazem uma imensa confusão entre o desejo de ser "moderno" e a realidade eclesial. As tentativas de modernizar o discurso com novas metodologias para "curso de noivos" e outros, apenas agravam os problemas.

Talvez a questão maior não esteja somente nos padres e agentes de pastoral, mas na própria Igreja enquanto instituição. O magistério eclesial, com relação às questões morais do nosso tempo, não tem oferecido abertura para o diálogo. As pessoas ficam com um certo "medo" de abordar temas polêmicos. Como abordar o tema AIDS? O que falar? Como analisar o discurso da mídia? Como transmitir o discurso oficial do magistério eclesiástico para pessoas que olham com descrédito para este mesmo discurso? Como anunciar este discurso se as próprias pessoas encarregadas de fazê-lo não crêem nas evidências? Apesar das tentativas de modernização, a conclusão que se impõe é esta: o discurso oficial da Igreja Católica sobre a sexualidade em geral está "desacreditado", e não foi encontrada ainda uma nova doutrina.

É necessário romper com o medo e preconceito e criar, todos juntos, uma forma (metodologia) e um conteúdo moral que seja sério e atraente para as pessoas.

3. AIDS E PASTORAL FAMILIAR

É incontestável a importância da família nos planos de Deus. Desde as primeiras páginas da Escritura Sagrada aparece o relato da criação do primeiro casal e sua missão. "A família é uma instituição divina desde sua origem e está profundamente vinculada a seu plano" (CNBB, 1993, p. 11).

A Igreja, por sua vez, sempre devotou particular estima à família e ao casamento. Prova disto, é que nos últimos tempos o Magistério tem multiplicado textos e estudos sobre este assunto que

visam incentivar a vivência da santidade do lar e o valor da família cristã. Nesta ótica a família é “um dos bens mais preciosos da humanidade; fundamento da própria sociedade; primeira escola de virtudes sociais” (CNBB, 1993, p. 11). Por estas observações, concluímos que é na família que o ser humano recebe as primeiras instruções fundamentais a respeito dos valores do bem e da verdade, aprende a amar e a ser amado, experimenta a liberdade e constrói sua personalidade. É na família que se torna pessoa.

É sabido que na atualidade a instituição matrimonial, de modo particular a família brasileira, está atravessando uma grave crise. Luzes e sombras aparecem em seus horizontes. Parece, no entanto, que as sombras querem ofuscar a luminosidade. Entre muitos problemas enfrentados pela família brasileira podemos destacar: falta de consciência do que é ser um casal ou família cristã; falta de consciência da missão da família na Igreja e no mundo; multiplicação de separação com o rompimento do vínculo civil e separação de pessoas que receberam o sacramento do matrimônio; despreparo para o casamento: falta de maturidade e de vivência cristã; fragilidade do vínculo; influência negativa dos meios de comunicação; questionamento da indissolubilidade e fidelidade no matrimônio; dificuldade de compreender o sentido da sexualidade humana e aparecimento de formas exacerbadas de erotismo; falta de consciência do que vem a ser um compromisso; condições infra-humanas de moradias, alimentação e saúde.

Por esta razão, constata-se que a família passa por um momento delicado em muitos dos seus elementos que a compõe. Assim, do ponto de vista social, multiplicam-se dramas: condições indignas de vida; menores abandonados; adolescentes entregues às drogas; falta de educação. No que se refere a vivência cristã podemos lembrar: falta de pertença a Igreja; falta de fé; ignorância da missão cristã no lar.

Assim a família precisa de um socorro imediato e organizado. “Sublinha-se uma vez mais a urgência da intervenção pastoral da Igreja em prol da família. É preciso empregar todas as forças para que a pastoral da família se afirme e desenvolva, dedicando-se a um setor verdadeiramente prioritário, com a certeza de que a evangelização, no

futuro, depende em grande parte da Igreja doméstica" (CNBB, 1993, p. 13).

Por este motivo, nos afirma o documento da CNBB sobre a pastoral familiar que seu objetivo é "ajudar os casais a crescerem e amadurecerem no amor que os une; ajudar os casais a viverem o matrimônio como aliança eclesial e sacramental; ajudar os casais a viverem a sexualidade de maneira humana e cristã, colocando-se a serviço do amor, da aliança conjugal e da vida; ajudar os casais a viverem a fraternidade responsável e o planejamento familiar; ajudar os casais a descobrirem e assumirem seu compromisso apostólico, decorrente do batismo" (CNBB, 1993, p. 21).

Porém, o que na realidade percebemos não é isto, mas sim, uma degradação da família e da sexualidade humana, a qual deve-se ao fator de uma realidade desvinculada dos valores éticos morais que deveriam reger e conduzir a vida dos seres humanos.

Todavia, a sexualidade é reconhecida como dimensão da pessoa toda, segundo uma visão personalista sempre viva na Igreja, mas esclarecida melhor nos documentos recentes: "Reconhecem-se as contribuições das ciências humanas, como a psicologia e a pedagogia, para um sadio equilíbrio e uma adequada educação sexual; reconhece-se o papel complementar e a igual dignidade da mulher; reconhece-se o papel da responsabilidade dos cônjuges na regulação dos nascimentos e o papel da família na sociedade e na Igreja" (SGRECCIA, 1996, p. 302). Desta forma, entende-se o amor conjugal como caminho para a santidade dos cônjuges e fundamento de equilíbrio para as pessoas e para a família.

A linha doutrinal do Magistério Católico se move, mesmo com os enriquecimentos culturais e teológicos de que falamos, numa linha de continuidade no que diz respeito a alguns princípios: "A ligação entre sexualidade e matrimônio legítimo, no sentido de que o exercício encontra sentido e retidão, a plenitude humana e justificação somente no matrimônio legítimo; a vinculação no exercício do ato conjugal entre a dimensão unitiva e a dimensão procriadora, no sentido de que a procriação deve estar ancorada no ato conjugal, e isso em cada um dos atos conjugais e não apenas na diacronia da vida conjugal; a reafirmação da legitimidade de uma responsabilidade procriadora dos cônjuges a

ser buscada em comum acordo e com meios não artificiais; e a conseqüente condenação da contracepção, do aborto, da esterilização contraceptiva e da procriação artificial" (SGRECCIA, 1996, p. 303).

Assim, é importante analisar que a sexualidade humana não é, portanto, redutível a uma coisa ou a um objeto, mas é conformação estrutural da pessoa, uma estrutura significativa sua, mais ainda do que uma função: enquanto componente fundamental da pessoa, a sexualidade exige respeito e aceitação.

Diante de tudo isso, ao longo das últimas décadas, a permissividade sexual impôs-se, primeiro, como forma de contracultura e mais tarde como forma de cultura mesmo. A permissividade está, hoje em dia, integrada a nossos costumes e é ela que fundamenta os comportamentos sexuais do homem de hoje. Nos recusamos a submeter a toda regra moral sob o pretexto de que queremos nos libertar. Mas é essa libertação que nos conduz aonde estamos. De modo que, para corrigir esta situação pandêmica, na qual o vírus da AIDS tornou-se um de nossos mais temíveis inimigos, é preciso retomar as indicações e orientações que uma moral sadia nos propõe em termos de comportamento sexual. A sexualidade humana é importante demais, permeada demais de dignidade, para que possamos aviltá-la sem mais, em nome de que pretexto for.

Contudo, reconhecemos a gravidade do perigo que a AIDS faz planar sobre nós e, conseqüentemente, as profundas repercussões e mudanças no comportamento sexual. Volta-se a modelos, sobre os quais a moral de outrora dizia que se impunham, mas que a permissividade de hoje contesta.

Porém, toda prevenção deve estabelecer-se a partir de uma volta ao que a moral sexual e religiosa define como regras fundamentais: práticas da sexualidade heterossexual, recusa das práticas sodomitas, repúdio à prostituição e promiscuidade sexual, monogamia, fidelidade, respeito ao processo previsto pela fisiologia para que se estabeleça uma relação sexual sadia.

Desta forma, como nos afirma Charbonneau (1987, p. 45) "é sempre possível que um indivíduo, por fraqueza ou por opção, recuse o jugo recomendado pela moral, pela higiene, pela preocupação com sua integridade em termos de saúde. Quando, infelizmente for este o

caso, que pelo menos se imponha como precaução necessária o uso do preservativo".

Convém lembrar, no entanto, que esse "mal menor" não é uma panacéia. Isso fica evidente quando se pensa na eventual ineficácia do preservativo. Em termos de contracepção, os dados mais recentes revelam um índice de falha que pode chegar até 26%. Se isso ocorre na relação heterossexual, é válido acreditar que o índice de ineficácia será o mesmo na relação homossexual, ou em qualquer outra forma de relação do tipo anal, o que equívale a dizer que, na prática, o uso do preservativo deixa uma possibilidade de contaminação equivalente a 26%. É um risco considerável, quando se trata de uma infecção tão grave como a que se propaga pelo vírus da AIDS. Por mais útil que possa ser em termos de prevenção, o preservativo não comporta, no entanto, qualquer garantia de segurança. Mesmo com o preservativo, o risco continua grande. Menor, mas sempre grave. Seria preciso não esquecer isso e não ver nele a salvação definitiva.

Para muitos casais que ouvimos, se a Igreja investisse na Pastoral da Família de modo eficaz, o jovem seria capaz de fazer a síntese a partir do exemplo dado pela própria família, dentro da própria casa.

Sem dúvida, é muito difícil para quem acompanha uma pessoa que se encontra com a doença já em estado avançado e com o perigo de morte iminente, aprender a amar sem exigir um retorno, na gratuidade que se ama uma criança recém-nascida, com carinho e solicitude. Tanto é complicado também para o enfermo que se sente incapaz de recompensar o amor e o carinho que às vezes lhe é dispensado, sabendo que não vai ter mais a oportunidade nesta vida de retribuir este carinho.

E tudo isso tem sido muito discutido por especialistas nas diferentes áreas de saúde medicinal, terapeutas ocupacionais e até mesmo por teólogos moralistas e pessoas ligadas à Bioética. Muito se tem feito – depois de nossa pesquisa é possível constatar – em relação ao doente, ao portador do HIV. São muitas as casas e acompanhamento, assistência, ajuda e carinho neste momento difícil da vida da pessoa. E muitas destas casas são coordenadas, administradas ou assistidas pela Igreja, seja católica ou não.

O que parece ser uma função dos órgãos governamentais, passou, aos poucos a ser assumido por órgãos não governamentais, facilitando, assim, a inserção e a atuação da Igreja neste caminhar. Porém, aos nossos olhos, se não fossem essas instituições desvinculadas do governo, muito pouco teria neste sentido.

Mas ainda há muito que se caminhar. Ainda há muito para se fazer, tanto no sentido de assistência aos já contaminados pelo vírus, como pelo trabalho de conscientização do perigo e formas de prevenção à AIDS. E é justamente aí que acreditamos que a Igreja Católica deve estar pecando mais assiduamente, pois muito pouco se tem feito neste quesito.

É claro que em nosso conhecimento e cultura, a moral cristã é a ideal, tudo aquilo que ela diz respeito à vida e à sua manutenção têm sua razão de ser. Porém, deve-se perceber que entre a idéia, ou seja, entre o seu mundo ideal e o real que estamos inseridos, há um abismo que separa, ou seja, existe uma distância concreta causada pela rapidez das transformações sociais e dos novos valores.

A doutrina cristã não pode e não deve mais ficar presa aos templos e livros, ela tem que sair para o mundo, ou seja, tem que se infiltrar nas realidades sociais, inserir-se na vida das famílias e no caminhar da humanidade, sem se esquecer que mais de seus $\frac{3}{4}$ da população são pobres e que pouco mais da metade é cristã. Ou seja, é para uma grande quantidade de pessoas, de gente que, às vezes, não compreende à sua doutrina. A Igreja tem que ser solidária, comprometida e eficaz. Para tudo isso, a Igreja deve trabalhar com uma comunicação clara e eficiente. Antes, porém, seu discurso precisa enfrentar os novos desafios. De acordo com Martin, a dificuldade da Igreja está justamente na diferença entre os discursos – de um lado o religioso, do outro o laico, "progressivo", midiático, tecnológico. Por exemplo, na medicina, no que se refere a morte, o que atrapalhou o consenso entre a Igreja e a comunidade médica, está, meramente, entre o tradicional e o novo. Portanto, o novo, no exemplo abaixo como a "qualidade de vida" passa a ser desafio da Igreja:

"Uma coisa que, no passado, dificultou a comunicação entre a tradição secular e a ética médica e a tradição religiosa nesta questão da

arte de morrer bem foi a ênfase que os adeptos da tradição religiosa colocavam sobre a vida além da morte. Na teologia moral mais recente continua certa preocupação com este aspecto, mas há também um grande interesse pela qualidade da vida que antecede a morte e, é justamente nesta área, que há campo fértil para diálogo entre um humanismo secular e um humanismo religioso. Enquanto um valoriza a filiação humana e o outro destaca a filiação divina, ambos valorizam uma fraternidade comum que apela para uma solidariedade transformadora que ilumina o caminho dos companheiros e parceiros que andam juntos na sombra da morte” (MARTIN, s/d, p. 205).

O que se constata, então, a partir desta pesquisa e reflexão que fizemos é que a Igreja tem que se adequar aos novos paradigmas da modernidade e fazer também com que sua doutrina seja aceita. Não há dúvidas, porém, que se assim quiser fazer, terá que dar passos consideráveis em sua criatividade e abertura para o novo, para o diferente, podendo até acarretar mudanças em seu pensamento.

Mas, quando o assunto sexualidade entra em voga nas discussões eclesiais parece que tudo fica muito mais complicado. No entanto, só será possível uma mudança de mentalidade e, assim, a Igreja deverá fazer o seu papel de libertadora e defensora dos injustiçados, na medida em que discutir os problemas e levantar a bandeira dos mais pobres, dos mais simples e excluídos.

O que não dá mais para fazer é esconder que os problemas de saúde da humanidade, a sexualidade precoce e o mercado que a cerca, o uso de drogas e a falta de amor e solidariedade não têm nada a ver com a atuação da Igreja, e até mesmo achar que o que se faz já é o bastante! Jesus mesmo disse que são os “doentes” que precisam de auxílio e não os bons! É para estes que devem ser centralizada nossa atuação de imitadores de Cristo. É para a sociedade marginalizada que deve se voltar o nosso olhar neste novo tempo.

Por isso, resolvemos fazer esta pesquisa, lançar a questão e torcer para que mais pessoas se interessem pelo assunto e que

procurem, cada um fazendo a sua parte, diminuir o sofrimento de muitos e aumentar a perspectiva de vida de nossa sociedade, ainda que para isso tenhamos que nos confrontar com a moral da sociedade e da instituição eclesial.

4. DESAFIOS ÉTICO-TEOLÓGICOS

Escrever sobre AIDS a partir do ponto de vista ético-teológico é um desafio cada vez mais necessário e que se impõe cada vez mais à Igreja de hoje. Necessário porque incita ao aprofundamento da questão por parte dos teólogos, o que pode implicar na solidificação de uma teorização mais apropriada sobre o modo como lidar com a questão, o que em termos de prática pode trazer contribuições realmente significativas, sobretudo, se considerarmos o que diz respeito à orientação da Igreja sobre os modos de "prevenção" à doença. E impõe-se à Igreja de hoje não só pelo fato de ela mesma poder ver-se atingida pela problemática da AIDS (MARTINS, 2001), como também pelo fato de que dela é cobrada cada vez mais uma postura para lidar com a nudez e crueza da realidade tal qual se apresenta, de modo a agir perante ela, ou sobre ela, tal como Jesus o faria. Isso tudo tem vários desdobramentos. Tentemos considerá-los em seu alcance, complexidade e inter-relacionalidade.

Fica fora de questionamento que a prática da castidade (pré-matrimonial) e da fidelidade matrimonial, defendidas e incentivadas pela Igreja Católica, constituem, de fato, ação preventiva das DSTs/AIDS de indubitável efeito.

Louvável é ainda a visão de sexualidade humana que a Igreja tem no que diz respeito ao modo como esta dimensão do ser humano (a sexual) está intrinsecamente relacionada com todo o ser da pessoa: corporal, afetivo, relacional, psicológico, moral, espiritual. Assim, a sexualidade humana, para a Igreja, tem como eixo integrador e unificador da pessoa humana o amor. E em tempos de defasagem do uso desta palavra "amor", em função de uma vivência hedonista e mesmo "consumista/capitalista" do sexo, esta visão integral da sexualidade humana da Igreja é mais que pertinente e digna de propagação. Apenas a título de ilustração:

“O ser humano é chamado ao amor e ao dom de si na sua unidade corpórea-espiritual. Feminilidade e masculinidade são dons complementares, pelo que a sexualidade humana é parte integrante da capacidade concreta de amor que Deus inscreveu no homem e na mulher. ‘A sexualidade é uma componente fundamental da personalidade, um modo de ser, de se manifestar, de se comunicar com os outros, de sentir, de expressar e de viver o amor humano’”(DOCUMENTO DO CONSELHO PONTIFÍCIO PARA A FAMÍLIA).

A esta compreensão da sexualidade cabe o justo mérito por unir prática/relação sexual a respeito, a compromisso duradouro, a paternidade responsável, a fidelidade, a fé.

Também há fatos realmente sintomáticos com os quais a Igreja tem de se preocupar. Falemos de alguns, apenas a fim de ilustrar o silêncio eclesial sobre a camisinha, quando não de seu grito austero para que não a usem:

- Ficou-nos evidente o descompasso existente entre a Igreja Católica (no caso, no Brasil) e o Ministério da Saúde no *IV Congresso Brasileiro de Prevenção em DST/AIDS*, realizado em Cuiabá-MT, de 10 a 13 de setembro de 2001, em que estiveram presentes, participando e atuando em palestras e mesas redondas, inúmeras representações de diversos grupos de interesse de todo o país. No Congresso, do qual participamos para o enriquecimento deste trabalho, sequer foram considerados quaisquer pronunciamentos da Igreja sobre a questão da AIDS. Na única mesa redonda que trabalhou o tema “A Contribuição das Religiões na Prevenção das DST/AIDS”, os competentes representantes católicos (ligados ao franciscanismo) tiveram de enfrentar diretamente duras críticas de representante de “Parada Gay” de São Paulo, sendo que um deles ainda teve ainda de retratar-se com a representante da Igreja Metodista – que com os dois

católicos formava a mesa ecumênica – a qual, durante e ao término de sua colocação, foi aplaudida de pé, no Congresso em que, um ano antes, um bispo católico considerado pela mídia com progressista fora vaiado pelos congressistas. Cheirou um pouco de aversão à Igreja Católica. Fato particular que pode ser isolado, mas que não deixa de ser sintomático;

- O Encontro promovido pela Comissão de DST/AIDS da CNBB ocorrido em Itaiaci, Indaiatuba-SP, no ano de 2000, sofreu dura intervenção de representante do Vaticano, quando uma linha pró-camisinha ia tomando conta do encontro;
- As dificuldades em que se encontram alguns teólogos e mesmo membros da hierarquia católica diante da censura, discretíssima, mas existente, imposta contra pronunciamentos admissíveis do uso da camisinha, mesmo como “mal menor” ou mal (moral) necessário, na linha do pensamento católico não-oficial sobre moral sexual. Possível sinal disso, o “Dicionário Interdisciplinar da Pastoral da Saúde”, muito bem conceituado e do qual também nos servimos neste trabalho, cita uma única vez a palavra “preservativo”, mas sequer trata da questão no verbete “AIDS”;
- A existência do HIV nas veias da própria Igreja, fato bastante abafado, mas já não oculto (MARTINS, 2001).

Feito o diagnóstico da situação eclesial católica, que repercute na situação enferma da sociedade, convém a apresentação de remédios que possam mudar o quadro clínico tanto de uma quanto de outra. Já basta a ausência de medicamento com sucesso para tratamento da AIDS! Esta pesquisa pretende colaborar qual cientista-teólogo-eclesiólogo para a obtenção da “panacéia” para o estigma em questão.

A questão da camisinha é um dos desafios para a Igreja. Entretanto, nossa pesquisa mostra que a camisinha não é somente um desafio para a igreja, mas, também para a sociedade. O problema da camisinha, não é o problema do preservativo, mas de uma concepção

de sexualidade. Está em jogo o modo como vivemos a nossa sexualidade. As pessoas que são influenciadas "pelos valores midiáticos" e outros, sem nenhuma capacidade crítica, buscam o sexo como prazer, divertimento, consumo e nada mais.

Neste sentido, usar a camisinha é preservar a si mesmo e o parceiro(a). É uma espécie de "mal necessário", ou de "bem maior" como dizem os moralistas. Mas, as pessoas que possuem princípios religiosos e querem ser fiéis a estes, devem buscar outra forma de viver a sexualidade. A sexualidade está integrada dentro do valor da pessoa e do matrimônio sacramental. É vivida como fidelidade e indissolubilidade. Neste sentido, a camisinha como higiene ou como preservativo pode ser descartada, pois não será necessária na medida em que os namorados, noivos ou casados seguem outros critérios morais para a sua vivência cotidiana.

Entretanto, como vivemos num mundo em "crise de valores" é necessário muito discernimento ético para compreender esta questão de forma positiva. É preciso ainda, uma espiritualidade consistente para que a fidelidade aos "valores religiosos" se sobreponha aos valores da "sociedade consumista", impulsionada pela mídia.

Os próprios religiosos consagrados não estão imunes do discurso moral da sociedade. Para eles, a espiritualidade deve ser mais concentrada, na medida em que sofrem de forma mais cruel as mazelas da sociedade:

"Esta sociedade estimula a sensualidade precoce, não educa corretamente os seus jovens, não cultiva valores de respeito e amor. Como padres, freiras, casais, jovens podem viver o valor da castidade e do amor desinteressado. Não penso que a repressão de hoje seja diferente da repressão de tempos atrás. Hoje vivemos um 'liberalismo-repressivo' que também faz mal" (TRASFERETTI, 2001, p. 3).

Concluimos que os desafios além de éticos também são teológicos, na medida em que colocam a práxis da moral dos cristãos em constante questionamento. A teologia moral precisa responder com

inteligência e criatividade baseando-se no Magistério, na Tradição e nas Sagradas Escrituras esses graves desafios do nosso tempo.

CONCLUSÃO

A Igreja Católica no Brasil, através de órgãos como a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) reconhece que a sociedade está mudando e que estas mudanças são os principais desafios para as pastorais. Com a chamada "nova evangelização", a Igreja Católica na América Latina está se esforçando para compreender e "acolher" as mudanças que estão marcando o futuro da nossa sociedade. A Igreja encara muitos desafios, por exemplo, no campo econômico, político e social. No entanto, as respostas mais fortes estão no campo econômico e político, sendo que o campo social ou comportamental ainda se expressa de uma forma muito tímida.

A Igreja Católica constata que nos últimos anos com os avanços da tecnologia – cujos efeitos enormes e muitas vezes, prejudiciais à sociedade – muitas coisas foram modificadas, como por exemplo, a relação do homem e trabalho que está desencadeando uma "nova pobreza" em muitos países melhores do que os da América Latina. Contudo, esta situação também de ordem econômica coloca o mercado, acima de tudo, como o mais importante na esfera global. A maximização dos lucros é a maior estratégia do mundo pós-moderno.

Outros fatores que a CNBB, através de estudos e pronunciamentos como nas reflexões do *Sínodo para a América – 3* enumera, são os de ordem ilegais, como os tráficos ilícitos (drogas, armas); as nações mais poderosas não hesitam em facilitar o desenvolvimento em nações mais pobres das doutrinas "neoliberais" – do protecionismo ao boicote econômico – que subjagam países menores, pobres e/ou em desenvolvimento; a tecnologia que incorpora novas formas de saber e trabalhar, cujo resultado está no monopólio entre países ricos e conglomerados (grupos econômicos). Portanto, as desigualdades entre os países estimulam o avanço da pobreza que automaticamente interfere na desigualdade local-interna das grandes cidades.

Estes elementos são grandes desafios para a Igreja, assim como melhorar a comunicação nas pastorais, em especial da família, sobre as condições mundiais de epidemias, como a AIDS. No entanto, a Igreja ainda responde, de modo confortável, às questões mais econômicas e políticas. Com o chamado fenômeno da globalização, com todas as suas ambigüidades, a Igreja insiste em procurar soluções que venham a partir de uma qualidade humana ou social, ou melhor, a "qualidade total" como a própria Igreja denomina.

Na Comissão Nacional de DST/AIDS – Pastoral da Saúde – CNBB, numa carta aberta apresentada no *II Encontro promovido pela Comissão Nacional de DST/AIDS da Pastoral da Saúde/CNBB* tendo como tema de reflexão "AIDS e desafios para a Igreja do Brasil", bispos, padres, diáconos, religiosos, religiosas, agentes de pastorais, lideranças de ONGs/AIDS, instituições membros do governo federal, assessores da CNBB, com o objetivo de traçar estratégias para o enfrentamento dessa pandemia, a Igreja tem se colocado a serviço dos excluídos com uma proposta pastoral e cristã valorizando a vida. De acordo com a carta aberta, a "epidemia da AIDS segrega os indivíduos da sociedade por meio da discriminação, do preconceito, e os coloca em situação de marginalidade, provocando sua morte civil".

Citamos a seguir algumas questões levantadas sobre a Igreja do que pode ser melhorado dentro da realidade da AIDS:

"A Igreja deve ser presença animadora para que a vida prevaleça; atuar no controle da epidemia prevenindo e assistindo o portador do vírus; educar para uma sexualidade libertadora anunciando o evangelho numa visão empolgante, como dom e energia; respeitar as diferenças de gênero, raça/etnia, com o claro propósito de trabalhar com e na diversidade; recuperar na pessoa humana a ternura, o afeto e a misericórdia como compromisso de vida e fator de equilíbrio fundamental; favorecer o espírito de abertura e acolhida evitando o preconceito e a discriminação aos soropositivos e pessoas vivendo com HIV/AIDS; acabar com o rastreamento sorológico, favorecendo a realização vocacional da pessoa; não banalizar a fidelidade, valor do reino, como substituição do preservativo, mas como complementaridade da plenitude da vida; o amor fundamental e

misericordioso de Deus revela que AIDS, assim como outras patologias, não são 'castigos' – Ele não quer sacrifício, mas vida em plenitude.”

A Comissão ainda elabora alguns pontos como compromissos: elaborar e divulgar materiais e trabalhos existentes para a preservação das DST e AIDS; criar comissões de DST/AIDS em âmbito diocesano e regional; contribuir na elaboração de políticas públicas voltadas para HIV/AIDS; buscar ações concretas e conjuntas entre as pastorais, setores, movimentos, organismos, Igrejas Cristãs e outras religiões.

A conclusão deste encontro foi otimista, assim como está escrito na carta aberta: “A partir da pedagogia de Jesus, aprendemos a olhar a pessoa com os olhos de Deus, abraçando o ideal e a realidade, tendo atitude de escuta e acolhida, resgatando as potencialidades da pessoa humana”.

No entanto, ainda se tem muito a fazer. Num primeiro instante, aceitar que a comunicação sobre a AIDS na Pastoral da Família ainda é um tema pouco apresentado. A partir deste pressuposto, poderemos encontrar uma grande contradição por parte do pensamento da Igreja. Por um lado, como podemos observar pelos resultados desta pesquisa, a principal dificuldade da Igreja está em como abordar a questão da AIDS nas Paróquias ou em encontros de casais, mas, ao mesmo tempo, a Igreja destina seu propósito a realidade de que a Igreja está presente na vida, que deve educar através do evangelho para uma sexualidade libertadora.

Tendo já considerado os dois modelos do entender e do viver a sexualidade (o da Igreja e o do homem contemporâneo), vale ainda dizer que a ciência teológica carece bater nesta tecla. Tal esforço de forma alguma prejudicaria, pelo contrário, engrandeceria, seu empenho em, à luz do Evangelho de Jesus Cristo, transformar a sociedade atual. É verdade que a fome e a pobreza, assuntos que têm ocupado bastante a Igreja ultimamente, sobretudo a latino-americana, matam em proporções muito maiores que a AIDS. Contudo, a Igreja não pode omitir-se de se empenhar nesta luta contra o vírus da imunodeficiência humana sem trair os princípios de seu fundador – que a todos os sofredores dispensava atenção – e sem trair também sua própria condição de povo abençoado com os mais diversos dons do

Espírito para os mais diversos serviços à vida, em todos os desafios que esta possa apresentar; não se esta. Igreja quiser generosamente oferecer outros princípios curativos – talvez os que são mais urgentes – aos males do mundo, além dos que, há muito, já vem doando com os valores que sempre cultivou e transmitiu.

Quais, pois, os recursos mais apropriados à prevenção à AIDS? Consegue-se *enxergar* todas as alternativas que possibilitem salvar as vidas nas condições tais quais se nos apresentam? Antes de julgá-las ou reprová-las, quer-se salvá-las? "Camisinha: usar ou não usar, eis a questão!", parafraseando *Shakespeare*. "Não usar, ainda está em questão?!", indagaría admirado o cientista moderno. "Afinal, o que é realmente que está em questão?", perguntaria o filósofo. "Até quando ficarão nas questões?", lamentaria o doente terminal, portador de HIV.

Meu Deus, desespera-se o leigo cristão. "Enquanto é dia, temos de realizar as obras daquele que me enviou; vem a noite quando ninguém pode trabalhar. Enquanto estou no mundo, sou a luz do mundo disse Jesus" (Jo 9,4-5), antes de curar um cego de nascença, doente tecnicamente incurável, a respeito do qual os discípulos ficavam fazendo especulações inúteis (cf. Jo 9,1-2). Diz o texto bíblico que, depois de interrogado por líderes religiosos, o pobre cego foi desacreditado de sua antiga doença e expulso por pretender ter-lhes algo a ensinar. Mais tarde, ele ouviu de Jesus: "Para um discernimento é que vim a este mundo: para que os que não vêem, vejam, e os que vêem, tornem-se cegos" (Jo 9,39). Alguns fariseus, irritados com a carapuça, ainda tiveram de ouvir de Jesus: "Se fôsseis cegos, não teríeis pecado; mas dizeis: 'Nós vemos!' Vosso pecado permanece" (Jo 9,41).

Portanto, a presença da Igreja na vida significa enxergar os grandes problemas da humanidade, um deles, a realidade de que a Aids existe, de que sua transmissão é através de contato sexual ou compartilhamento de seringas (no uso de drogas); de que cada vez aumenta o índice entre casais heterossexuais; que o discurso do casamento indissolúvel e da fidelidade não corresponde à realidade, mesmo sendo este ponto muito defendido pela Igreja. Não nos interessa o que deve ser premissa da Igreja ou não. O que nos interessa é verificar elementos da sociedade de hoje que acaba se distanciando do discurso oficial da Igreja.

Buscar a chamada “qualidade total” do homem, na qual também está incluída a questão da saúde, a questão da AIDS etc. No entanto, ainda é tímida a participação da Igreja neste aspecto. Como a AIDS depende de fatores comportamentais (sexuais, morais, culturais), a Igreja prefere ainda caminhar pela vertente econômica e política. Apesar desta dificuldade podemos encontrar muitas casas de acolhimento aos portadores do vírus sob administração da Igreja Católica. Os dados apontam para mais de 40 em todo o território nacional. As questões teológicas não estão na ordem do acolhimento, apoio espiritual e material, mas nos problemas ligados a prevenção, educação moral e pesquisa. Neste sentido, os desafios são muitos.

No campo político, os principais desafios para a Igreja perpassam pela própria democracia – ou melhor, a nova democracia ou a frágil democracia de alguns países –, as ambigüidades encontradas em representantes eleitos pelo povo, os escândalos de corrupção, a instrumentalização do poder político em favor de interesses individuais e fortalecimento de grupos organizados que recorrem às drogas como produto, e à violência como uma mera consequência. A Igreja Católica cita que a falta de um “*ethos*” democrático enraizado, em especial nas sociedades latino-americanas, que possuem historicamente e tradicionalmente características de colonização, dependência econômica, autoritarismo político e a difusão das ideologias mercadológicas que através dos grupos de mídia – que também marcam através da manipulação da opinião pública decisões que comprometem os quadros político-sociais e comportamentais – interferem na dinâmica social de cada país.

Portanto, a Igreja busca os mais diversos temas e justificativas para responder às crises atuais. Ainda no âmbito político a Igreja defende a ética política como sendo este campo fundamental para o aprimoramento dos regimes democráticos, além da participação popular nas comunidades locais, nas escolas, nos organismos de saúde pública e de proteção da infância e adolescência. Sob este prisma, nos perguntamos: tendo consciência das dificuldades do mundo de hoje e consistência em seu discurso – a questão da saúde, a AIDS, em especial, não só de responsabilidade de órgãos públicos de saúde – por que a Igreja não assume também uma responsabilidade mais eficaz em seu campo de atuação?

Ataques à Igreja de nada valem, a não ser para "acordá-la", e só se for feito de certo modo. Crítica que lhe seja construtiva, capaz de ajudá-la a melhorar, as mais eficientes são as que lhe vêm de dentro. O importante é o serviço prestado à vida que ambos, criticada ou críticos, desempenham no decorrer da dialética da vida e da sociedade.

Almejando prestar este serviço, tanto de melhoria de vida aos portadores do HIV quanto o salvaguardar da vida dos não-infectados, recordamos as intuições trabalhadas e acenadas ao longo deste texto e, resumidamente, aqui as elencamos como desafios/compromissos para as diretrizes pastorais da Igreja:

- dar visibilidade à dura realidade e ao perigo da AIDS;
- incentivos e investimentos financeiro e humano por parte das localidades eclesiais (paróquias) na abertura de casas ou centros de tratamento/acolhimento dos soropositivos;
- campanhas contra o preconceito e discriminação aos portadores do HIV. Poderia haver uma Campanha da Fraternidade que tratasse especificamente da AIDS;
- conscientização da problemática da AIDS nos inúmeros espaços de comunicação popular da Igreja Católica: catequeses infantil, juvenil e familiar, discurso homilético dos sacerdotes nas missas, e também seus meios de comunicação em massa (rádios e TVs católicas);
- formação de agentes de pastoral e líderes comunitários (inclusive dos futuros padres) com sensibilidade especial para com os soropositivos, vítimas da desesperança;
- aprofundar o diálogo com as ciências;
- transmissão da visão integral da sexualidade humana, associada a valores como amor, respeito, compromisso, fidelidade conjugal, gratuidade e liberdade responsável;
- renovação de alguns elementos da moral sexual católica;
- introduzir temas complexos de moral sexual nos movimentos de casais;

- educação a solidariedade de toda a humanidade e o dever de distribuir de maneira justa os bens;
- promoção do princípio de co-responsabilidade referido a todos os seres da terra atuais e virtuais;
- compromisso de construir uma Igreja que testemunhe igualdade entre homens e mulheres como proposta exemplar que confronte as culturas que não vivem tal dimensão;
- contribuição com a humanização da sexualidade como dimensão humana essencial que há de integrar harmoniosamente a beleza e bondade da relação entre paixão erótica, intimidade emocional e compromisso interpessoal;
- perder o medo ou a vergonha de abordar estes temas. Abrir um diálogo frutífero com a juventude católica, seus pais e familiares;
- superação definitiva do moralismo e dualismo com que muitos líderes católicos pastoreiam suas comunidades;
- conversão contínua da Igreja mediante leitura da realidade (“sinais dos tempos”) e confronto com a práxis de Jesus de Nazaré (método ver, julgar e agir);

Podemos dizer efetivamente que do ponto de vista teológico estamos diante de um sinal dos tempos (GOTTIER, 1990, p. 34-39) que deve ser respondido com muito sensibilidade teológica. Diante da crise de valores que estamos vivendo, como apontaram Jérôme Bindé e Jean-Joseph Goux nada melhor do que reconsiderar nossos costumes e hábitos.

Uma nova espiritualidade precisa emergir, sobretudo, no seio familiar. No artigo “Crise social: da família ou do amor?”, segundo o autor, “nas sociedades pós-modernas, a família em sua forma clássica está sendo pulverizada por outros agentes sociais. Hoje encontramos muitas outras formas de acasalamento amoroso, ou de relacionamento conjugal. São relações pré-matrimoniais, pré-cerimoniais, extra-matrimoniais, enfim, quantos outros sufixos forem necessários” (TRASFERETTI, 2001, p. 3).

Esperamos que alguns passos tenham sido dados no ato da reflexão sobre o nosso objeto de pesquisa. Evidentemente, muitos caminhos ainda precisam ser trilhados. Aprofundar o diálogo com a sociedade, na tentativa de criar espaço para discussão livre como forma de construir consciências maduras e responsáveis. A construção de uma consciência moral é uma tarefa coletiva. É preciso incorporar novos sujeitos teológicos na discussão moral. Casais, profissionais liberais católicos, leigos engajados deveriam tomar a palavra neste debate e oferecer suas contribuições. Nesta expectativa, colocamos este texto para que o diálogo sobre este e outros temas se realizem em nosso meio. Agradecemos todas as colaborações e críticas como forma de enriquecimento cultural e teológico.

BIBLIOGRAFIA

- BINDÉ, J. e GOUX, J-J., *Valores: para onde vão? Folha de S. Paulo*. Tendências/Debates, 16 de dezembro de 2001.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. BARREIRA, D., CARMEM, D., CASTILHO, E. A., *Aids no Brasil: situação atual e tendências*, Brasília, 2000.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE, *Aids em mulheres cresce no interior*, Brasília, 2000.
- CNBB, *Igreja e comunicação. Estudos da CNBB*, São Paulo, Paulus, 1993.
- COMISSÃO NACIONAL DE DST/AIDS. PASTORAL DA SAÚDE – CNBB, *Pronunciamento de RIXEN, Dom Eugène durante a Assembléia Nacional dos Bispos do Brasil*, Porto Seguro, abril de 2000.
- CONSELHO PONTIFÍCIO PARA A FAMÍLIA, *Sexualidade humana: verdade e significado – orientações educativas em família*, São Paulo, Paulus, 1996.
- CHARBONNEAU, P. E., *Aids: prevenção, escola*, São Paulo, Paulus, 1987.
- GOTTIER, G., *Sida: un signo de los tiempos? In: Dolentium Hominum*, 1990.

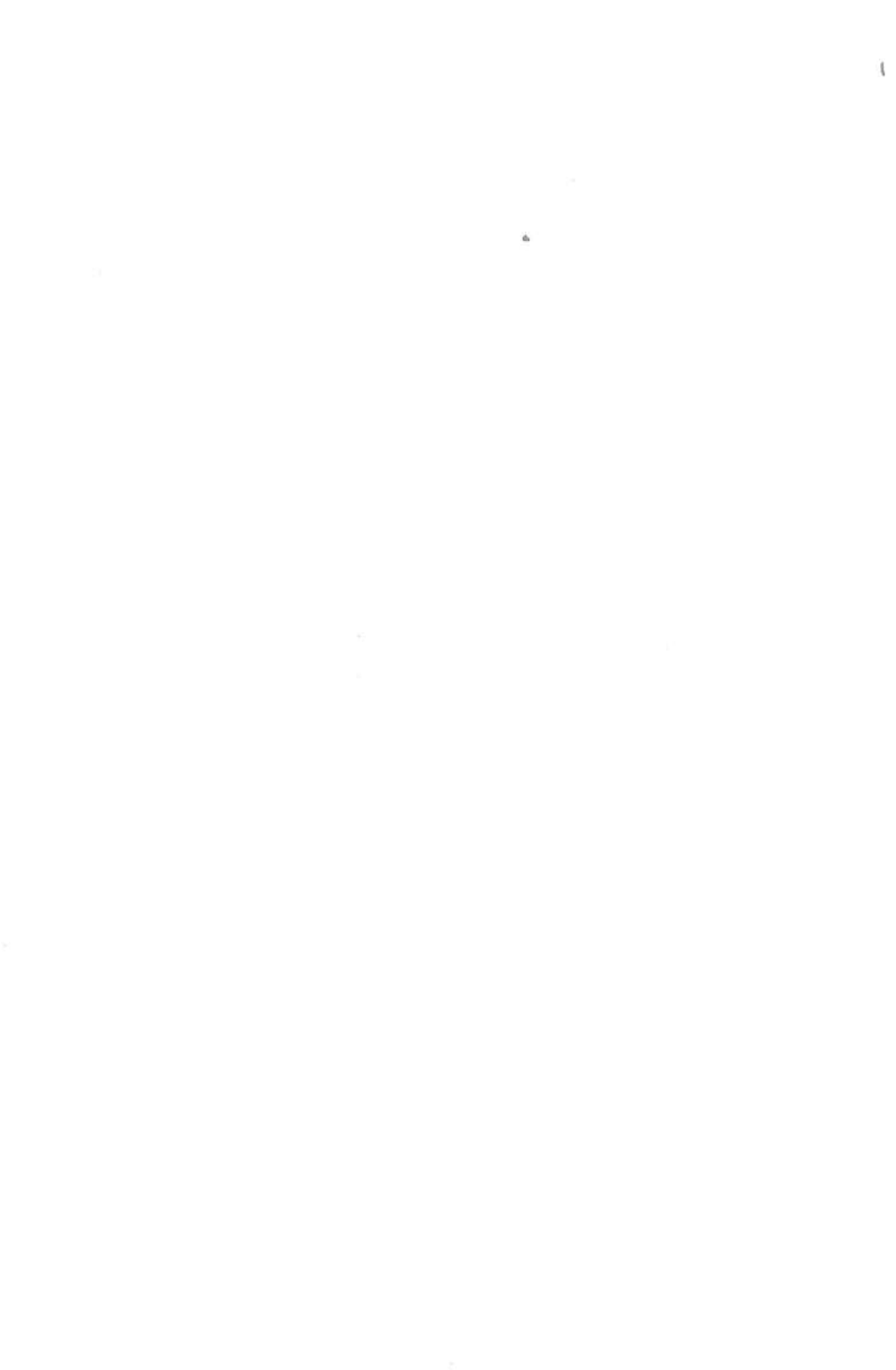
- KEENAN, J. F. (org.), *Catholic ethicists on HIV/Aids prevention*, New York/London, Continuum, 2000.
- JANSEN, R., *Unaid's acusa Igreja de minar prevenção*, O Estado de S. Paulo, Caderno Geral, 07 de novembro/2000.
- JANSEN, R., PENNAFORT, R., *Pais é citado como exemplo para o continente*, O Estado de S. Paulo, Caderno Geral, 07 de novembro/2000.
- LIBÂNIO, J. B., *Solidariedade e caridade cristã*, *Jornal de Opinião*, Belo Horizonte, 26 de nov. a 2 de dez., 2001.
- LIMA, M. E., *Comunidade, governo e instituições sociais*, in EPSTEIN et alii (orgs.), *Mídia e Saúde. Anais da Conferência Brasileira de Comunicação e Saúde*, Adamantina, UNESCO/UMESP/FAI, 2001.
- LUNA, S. V., *Planejamento de pesquisa: uma introdução*, São Paulo, EDUC, 1998.
- MARTIN, L., BALDESSIN, A., *Conviver com a Aids*, Aparecida, Santuário, 1990.
- MARTINS, L., *Aids dentro da Igreja Católica já preocupa*, in *O Estado de S. Paulo*, 23/09/2001..
- RIXEN, E., *Pronunciamento durante a Assembléia Nacional dos Bispos do Brasil. Comissão Nacional de DST/AIDS. Pastoral da Saúde – CNBB*, Porto Seguro, abril de 2000.
- TRASFERETTI, J. A., *Encountering a Brazilian man abandoned in his illness*, in KEENAN, James F. (org.), *Catholic ethicists on HIV/Aids prevention*, New York /London, Continuum, 2000.
- _____, *Padres, freiras e pós-modernidade*, *Correio Popular*, Campinas, 27 de março de 2001.
- _____, *Crise social: da família ou do amor*. *Correio Popular*. Campinas, 31 de maio de 2001.
- _____, *Teologia e realidade social*, Campinas, Alínea, 1998.
- TRASFERETTI, J. A., *Paróquia Nossa Senhora da Evangelização. Entrevista concedida a André Luiz Fávero*, Campinas, 2001.
- TRASFERETTI, J. A. e DI LASCIO, L. R., *A AIDS e a teologia católica*, *Correio Popular*, Campinas, 2 de dezembro, 2001.

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

- www.aids.gov.br/final/dados/aids.htm - *Dados e pesquisa em DST e Aids. Dados do HIV*, 2001.
- www.aids.gov.br/final/dados/aids.htm - *Dados e pesquisa em DST e Aids, 2001. Dados da Aids*, 2001.
- www.oul.com.br - *Notícias UOL. Mais idoso, o Brasil chega a 169,8 milhões de pessoas*, 19 de dezembro de 2001.
- www.ig.com.br - *HIV está cada vez mais resistente, revela estudo*, 12 de dezembro de 2001.

O Pe. José Antonio Trasferetti, Doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Lateranense, Roma, e em Filosofia pela Pontifícia Universidade Gregoriana, Roma, é Professor Titular da FTCR da PUC-Campinas, lecionando Antropologia Teológica, Moral Social e Ética e Política no Programa de Pós-Graduação em Filosofia.

e-mail: trasferetti@uol.com.br



ESTUDO EXEGÉTICO DE JEREMIAS 5,1-9 - UM ESBOÇO

Cássio Murilo Dias da SILVA

Esclarecimento Prévio: Uma Breve Carta a quem se aventura a ler este artigo

Querido(a) leitor(a):

Antes de você começar a ler este artigo, quero esclarecer que as páginas que você começa a ler ainda não estão prontas. Elas serviram como pontapé inicial para o estudo de alguns textos do profeta Jeremias. À medida que o trabalho progride, muitas idéias são acrescentadas, reorganizadas e amadurecidas. Mas como o assunto aqui é a "vingança de Deus", resolvi divulgar uma primeira redação, antes de Nosso Senhor lembrar-se de umas tantas que andei aprontando durante meus quarenta anos de vida e resolver vir acertar as contas comigo.

⁽¹⁾ Por razões de economia de espaço, de letras e de tinta, notifico apenas que o profeta Jeremias atuou em Jerusalém entre os anos 627-586 a.C. O livro que temos em nossas Bíblias não foi escrito por ele. A redação final do "livro de Jeremias" se deve a um grupo chamado "deuteronomistas". Esse grupo foi o mesmo que editou o livro do Deuteronômio (daí seu nome) e outros livros bíblicos. Os teólogos pertencentes a esse grupo viveram vários anos depois de Jeremias e dos acontecimentos narrados no livro. O tempo dos deuteronomistas foi o tempo do exílio e do pós-exílio na Babilônia. Foi um tempo de crise de fé. E, por isso mesmo, um tempo de busca de respostas. A principal pergunta: "Por que $\Upsilon\eta\omega\eta$ permitiu o exílio?" A principal (ou talvez única) resposta: "Porque nós nos afastamos de sua Aliança". A primeira parte do "livro de Jeremias" (caps. 1,1-25,14) é composta por oráculos de julgamento contra Judá e Jerusalém: " $\Upsilon\eta\omega\eta$ tinha toda razão em mandar a catástrofe, pois nós fomos infiéis!".

Acabei de dizer que vamos falar sobre a “vingança de Deus”. Para evitar que Deus Pai se irrite ainda mais (e motivos não lhe faltam), em lugar de “Javé” (e da abominável vocalização “Jeová”), utilizo a forma YHWH . Em hebraico, o nome de Deus é impronunciável (para não ferir o segundo mandamento). Como então devem ser lidas as quatro consoantes YHWH ? Sugiro ao(à) leitor(a) seguir a orientação dos rabinos: “Onde estiver escrito ‘ YHWH ’, leia-se ‘Adonay’”. Assim fazendo, você não precisa se confessar que usou o nome de Deus em vão (pelo menos, não porque leu esse artigo em voz alta).

Para tornar o artigo mais legível, reduzi ao estritamente necessário o uso de termos em hebraico, bem como as notas de rodapé. Peço aos puristas do rigor científico, que não concordarem, que deixem também essa por conta da “vingança de YHWH ”.

Por fim, quero dizer que qualquer coincidência com a situação atual de nosso país é mera semelhança. Não, caro(a) leitor(a), não inverti a ordem dos verbos, é semelhança mesmo, plágio, cópia, repeteco. Nossa sociedade parece não ser muito diferente daquela em que viveu o profeta Jeremias, e YHWH tem muitas razões para tomar as mesmas atitudes que tomou naquele tempo¹. Só espero que Ele não o faça antes de você terminar a leitura deste artigo.

Coragem!

1. “NÃO DÁ PARA EU NÃO ME VINGAR”

O verbo *naqam* [vingar-se] aparece sete vezes em Jeremias e, exceto em 15,15, é encontrado sempre na boca de YHWH . Por três vezes, YHWH promete vingar-se de Judá (5,9.29; 9,8); também por três vezes, tal promessa tem como objeto os inimigos de Judá (Egito: 46,10; Babilônia: 50,15; 51,36). A única vez em que encontramos *naqam* [vingar-se] na boca de Jeremias, o profeta pede a Deus que o vingue de quem o persegue.

Neste artigo, examinaremos o primeiro texto (ou melhor, a primeira perícopo) do livro de Jeremias em que YHWH promete vingar-se de seu povo. Trata-se de Jr 5,1-9.

Antes, porém, convém conhecer o texto. A tradução a seguir procura ser fiel ao texto hebraico. Os versículos foram divididos em segmentos, cada qual designado por uma letra (a,b,c ...). Ao longo do artigo, usarei tal divisão como referência.

Jr 5,1-9 é uma espécie de conversação entre יהוה, Jeremias e Jerusalém. Mas, como a Bíblia não diz quem está falando a quem, alguns versículos deixam uma margem de dúvida: são palavras de Deus ou do profeta? A divisão que apresentamos a seguir é uma escolha possível, embora haja argumentos válidos para uma proposta diferente.

2. “ESTE É UM PAÍS QUE VAI PRA FRENTE...”

Eis o texto de Jr 5,1-9:

(יהוה a Jeremias)

- 1a Percorram as ruas de Jerusalém,
- b e vejam,
- c e tomem conhecimento,
- d e busquem pelas praças dela,
- e se vocês são capazes de encontrar um homem
- f se existe alguém que pratique a *mishpat*²
- g que busque a *'emunah*³
- h e eu o perdoarei.
- 2a Pois ainda que eles digam “pela vida de יהוה”⁴,
- b sem dúvida eles juram com falsidade.

(Jeremias a יהוה)

- 3a יהוה,
- b teus olhos por acaso não estão voltados para a *'emunah*?

⁽²⁾ “Direito, justiça”

⁽³⁾ “Lealdade, fidelidade, verdade, sinceridade”.

⁽⁴⁾ Expressão hebraica equivalente ao nosso “juro por Deus”.

- c Tu os feriste,
d mas eles não se abalaram.
e Tu os destruístes,
f eles se recusaram a aceitar disciplina.
g Fizeram suas faces mais duras do que a rocha,
h eles se recusaram a se arrepender.
4a Eu disse a mim mesmo:
b "É porque são pobres,
c são tontos,
d pois não conhecem o caminho de YHWH,
e a *mishpat* de seu Deus".
5a Decidi ir aos grandes
b e falar com eles,
c pois eles conhecem o caminho de YHWH,
d a *mishpat* de seu Deus".
f Mas eles juntos arrebutaram o jugo,
g destroçaram as amarras.

(YHWH a Jeremias)

- 6a É verdade!
b Feriu-os o leão da floresta,
c o lobo da estepe os despedaçará,
d o leopardo ronda as cidades deles,
e qualquer um que sair delas será dilacerado.
f Pois eles multiplicaram suas rebeldias,
g são numerosas suas rebeliões.

(YHWH a Jerusalém)

- 7a Baseado em que eu te perdorei?
b Teus filhos me abandonaram
c e juram pelo que não é deus.
d Eu os saciei,
e mas eles cometeram adultério,
f e se retalharam na casa da prostituta.

- 8a Garanhões bem equipados para a guerra vindos de Méshek⁵,
- b cada um relincha para a mulher de seu vizinho.

(YHWH ao profeta [ou ao leitor?])

- 9a Por tudo isso eu não viria acertar as contas
- b – oráculo de YHWH –
- c e contra uma nação como essa eu não vingaria minha alma?

3. “VOCÊ ABUSOU! TIROU PARTIDO DE MIM, ABUSOU...”

No livro de Jeremias, em diversas ocasiões, YHWH justifica sua decisão de punir Judá. A questão retórica do v. 9 – “Por tudo isso eu não viria acertar as contas? Oráculo de YHWH! E contra uma nação como essa eu não vingaria minha alma?” – funciona como um refrão que aparece outras duas vezes: 5,29 e 9,8. Esse versículo é um elemento redacional interpolado em três momentos chave na apresentação da justificativa de YHWH. O significado é claro e não chega a ser alterado pelas pequenas diferenças a cada ocorrência. Antes de estudarmos os vv. 1-8, convém observar o v. 9 com maior atenção.

9a: “Por tudo isso eu não viria acertar as contas,”

A frase “*acertar as contas*” traduz aqui o verbo *paqad*. Esse mesmo verbo em hebraico pode significar também “nomear, estabelecer alguém em uma função”. Não é o caso aqui. Como em outros textos, *paqad* deve ser interpretado como “acertar contas, castigar, cobrar, inspecionar, visitar” e forma um paralelo com *naqam* [vingar-se]. *Naqam* e *paqad* são usados mais ou menos como sinônimos também em 5,29 e 9,8 (que repetem 5,9) e 11,20-22 e 15,15.

⁽⁵⁾ Verso de tradução difícil e muito discutida. Outras traduções possíveis: “ganhões bem dotados (sexualmente)”, “ganhões ardentes e fogosos”.

9c: e contra uma nação como essa eu não vingaria minha alma?

Y_{HWH} não se refere a Judá como 'amî [meu povo], mas utiliza a expressão gôy 'asher-kazê [uma nação como essa], que nitidamente é pejorativa. A locução 'asher-kazê [como essa], que deve ser compreendida como "desse tipo, dessa qualidade", reforça o tom pejorativo e deixa claro que a divindade não está se referindo a outra nação, mas exatamente àquela descrita nos versículos anteriores.

Na Bíblia Hebraica, o termo gôy [nação] não tem o significado específico que assumirá na literatura talmúdica e no hebraico moderno: "(indivíduo membro de uma) nação estrangeira/pagã". De fato, a distinção entre 'am [povo] e gôy [nação] na Bíblia Hebraica não está ainda estabelecida e, por vezes, esses termos são intercambiáveis. No entanto, em Jeremias, gôy [nação] refere-se sempre às nações pagãs ou às nações em geral (dentre as quais incluem-se também Israel e Judá), exceto em 5,9.29; 7,28 e 9,8. Nesses textos, gôy [nação] é usado em lugar do esperado 'am [povo] ou 'amî [meu povo]: Judá é apresentado como pecador e rebelde, isto é, gente totalmente estranha a Y_{HWH}, com a qual a divindade não se vê comprometida em garantir-lhe perene salvação.

De fato, as ações de Judá exigem que Y_{HWH} tome uma atitude drástica para punir e corrigir Jerusalém: não dá para Deus não se vingar. Na Bíblia Hebraica, a raiz *naqam* [vingar-se] normalmente expressa uma ação cuja causa (direta ou indireta) é Deus: ele é o único que legitimamente pode exercer vingança. Nas cinco ocorrências em que o verbo *naqam* [vingar-se] tem Y_{HWH} como sujeito e Jerusalém ou Judá como objeto, isto é, quando Y_{HWH} promete vingar-se de seu próprio povo, temos sempre uma situação de violência cometida contra o mais fraco: Is 1,24; Jr 5,9.29; 9,8; Ez 24,8. Em outras palavras, à violência praticada pelos judeus aos próprios judeus, Y_{HWH} responde com promessas que devem ser interpretadas como seu direito de *naqam* [vingar-se]. A reação divina não se deve à idolatria, mas à violência social decorrente da infidelidade à aliança e interpretada como ruptura dela. De fato, em Jeremias, como em todos os livros editados pelos deuteronomistas, quando o pecado do povo é idolatria, Y_{HWH} diz que Israel (ou Judá) *ka'as* [provocar a ira]. Em Jeremias, o verbo *ka'as*

[provocar a ira] nunca é usado em contexto de injustiça social, e o verbo *naqam* [vingar-se] nunca é usado para falar da reação de YHWH contra a mera infidelidade cultural.

4. “CADÊ, VOCÊ?”

Leiamos, agora, o resto da perícopes, isto é, os vv. 1-8.

Ao final do cap. 4, após um lamento com dimensões cósmicas (vv. 23-28), Jeremias funde duas imagens – a prostituta (v. 30) e a parturiente (v. 31) – para falar de Jerusalém como uma mulher que sofre na mão de seus amantes/assassinos. Em Jr 5,1, o tom de lamentação é abandonado e passa-se a um mosaico que descreve o julgamento que está por vir. A figuração de Jerusalém como mulher oferece o elemento que liga a perícopes anterior ao colóquio relatado em 5,1-9, no qual YHWH justifica sua decisão de punir Judá.

Essa mudança de estilo é acentuadamente marcada por um acúmulo de imperativos no plural (“percorram”, “vejam”, “tomem conhecimento”, “busquem”) e pela afirmação “e eu a perdoarei”, que, por sua vez, liga-se às questões retóricas do v. 7a (“baseado em que eu te perdoarei?”) e do v. 9 (“Por tudo isso eu não viria acertar as contas ... e contra uma nação como essa eu não vingaria minha alma?”).

A quem se dirigem os imperativos do v. 1? Ao profeta (não obstante o plural)? Ao próprio povo de Jerusalém? Aos ouvintes do profeta? A um grupo não especificado (do qual não temos informações)? A um grupo de busca do qual Jeremias fazia parte? A própria variedade de propostas atesta o quão incertas e hipotéticas elas são.

Por outro lado, o episódio de Sodoma (Gn 18,22-32) é considerado o pano de fundo para Jr 5,1. Mas devemos notar também algumas diferenças entre tais textos. No episódio de Sodoma, quem constata se há ou não o necessário número de justos para evitar a destruição da cidade são os próprios enviados por YHWH para exercer a destruição, são os emissários (em hebraico, *mal’akîm*) os que efetivamente “vêm” e “tomam conhecimento” do que acontece pelas ruas e praças daquela cidade. No livro de Jeremias, YHWH mais de uma vez afirma que envia(rá) destruidores a Jerusalém (4,5-6;

5,15-17; 25,1-14 etc.), e chega até mesmo a convocá-los para o ataque (4,6; 6,4.6;). Com efeito, o v. 1 tem um pano de fundo militar⁶ e o paralelismo entre percorrer (em hebraico *shôt*) e buscar (em hebraico, *baqash*) assegura-nos que a raiz *shôt* [percorrer] tem aqui um significado preciso: não “vaguear erroneamente”, mas “percorrer (Jerusalém) à procura de algo ou alguém”. Tal pano de fundo fica ainda mais explícito se confrontarmos Jr 5,1 com 2Sm 24,2: Davi ordena a Joab percorrer (*shôt*) o país e fazer o recenseamento do povo a fim de saber quantos são os indivíduos que podem ser convocados para integrar os exércitos de Israel.

Por tudo isso, propomos que os imperativos de Jr 5,1 sejam interpretados como dirigidos aos inimigos que YHWH convoca e envia para destruir Jerusalém, embora tais inimigos ainda não se façam presentes nos versículos que se seguem. O ataque a Jerusalém será decretado efetivamente no v. 10. Antes, porém, YHWH expõe as razões para tal decisão.

A justificativa apresentada pela divindade entrelaça três elementos: visão, violência, obstinação. O vocabulário utilizado nos vv. 1-8 forma um enlace com os termos utilizados no v. 9: *paqad* [visitar, acertar contas], *naqam* [vingar-se] e *gôy* [nação].

Visão:

Jr 5,1-8 está salpicado de termos do campo semântico da percepção: percorrer, ver, saber, encontrar, buscar, olhos, rondar. Dentre eles, destacam-se os ligados à visão. Devemos, porém, notar a forte concentração no v. 1 de verbos que, de modo consistente em outros textos, são paralelos a *paqad* [visitar, acertar contas]: ver (Ex 4,31; Sl 8,5), saber (Jó 35,15), buscar (Zc 11,16). Combinado a esses verbos, *paqad* [visitar, acertar contas] tem quase sempre sentido salvífico:

⁽⁶⁾ A prática de enviar espíões para identificar os pontos fracos da cidade ou fortaleza a ser conquistada - e, eventualmente, encontrar dentre seus habitantes quem estivesse disposto a colaborar com o exército invasor - fazia parte dos preparativos para a guerra. Nos relatos bíblicos, essa prática é conhecida e usada pelos israelitas desde os tempos da conquista (Nm 13; Jz 1,22-25).

intervenção divina para responder de modo positivo às expectativas do povo.

Além disso, graças a seu significado básico, "inspecionar, observar, examinar com atenção", *paqad* é muitas vezes utilizado como termo técnico para recenseamento com fins militares ou de taxaço: Nm 1-4.26; Jz 20,15.17; 1Sm 11,8; 1Cr 23,24. Nesta acepção, destaca-se 2Sm 24,2, em que *paqad* é usado em paralelo a *shôt* [percorrer].

Em Jr 5,1-9, porém, *paqad* está distante desses verbos de percepção; diferentemente, é paralelo a *naqam* [vingar-se]. Isso indica que o resultado do minucioso exame promovido por YHWH não será a salvação, mas acerto de contas, vingança.

Notemos ainda que não é só YHWH quem observa atentamente os habitantes de Judá: também o leopardo ronda, está à espreita.

Violência:

Nos vv. 1-9 encontramos frases e termos que podem ser lidos como indicações indiretas de violência: "não conhecem o caminho de YHWH" (v. 4e), "rebeldias" (v. 6f) e "rebeliões" (v. 6g). O texto, no entanto, é entremeado de verbos que descrevem direta e claramente ações violentas. A animália "fere", "despedaça", "agarra e dilacera a presa" (v. 6b-e). Por sua vez, pequenos e grandes do povo, juntos, "destroçam" o jugo e "arrebentam" (*nataq*) as amarras da autoridade de YHWH (v. 5f-g). Por sua vez, YHWH também é violento, pois "fere" e "destrói" um povo rebelde (v. 3c.e). Acrescente-se ainda o verbo *gadat* [retalhar-se, cortar-se, fazer incisões (com a espada)] do v. 7⁷.

⁽⁷⁾ O texto parece estar corrompido e alguns estudiosos propõem uma forma verbal de *gedûd* [descer em bando] ou mesmo corrigir para *gwr* [alojar-se como forasteiro]. Os comentaristas que optam por manter o texto hebraico sem nenhuma correção, interpretam o verbo *gadat* como "cortar-se ou retalhar-se em ritos pagãos" e citam o episódio dos profetas de Baal em 1Rs 18,28. No entanto, "casa da prostituta" é uma expressão que não aparece em nenhum outro texto da Bíblia. Se essa frase significa "prostíbulos, bordel", não podemos descartar a possibilidade de interpretar o v. 7f simplesmente como "feriram-se uns aos outros na casa de prostituição", não em um rito religioso pagão, mas em uma briga, como sói acontecer em bordéis. Tal leitura reforça ainda mais o tom violento do texto.

Na Bíblia Hebraica, encontramos a raiz *naqam* [vingar-se] ligada a alguns desses termos para violência e a outros presentes nos vv. 1-8: "ferir" (Gn 4,15 [e "encontrar"]; Ex 21,20; Lv 26,24-25 [notar as feras, no v. 22]; Jz 15,7-8; 2Rs 9,7); "arrebentar" (Lv 26,25-26); "rebelar-se" (1Sm 24,12-13), "endurecer-se" (Jz 16,28). Nesses textos, exceto Lv 26,24-25, a vingança de ΥHWH (prometida por ele ou invocada a ele) traz algum benefício para quem sofre a violência. Em Jr 5,1-9, porém, o único a desfrutar da vingança é o próprio ΥHWH , pois absolutamente todos são violentos⁸ e não se encontra em Jerusalém ninguém que não tenha participado da quebra da aliança (vv. 1.4-5).

O uso de "pobres" (em hebraico, *dalim*) paralelo a "grandes" (em hebraico, *g^odolim*) é um sutil jogo de palavras mais bem percebido sem as vogais: Entre "pobres" – *dlym* – e "grandes" – *gdlym* – há pouca diferença. Por conseguinte, ninguém merece gozar com ΥHWH dos benefícios da decisão tomada pela divindade. Com efeito, a insólita construção "vingar minha alma" (em hebraico, *titnaqqem naphshī*) confere intensidade ao verbo. No entanto, visto que a forma *titnaqqem* por si mesma expressa intensidade, e a carga emocional expressa pelo antropomorfismo pode ter uma segunda função: restringir a um único indivíduo o sujeito que terá satisfação na vingança.

Obstinação:

Várias são as expressões que enfatizam tanto a resistência de Judá em seguir o que ΥHWH propõe, como a obstinação do povo em seguir seus próprios caminhos. Encontramos construções com "recusar-se" (v. 3.f.h), "endurecer-se" (v. 3g), "ser tonto" (v. 4c), "abandonar" (v. 7a) e "cometer adultério" (v. 7). A tais verbos, somam-se outros recursos literários para reforçar o tom de obstinação presente no painel. No v. 5, o redator utiliza alguns verbos de violência para exprimir o endurecimento de Judá: "arrebentaram o jugo, destroçaram as amarras". Essas imagens devem ser coligadas à metáfora dos cavalos indomáveis (v. 8), cuja força não está no significado exato do termo usado para a comparação, e sim na comparação em si mesma:

⁽⁸⁾ Sem dúvida, no v. 1 temos uma hipérbole. Há pelos menos um justo na cidade: o próprio profeta!

tanto quanto ganhões “bem equipados para a guerra”⁹, os habitantes de Jerusalém são obstinados e estão fora de controle¹⁰. Também as frases compostas com o verbo “jurar” – “eles juram com falsidade” (v. 2b) e “juram pelo que não é deus” (v. 7c) – exprimem a teimosia de Judá/Jerusalém.

Por sua vez, YHWH também parece estar obstinado. As intenções de YHWH são expostas com três verbos – “perdoar” (vv. 1h e 7a), “acertar contas” (*paqad*, v. 9a) e “vingar-se” (*naqam*, v. 9c) – e apresentadas em modo gradativo. O primeiro uso de “perdoar” é ligado aos imperativos de busca e verificação, em tom de desafio: “Se, por acaso, vocês conseguirem encontrar em Jerusalém uma única pessoa de boa índole, ‘eu a perdoarei’” (v. 1). Como tal condição não se verifica, YHWH deixa à própria cidade dizer se ele tem razão ou não em recusar o perdão (v. 7). E após descrever plasticamente a obstinação do povo, por meio da metáfora dos cavalos, Deus lança duas novas perguntas formuladas no negativo, mas que exigem uma resposta afirmativa: “Por tudo isso eu não viria *acertar as contas* ... e contra uma nação como essa eu não *vingaria* minha alma?”.

5. “O MAR VAI VIRAR SERTÃO...”

Afinal, qual é a vingança de YHWH contra a injustiça – falta de *mishpat* [direito] e de *'emunah* [lealdade] – praticada por Judá?

⁹ Para outras possíveis traduções, cf. anteriormente, nota 5.

⁽¹⁰⁾ O significado e a função do v. 8 é ponto muito discutido entre os comentaristas. Boa parte deles reconhece que não podemos afirmar com certeza se o texto deve ser tomado em sentido literal (situação generalizada de adultério e de depravação) ou metafórico (culto da fertilidade). Outros, porém, assumem uma postura mais moralista e vêem nele a descrição das perversidades sexuais dos habitantes de Jerusalém como decorrência do fato de terem se afastado de YHWH. Parte da dificuldade de interpretação decorre de o fim do v. 7 oferecer um ponto de referência igualmente obscuro. De que se trata: de um bordel ou de um templo de divindade cananéia? O verbo é *gadam* ou *gwr*? Sobre essa questão dos verbos, conferir o parágrafo sobre violência, neste artigo.

Já dissemos que a redação final do livro de Jeremias foi obra dos "deuteronomistas" e que esse grupo queria responder à questão "Por que o exílio?". Uma primeira resposta para "O que é a vingança de יהוה?" implica exatamente o exílio em Babilônia. Mas isso não é tudo. Há uma série de acontecimentos igualmente catastróficos: guerra, derrota, cerco à cidade, invasão pelos exércitos inimigos, morte (principalmente pela espada, mas também pela fome e pela peste), deportação, separação de famílias, destruição de Jerusalém. Aliás, este último elemento parece ser o conteúdo principal de *naqam*: os exércitos inimigos devorarão todo o alimento, saquearão o que puderem carregar e Jerusalém (e as outras cidades de Judá) ficará desolada e será reduzida a um monte de pedras, a um deserto, a um covil de feras (cf. Jr 5,17; 8,15-17; 9,9-10).

Como dissemos, em vários textos de Jeremias, יהוה justifica sua decisão de punir Jerusalém. Mas não se trata de uma decisão arbitrária. Antes, trata-se de uma questão de fidelidade. No livro do Deuterônimo, a posse da terra prometida estava condicionada à prática da *mishpat* [direito] e da *'emunah* [lealdade] (Dt 5,32-33; 6,1-3; 11,8-17; 30, 15-18). Israel (e Judá) não cumpriu sua parte na Aliança. O único fiel foi יהוה e, por isso, a derrota na guerra, o desterro e a ruína de Jerusalém nada mais são do que o cumprimento das promessas que o próprio יהוה fizera antes de Israel entrar na posse da terra.

יהוה deixa a história seguir seu próprio rumo. Ele não intervém para evitar as terríveis conseqüências trazidas pelas escolhas feitas por seu povo.

Povo? Afinal, Israel (e Judá) é *'am* [povo] ou *gôy* [nação]? Já nos referimos a essa questão. Mas queremos retomá-la para finalizar nosso estudo de Jr 5,1-9.

Em geral, os estudiosos concordam que o conceito *gôy* [nação] engloba o elemento "vínculos políticos". Neste caso, o refrão inserido após os vv. 1-8 pode dizer algo mais profundo do que aparenta. A afirmação de יהוה em 5,9 reveste-se de profunda ironia, pois chamar Judá de *gôy* [nação] supõe reconhecer que essa gente (*gôy*

'*asher-kazê*) tem um governo, quando, na verdade, a gente contra a qual *YHWH* direciona sua vingança está completamente "desgovernada".

Qualquer coincidência com o Brasil é mera semelhança...

6. "QUEM NÃO TEM COLÍRIO, USA ÓCULOS ESCUROS"

Só para desengargalo de consciência, aí vai uma pequena bibliografia:

- ALONSO-SCHÖKEL, L., *Dicionário Bíblico Hebraico-Português*, São Paulo, Paulus, 1997.
- BRIGHT, J., *Jeremiah*, 2 ed, Gaden City, Doubleday, 1965.
- BROWN, F., DRIVER, S. R. & BRIGGS, C. A., *A Hebrew and English Lexicon of the Old Testament*. Oxford, Clarendon, 1979.
- BRUEGGEMANN, W., *Jeremiah 1-25*, Grand Rapids, Eerdmans, 1988.
- CARROLL, R. P., *Jeremiah*, London, SCM, 1986.
- CRAIGIE, P. C.; KELLEY, P. H. & DRINKHARD JR., J. F., *Jeremiah 1-25*, Dallas, Word Books, 1991.
- HOLLADAY, W. L., *Jeremiah*, v. 1, Minneapolis, Fortress, 1989.
- HUEY JR., F. B., *Jeremiah, Lamentations*, Nashville, Broadman, 1993.
- HYATT, J. P. & HOPPER, S. R. *The Book of Jeremiah*, em BUTTRICK, G. A. et alii, *The Interpreter's Bible*, v. 5, New York - Nashville, Abingdon. 1956.
- LUNDBOM, J. R., *Jeremiah. A Study in Ancient Hebrew Rhetoric*, Winona Lake, Eisenbrauns, 1997.
- LUNDBOM, J. R., *Jeremiah 1-20*, New York, Doubleday, 1999.
- MCKANE, W., *A Critical and Exegetical Commentary on Jeremiah*, Edinburgh, T & T Clark, 1986.

- MCKENZIE, J. L., *Vengeance is Mine*, em *ScriptB* 12 (1960) pp. 33-39.
- MENDENHALL, G. E., *The "Vengeance" of Yâhweh*, em _____, *The Tenth Generation*, John Hopkins University Press, 1973, pp. 67-104.
- THOMPSON, J. A., *The Book of Jeremiah*, Grand Rapids, Eerdmans, 1980.
- WEISER, A., *Geremia - capitoli 1-25,14*, Brescia, Paideia, 1987.

O Pe. Cássio Murilo Dias da Silva, professor de S. Escritura da Faculdade de Teologia N. S. da Assunção, São Paulo, é Doutorando em Ciências Bíblicas no Pontifício Instituto Bíblico, Roma, onde desenvolve pesquisa sobre "A Vingança e a Ira de YHWH em Jeremias" sob orientação do Prof. Simian-Yofre.

e-mail: cassiomurilo@inwind.it

A UNIVERSIDADE SOLIDÁRIA E A TEOLOGIA

Sandro de Souza PORTELA

“Os filósofos limitaram-se a interpretar de diversas maneiras o mundo, mas, o que importa, é transformar o mundo”.

(K. Marx)

Em novembro de 2001, enquanto andava pelos corredores de nossa Universidade, a PUC-Campinas, observando os murais e os seus conteúdos, defrontei-me com um cartaz que convocava alunos para fazerem parte do Projeto UNIVERSIDADE SOLIDÁRIA¹ (UniSol), no ano 2002.

Uma vez que já havia ouvido falar alguma coisa acerca de um projeto semelhante, desenvolvido por alunos da Faculdade de Odontologia da UNIMEP², no Xingu, interessei-me em, ao menos, obter maiores informações de como se daria a seleção e saber as datas da mesma.

Procurei a Secretaria da Faculdade de Teologia e Ciências Religiosas e o atendente encaminhou-me para a Coordenadoria Geral de Extensão da Universidade, na qual pude obter maiores informações acerca do Projeto.

⁽¹⁾ Características principais do projeto: adesão voluntária das universidades e dos municípios; desenvolvimento de um trabalho essencialmente educativo; não envolvimento em questões político-partidárias; a promoção de parcerias entre universidades e município com o objetivo de colaborar para a melhoria da qualidade de vida das comunidades; trabalho privilegiando ações que envolvam as pessoas da comunidade (principalmente agentes multiplicadores locais), a fim de assegurar a sustentabilidade dos projetos desenvolvidos.

⁽²⁾ Universidade Metodista de Piracicaba. Seu curso de Odontologia é ministrado em Lins, SP.

O treinamento ocorreria na segunda parte da primeira quinzena de dezembro e, os selecionados, 10 alunos, deveriam partir em viagem no dia 8 de janeiro de 2002. Observação: cada curso poderia inscrever apenas dois alunos para participar do treinamento, cabendo a cada diretor os critérios de seleção dos mesmos.

A data limite de inscrição era dia 5 de dezembro. Por sorte, apenas dois alunos do meu curso se inscreveram, eu e outro colega do primeiro ano, tornando, assim, desnecessária a primeira fase de seleção, ou seja, ambos iriam participar do treinamento.

Iniciado o treinamento de segunda a sexta-feira à noite e pela manhã do sábado, pudemos compreender melhor do que se tratava o Projeto bem como conhecer as experiências anteriores, uma vez que PUC participava do projeto desde a sua fundação, ou seja, desde 1995³.

No primeiro dia, 78 alunos participavam do treinamento que foi caracterizado, parcialmente, pela capacitação da equipe, o que demonstrava que todos os alunos envolvidos já estavam sendo treinados para a atuação em Nova Ibiá/BA⁴, o nosso município de trabalho de campo.

³) O programa Universidade Solidária (UniSol) foi criado em 1995 e tornou-se uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) em 2001. Mobiliza diferentes setores da sociedade e do Estado para trabalhar em municípios pobres de todo o país, visando colaborar para a melhoria da qualidade de vida de suas comunidades. O Módulo Nacional envolve o intercâmbio de conhecimentos entre universitários de todo o país e comunidades do Norte e Nordeste do Brasil. As atividades são desenvolvidas no município parceiro ao longo de três semanas, quando são realizadas ações educativas definidas a partir da realidade local, previamente analisada em viagem precursora realizada pelas IES (Instituições de Ensino Superior) convidadas. Após a conclusão dos trabalhos de campo, a continuidade dos projetos executados ocorre por meio do acompanhamento à distância e posterior retorno ao município, para o desenvolvimento de outras ações. Essa troca de conhecimentos entre universidades e comunidades contribui para o fortalecimento da responsabilidade social dos universitários e procura transformar o cotidiano da população. Os estudantes desenvolvem uma valiosa experiência de vida e uma visão mais apurada da realidade brasileira, ao mesmo tempo em que buscam, com a comunidade, soluções locais para os problemas identificados, contribuindo assim para o seu desenvolvimento sustentável.

⁴) Nova Ibiá é um município do sul da Bahia, emancipado recentemente (1989), fortemente marcado pela monocultura cacaueteira. O resultado da pesquisa do IBGE, em 2000, classifica-o como tendo cerca de 8 mil habitantes, sendo metade na área rural.

A professora selecionada pela Universidade para participar do UniSol – 2002, como Professor-Coordenador, Dr^a Juleusa Maria Theodoro Turra⁵, havia feito a viagem precursora dias antes e trazia consigo uma grande alegria de estar participando do projeto. Munida de muitas informações e fotos do local, procurava deixar-nos tranqüilos quanto ao trabalho e ciente de ter pela frente uma difícil missão: selecionar, dentre aqueles 78 alunos, apenas 10.

Depois de uma semana de treinamento, na segunda-feira seguinte, o resultado do treinamento, a lista dos 10 alunos selecionados e outros quatro classificados como suplentes.

Imediatamente na seqüência, iniciava-se, então, a capacitação da equipe propriamente dita.

O grupo era constituído, então, por quatro mulheres e seis homens, alunos de diferentes cursos⁶. Cada um com outras experiências diferentes das do curso que estavam fazendo, que faziam enriquecer ainda mais o grupo, abrindo margem para outras atividades.

Todo o trabalho desenvolvido pela equipe UniSol⁷ 2002, deveria ser de atuação social na cidade escolhida. Dividimo-nos, então, em quatro áreas de atuação, a fim de gerenciarmos as atividades e pensarmos conjuntamente os trabalhos desenvolvidos. Esses grupos foram formados por aptidões pessoais, pelas áreas de "geração de emprego e renda", "meio ambiente", "saúde e educação" e "identidade cultural". Cada uma dessas equipes deveria pensar oficinas e técnicas de atuação na comunidade local. Com estas quatro áreas, pensávamos estar abarcando a maioria dos problemas sociais do município, uma vez que já tínhamos o parecer da professora orientadora que já conhecia o município, ainda que superficialmente.

⁵ Professora do então (extinto) Instituto de Ciências Humanas da PUC-Campinas e Doutora em Geografia.

⁶ Os alunos selecionados eram dos cursos de Medicina (Rafael, 4º ano), Enfermagem (Rita, 5º), Fonoaudiologia (Juliana, 4º), Biologia (Vitor Hugo, 3º), Engenharia Elétrica (Eduardo, 3º), Engenharia Sanitária (Emerson, 4º), Letras (Fabiano, 4º), Artes Visuais (Helen, 2º), Administração de Empresas (Fabrino, 4º) e Teologia (Sandro, 4º).

⁷ Universidade Solidária. Equipe constituída pelos dez alunos e a professora coordenadora.

O grupo de geração de emprego e renda, deveria pensar uma maneira de fazer com que a população encontrasse meios de aumentar sua renda e criar cooperativas ou associações a fim de crescerem conjuntamente. Entre outros trabalhos realizados pela equipe, destaco as questões de valorização do artesanato local⁸, incentivo à produção de subprodutos do cacau⁹ e piscicultura¹⁰. Foram também destacados pontos para que a prefeitura pensasse conjuntamente com os interessados a criação de uma associação para a produção de tijolos e telhas e uma associação para a produção de suco de cacau, um seguimento que tem crescido muito: o comércio de polpa de fruta. O município também não produz legumes e verduras para o seu próprio consumo. Todos estes produtos eram trazidos de outras cidades. Despertamos a população para que passasse a produzi-los e que a prefeitura adquirisse o excesso dos mesmos como merenda escolar.

O grupo de meio ambiente tentava demonstrar a necessidade de manter o ecossistema corretamente em equilíbrio a fim de procurar manter ou melhorar a qualidade de vida. Uma das constatações que mais chamou a atenção foi o descaso da população para com o rio que é fonte de água para o município. Nele são jogados os resíduos de esgoto a céu aberto e tudo quanto é lixo que se possa imaginar. Aliás, o "lixão" da cidade, fica a cerca de 200 m acima do rio, o que nos levou a afirmar, com toda a certeza, que os resíduos orgânicos são levados para o rio através da gravidade e do auxílio das chuvas. Foi feito um trabalho de conscientização de coleta seletiva de lixo e até mesmo de reciclagem do mesmo. Foi observado o matadouro do município, que não obedece às regras de higiene impostas pelo Ministério da Agricultura. A coleta de lixo do município é precária, os lixos domiciliares

⁽⁸⁾ Neste sentido, foi selecionado um grupo de pessoas que tinha seus trabalhos manuais em Nova Ibiá, e este foram conduzidos a Itacarê – litoral sul da Bahia – a fim de exporem suas técnicas e aumentarem a área de comércio de seus produtos.

⁽⁹⁾ Foi feita uma gincana com jovens, na qual as equipes participantes deveriam arrecadar o maior número possível de derivados do cacau. Para nossa surpresa, uma das equipes conseguiu aglutinar 15 itens diferentes: chocolate, polpa para suco, mel, geléia, licor, manteiga, doce, cocada de cacau etc.

⁽¹⁰⁾ Um dos alunos tinha experiência com criação de tilápias.

são armazenados em grandes lixeiras a céu aberto, o que acaba atraindo insetos, galinhas, cachorros, ratos e, principalmente, urubus¹¹. Foram, também, feitos testes na água que a comunidade bebe a fim de constatar a intensidade de coliformes fecais nela presentes. O que não se descobriu é o paradeiro do "lixo hospitalar". Garantiram-nos que é levado a um local distante e é feita a incineração do mesmo, porém, ninguém quis nos mostrar o local onde é feito este serviço.

O grupo de saúde e educação pensou em atividades que trouxessem formação para a comunidade, como: maneira correta de escovação dental, uso de fio dental, uso de preservativos, doenças sexualmente transmissíveis, esquistossomose, leishmaniose, leptospirose, controle de natalidade, hipertensão, saúde do idoso, incentivo a atividades físicas, incentivo à leitura etc. Foram feitos, também, trabalhos de pesquisa nos centros de arquivos de dados, tanto das Secretarias de Educação e Saúde, a fim de detectar os maiores índices de ocorrências no município, tanto de doenças como na evasão escolar.

Por fim, o último grupo, identidade cultural, buscava resgatar a cultura esquecida do local, como a prática da capoeira e o folclore. Foi incentivada a prática da arte marcial e feitas pesquisas a fim de reconstruir um "Bumba-Boi" e fazer com que a população revivesse, com os mais velhos, a saída do boi às ruas, com todos os seus outros personagens e seus significados.

Um dos nossos primeiros trabalhos na cidade foi explicar que apesar de sermos de uma Universidade Pontifícia Católica, não éramos todos exclusivamente católicos e nem mesmo todos crentes. Dentro do grupo havia pessoas que não professam fé alguma e que sequer acreditam em Deus. O ser católico não é condição "*sine qua non*" para se estudar na PUC-Campinas. Tudo isso porque, no município, para a nossa estranheza, a Igreja católica não era maioria, devido à influência da Igreja Batista e da Assembléia de Deus. Quando fomos recebidos na cidade, parecia que a nossa estada em Ibiá se tratava de

⁽¹¹⁾ Grande era o número de urubus que encontrávamos na cidade. O local era propício para a sua sobrevivência e procriação: não faltava alimentação aos mesmos.

uma iniciativa da Igreja Católica, tamanha a insistência do locutor em dizer que éramos de São Paulo e universitários da Pontifícia Católica.

Estranho para a população era, também, a nossa ligação com o município. Ficamos sabendo que dias antes de nossa chegada, já se falava na cidade que se tratava de uma iniciativa da prefeitura municipal. Parece que foi feita uma "propaganda" ideológica partidária acerca de nossa ida até lá. Tivemos, então, que deixar bem claro que era uma iniciativa sim da prefeitura de Nova Ibiá, mas que o nosso trabalho não estava nem um pouco ligado à prefeitura. A prefeitura somente se inscreveu para que fosse desenvolvido o projeto naquele município.

Outro dado que era muito confuso era a nossa manutenção na cidade. Parecia que a prefeitura era responsável por nossa estada ali. A comunidade não sabia que recebíamos uma verba do Governo Federal e da Universidade para isso e que a Prefeitura só entrava com o alojamento. Até mesmo a alimentação e as funcionárias que cozinhavam e lavavam as roupas para nós eram custeadas por nós mesmos.

Mas, a questão da solidariedade, independentemente da religião que se professa, é a base desta reflexão.

1. SOLIDARIEDADE

Se procurarmos em um dicionário o significado do termo, encontraremos que a solidariedade é um sentimento que leva as pessoas a se auxiliarem mutuamente, ou uma dependência mútua entre as pessoas.

Diferentemente do que estamos habituados, portanto, a solidariedade é algo que exige reciprocidade. Sempre, ambos os lados estão recebendo e oferecendo seus dons.

Vamos nos reportar ao texto bíblico que fala bem a este respeito: "Eram perseverantes em ouvir os ensinamentos dos apóstolos, na **comunhão fraterna**, no partir do pão e nas orações"¹².

⁽¹²⁾ Cf. At 2, 42.

O que temos aqui, senão uma manifestação de solidariedade? Todos os seguidores^a de Jesus, nas primeiras comunidades cristãs, preocupavam-se uns com os outros, faziam a partilha de seus bens, daquilo que era graça de Deus na vida de cada um e que era depositado em comum.

Assim, no nosso dia-a-dia, sempre temos algo a oferecer a alguém, somos portadores de inúmeras graças e bênçãos de Deus e que podem ser partilhadas e, da mesma forma, aprendemos e tiramos proveito da doação de outros.

O homem é um ser social e, por isso, necessita estar em relação com pessoas. Ninguém pode viver sozinho¹³.

E isso aconteceu com nossa experiência em Nova Ibiá. Na medida em que íamos oferecendo o nosso conhecimento, algo que tínhamos como fácil, mais e mais pessoas usufruíam desse nosso bem. E a reciprocidade era verdadeira. Quanto mais dávamos de nosso saber, de nosso conhecimento adquirido no decorrer dos anos, mais aprendíamos com aquela comunidade, seja com as pessoas simples e humildes, como com as pessoas detentoras do poder, seja cultural, social ou político daquele município do sul da Bahia.

Fazia-se necessário, então, cumprir os objetivos do projeto UniSol. Ao mesmo tempo em que os alunos faziam a inserção, na comunidade, de seus conhecimentos adquiridos na Universidade e na vida, "retiravam" dessa mesma comunidade novos aprendizados para a vida, aprendizado este que, na maioria das vezes, a Universidade não é capaz de fornecer.

Não dá para relatar o quanto foi bom perceber que, juntos, os dez alunos e a professora, conseguiam passar uma segurança tão

⁽¹³⁾ Conforme B. Mondin, doutor em Filosofia da Religião e professor de Antropologia, "o homem, pelo menos aparentemente, recebe a vida da sociedade, desenvolve os seus conhecimentos e as suas habilidades com a ajuda da sociedade, adquire determinada cultura, certas crenças religiosas, certos princípios morais e certos critérios estéticos segundo a sociedade a qual pertence. Além disso, na explicação de suas disposições afetivas, o indivíduo tem, absolutamente, necessidade dos outros. Tudo isso revela uma intrínseca dependência do indivíduo com relação à sociedade" (*O Homem, Quem é Ele?*, 1980, p.166).

grande para a população, que chegávamos a ficar chateados, certos de que não éramos, e nem somos, tudo aquilo*que eles acreditavam que fôssemos. Mas a certeza de estarmos estudando para ser ou médico, ou biólogo, ou enfermeira, ou professor, ou padre etc, pertos já de concluir o curso, fazia com que as pessoas se sentissem importantes quando passávamos nas ruas e cumprimentávamos as pessoas. Era muito gratificante quando realizávamos uma atividade e víamos que, com a nossa disponibilidade e atenção, mais do que com o nosso conhecimento, víamos os frutos da mesma, percebíamos a alegria das pessoas em estarem sendo tratadas com respeito e, ao mesmo tempo, sendo sujeitos de grande atenção.

Foi maravilhoso e compensador à aluna que cursa Fonoaudiologia quando ela ensinou um adolescente de cerca de dezesseis anos a pronunciar a letra "g" quanto emite o som de "gue". Foi a primeira vez que a mesma ensinou alguém a "falar". Está certo que, com a sua profissão, ela teria muitas outras chances como esta. O mesmo aconteceu com o aluno de Letras que foi procurado por uma moça que estava prestes a prestar um concurso público, para "tomar" algumas aulas de inglês, a fim de se sair melhor no referido exame. A aluna de Enfermagem foi chamada para fazer um curativo de emergência em uma criança que havia se machucado. O aluno de Engenharia Sanitária conversava com o engenheiro da Prefeitura como "gente grande". Eu fui solicitado para fazer uma reflexão em uma das celebrações dominicais, pois o padre não estava presente na cidade naquele final de semana.

Eram estas oportunidades, que não faziam parte de nossa atuação, que faziam com que tivéssemos a certeza de que estávamos sendo solidários para com a população. E por mais que todos não acreditem, ninguém é tão pobre que não pode oferecer nada para o outro. De todas as pessoas que nos deparamos naqueles dias, sem dúvida, de todas elas tiramos uma lição para a vida. Cada rosto, cada semblante, cada palavra falada, ficarão guardados em nossas vidas, pois a experiência foi riquíssima. Talvez mais para uns, menos para outros.

2. A SOLIDARIEDADE E A RELIGIÃO

Primeiramente, poderíamos perguntar: o que é religião? B. Mondin diz que *"a religião é um conjunto de conhecimentos, de ações e de estruturas com que o homem exprime reconhecimento, dependência, veneração com relação ao Sagrado"*.¹⁴

Diante desta definição, parece-nos necessário entendermos o que vem a ser o Sagrado em questão. O sagrado, aqui, é o ser que o homem cria, ou passa a ter, apreendendo-o de outrem, como seu "ídolo". Esse "deus" é o vai dar sentido a todas as suas aspirações e vai fazer com que venha a almejar sempre "algo mais". Esse "deus" pode ser transcendental, metafísico, ou até mesmo material, físico. Para nós, cristãos, Sagrado é o nosso Deus Pai/Mãe, Criador, Salvador e Libertador.

Porém, diante dessa afirmação, podemos afirmar que todo homem é ser religioso e, portanto, de uma forma ou de outra, manifesta ou expressa sua religião.

Algo, porém, que é comum em todas as manifestações religiosas¹⁵, podemos perceber, é a busca do bem comum, da felicidade, dos valores da vida.

Sempre que possível, procurávamos dizer que a solidariedade não tem religião. Como já vimos, em um município em que grande parte da população se dizia não católica, como arrumar espaço para se falar de qualidade de vida e de melhorias sociais? Sempre caíamos na questão: somos católicos!

Foi preciso muito trabalho para que se perdesse este preconceito.

É impressionante como as pessoas, quando se trata de religião, ou atacam à distância ou mantêm-se isoladas. Em outras palavras, é difícil tornar os ideais evangélicos de justiça, igualdade e

¹⁴) MONDIN, B., *O Homem, Quem é Ele?*, p. 242.

¹⁵) Não fazemos, aqui, considerações acerca de "seitas demoníacas". Tratamos de religiões que merecem nossa atenção, seja pela sua ação ou por sua história.

verdade comum a todas as pessoas. É difícil fazer ecumenismo, muito mais difícil, ainda, o macro-ecumenismo. *

Porém, alguns dias de trabalho se passaram e já estávamos conseguindo o nosso espaço em todos os meios. As pessoas, independentemente de qual religião professavam, foram percebendo que a nossa intenção estava além da religião ou da doutrina de cada uma delas. O que nos unia era muito maior do que aquilo que nos desunia.

Nos Evangelhos vemos que Jesus disse *"Eu vim para que todos tenham vida e a tenham em plenitude"*¹⁶. Esse é o ideal que devíamos fazer acontecer em Nova Ibiá: procurar fazer com que a vida fosse valorizada e fossem buscadas maneiras de se aprimorar a qualidade de vida das pessoas, independentemente da religião a que estavam inseridas ou a fé que professassem.

Isso é ser solidário, é fazer o bem a quem quer que seja. É não olhar para o outro enquanto o que tem ou o que manifesta ser, mas olhando-o por aquilo que é, o seu ser, ser pessoa.

E mais, ser solidário, em nossos dias, partindo de uma reflexão teológica, é fazer com que o "Pão Nosso"¹⁷ seja, de fato, conquistado por todos, seja verdadeiramente "nosso". Em nossa sociedade, marcada pela má divisão de renda, onde poucos podem consumir o pão que produzem na luta do dia-a-dia, o ideal é a partilha. Ideal este que, sabemos, está longe de se tornar real, mas que deve ser tomado em nossas vidas como vetor. Esse ideal é fazer com que o pão chegue em todas as mesas. Para isso, a prática da justiça é indispensável, pois esta é o grande sinal do reino de Deus presente entre nós.

E, como bem sabemos, a igualdade em nosso país está muito longe de ser alcançada, por inúmeros motivos. Vejamos o texto a seguir:

⁽¹⁶⁾ Cf. Jo 10,10.

⁽¹⁷⁾ "Dá-nos hoje o pão nosso de cada dia" (cf. Mt 6,11).

"Infelizmente, em nosso país, há muitas mãos e vontades políticas fechadas quanto ao respeito pelos direitos e pela dignidade humana. A desigualdade é extrema, constituindo até o traço mais característico da sociedade brasileira. A base da pirâmide social continua sendo excluída dos resultados do trabalho de todos, com enorme parcela de pessoas vivendo em condições infra-humanas. Concentra-se a riqueza no seu topo, ao mesmo tempo (sic!) que aumenta a distância entre os níveis de renda mais altos e mais baixos".¹⁸

E ainda, podemos citar outro texto:

"Para essa situação inaceitável não perdurar, é preciso que o povo que sofre tome consciência e se levante. Esse é o objetivo das organizações e movimentos populares que mobilizam o povo na luta por diferentes tipos de direitos".¹⁹

Para esta questão de exclusão, de sub-vivência²⁰ é que se deve voltar o nosso olhar. No entanto, muitas vezes, a nossa distância em relação a essas realidades levam-nos a olhá-los com desdém e acabamos ficando acomodados, apáticos e insensíveis.

Aqui deve estar presente a nossa atuação. Se, de fato, almejamos fazer Teologia, ou seja, à luz da Palavra de Deus e da realidade em que estamos inseridos, utilizando como mediação os valores evangélicos e a prática de Jesus, devemos transformar esta realidade que nos parece tão incoerente com os ideais do reino. A

⁽¹⁸⁾ 14º Congresso Eucarístico Nacional, p. 72.

⁽¹⁹⁾ Idem, p.73.

⁽²⁰⁾ A meu ver, as pessoas não estão mais "sobrevivendo", mas a realidade nos mostra que a diferença tornou-se tão aguda, a exploração está tão acentuada, a cada dia que passa vemos mais e mais povos sendo dizimados pelas culturas dominantes, que creio estarmos adentrando num processo de sub-vida.

nossa práxis deve levar a todos e a todas a terem a vida em abundância, que foi a base da ação de Jesus e que já mencionamos anteriormente.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não posso terminar este texto, no entanto, sem fazer uma consideração que acredito ser muito importante, pois, se o deixasse de fazer, estaria sendo infiel aos meus princípios e estaria negando uma parte de minha idéia acerca deste trabalho realizado em janeiro próximo passado, a UniSol/2002.

Como já foi exposto, trata-se de um projeto do Governo Federal que, como já pude observar anteriormente, é de grande valia para ambos os grupos interessados, nós, a equipe UniSol, e a comunidade de Nova Ibiá.

No entanto, ficaria muito mais feliz se este tipo de trabalho não existisse em nosso país. Para mim, um trabalho como este vem afirmar a política que estamos inseridos, vem afirmar a divisão de classes e, ainda, a distância entre os economicamente ativos e os despossuídos de bens. Basta dizer que, para um trabalho como este, selecionam-se pessoas de um poder aquisitivo maior, da região mais rica de nosso país e as transporta para a região mais carente do Brasil.

Não sei até que ponto as pessoas se sentiram motivadas a lutarem pelos seus direitos e reivindicarem a melhoria na qualidade de vida. Demonstrando nossas aptidões e alertando sobre a melhor maneira de se viver, pude perceber que as pessoas acreditavam que aqui no Estado de São Paulo era o melhor lugar para se viver, onde as pessoas eram educadas, eram estudadas, tinha-se campo de trabalho, de vida digna. E mais, o melhor que tinham a fazer era saírem de sua terra e dirigirem-se para o sul ou sudeste do país.

Parece que estávamos ratificando naquela comunidade a imensa diferença e o abismo enorme que nos separa. Acredito que isso não foi muito bom. Se, por um lado, demonstramos a necessidade de mudança, creio que, de outro, reforçamos a disparidade e podemos ter sufocado a esperança de dias melhores naquele local.

Até mesmo o prefeito de Nova Ibiá²¹ nos afirmou que, em uma única vez que esteve aqui no Estado de São Paulo, em uma visita à região do Vale do Paraíba, ficou apaixonado e que aqui é "primeiro mundo".²²

Assim sendo, chamo a atenção para este texto:

*"A própria natureza dos interesses que dominam nossa sociedade é baseada no egoísmo, na competição, na busca do lucro máximo. O trabalho assistencial realizado para ajudar o povo pobre, independente da intenção das pessoas que benemeritamente o realizam, pode assegurar o sistema vigente. Em termos políticos, cumpre um objetivo paliativo, isto é, compensa parte dos malefícios causados pela política econômica excludente e pelas falhas, e até ausência, de políticas sociais."*²³

Ser solidário, sim! Com toda certeza, após esta magnífica experiência realizada em Nova Ibiá, posso incentivar a todos para que possam fazer experiências como estas, seja em um projeto Federal

(21) Aslam Brito (PL/BA), em quatro mandatos após a emancipação do município, prefeito por três vezes. A única vez que não venceu o pleito foi porque não podia se candidatar devido a lei em vigência em tal ano, que impedia a reeleição, mas que fez o seu candidato.

(22) "Lá vocês estão no primeiro mundo, as estradas que vocês têm são de primeiro mundo, aqui isso nunca vai mudar..." disse o prefeito de Nova Ibiá, referindo-se à Rodovia Dutra e às estradas de chão que eles têm por lá, sempre cheias de buraco, e quando asfaltadas, com uma capa de péssima qualidade, devido à má conservação.

(23) 14º Congresso Eucarístico Nacional, p. 72.

semelhante a este que participei, mas, também naquele serviço que cada um de nós pode realizar em seu bairro, em sua comunidade local, em seu dia-a-dia, como cidadão. A solidariedade não tem religião, nem espaço e nem tempo. A todo instante e lugar podemos, e devemos, ser solidários.

No entanto, peço que nunca deixemos de olhar e lutar para que a justiça e a verdade sejam alcançadas, para que a paz, tão sonhada, seja realidade e que a igualdade entre os povos deixe de ser uma utopia.

*Meu abraço à equipe UniSol/2002.
Pela oportunidade de conhecê-los,
pela amizade que cultivamos, pelas
experiências trocadas, pelo carinho e
zelo que a partir daí cultivamos, rogo
a Deus pela realização profissional
de cada um.*

*Quando profissionais, lembrem-se
desses ideais!*

A sociedade conta com a gente!

Sejam felizes! Vocês são demais!

BIBLIOGRAFIA

- 14º Congresso Eucarístico Nacional. *EUCARISTIA: Fonte da Missão e Vida Solidária*, São Paulo, Paulus, 2001.
- MONDIN, Batista, *O Homem, Quem é Ele? Elementos de Antropologia Filosófica*, São Paulo, Paulinas, 1980⁷.
- UNISOL – UNIVERSIDADES. *Guia de referência para ações do UniSol. Módulo Nacional – 2002.*

*Sandro de Souza Portela é aluno do
4º ano de Teologia na FTCD da
PUC-Campinas.*

e-mail:portelasandro@bol.com.br

RESENHAS

GNILKA, Joachim, *Jesus de Nazaré: mensagem e história*, traduzido do alemão por Carlos Almeida Pereira, Petrópolis, Vozes, 2000, 312 pp.

Lançado recentemente no Brasil o livro *Jesus de Nazaré: Mensagem e história* de autoria do professor Joachim Gnilka, muito conhecido por seus comentários exegéticos. Na presente obra o autor sai um pouco do âmbito de seus escritos habituais e lança-se na temática bastante vasta acerca de Jesus, amplamente abordada nas últimas décadas – o que nos mostra que o interesse pelo tema não diminuiu. Estas várias publicações reportam-se à problemática do Jesus histórico, porém, a forma de se pensar o assunto nos últimos anos mudou consideravelmente, se comparada ao início do século passado.

Já é consenso que não se pode escrever uma biografia de Jesus no sentido estrito do termo, mas também seria ingenuidade dizer que não temos nenhum dado confiável sobre a vida de Jesus.

Gnilka, de forma sistemática, objetiva e clara, faz-nos perceber que é possível mostrar a continuidade dentro da descontinuidade entre o Jesus histórico e o Jesus pregado pelos apóstolos.

A presente obra está dividida em doze capítulos. Num primeiro momento somos levados a seguir, sucintamente, os passos dados pela pesquisa sobre o assunto desde o século XVIII. Tudo começou com a pesquisa da vida de Jesus, pesquisa esta filha do Iluminismo. Separou-se Jesus dos evangelhos, contudo, não por um princípio científico-metodológico de que os evangelhos são escritos de fé e como tais precisam ser lidos, mas pelo simples fato de se desconfiar que o Jesus descrito nos evangelhos não é o mesmo que o Jesus histórico. Desta forma a pesquisa carrega consigo grandes traços subjetivos e até mesmo ideológicos.

Com H. S. Reimarus (+ 1768), inaugura-se a pesquisa biográfica de Jesus. Este indica-nos uma explicação racionalista das ocorrências milagrosas e sobrenaturais narradas nos evangelhos. Em última instância, os racionalistas dirigiam-se aos representantes de uma "religião da razão", cujos direitos pretendiam defender contra a fé cristã. K. A. Hase, racionalista, chega a adotar característica grotesca ao descrever a abertura do céu no batismo de Jesus como sendo o brilho casual de um meteoro...

Já D. F. Strauss (+ 1874) apresenta uma pesquisa com posicionamento fundamentalmente nova. O Jesus dos evangelhos seria mitológico. Com B. Bauer e A. Drews reforça-se a pesquisa iniciada por Strauss. K. H. Venturini e K. F. Bahrdt aproveitam-se das efervescentes pesquisas e, junto à fantasia, desenvolvem extensos romances sobre a vida de Jesus. O autor que conseguiu maior sucesso num romance sobre Jesus foi E. Renan, apesar de não ser considerado o mais inteligente. Seu mérito, talvez, tenha sido o de introduzir a questão do Reino como ruptura na ação de Jesus. Mérito especial deve-se, porém, a J. Weiss, que em seu livro *A pregação de Jesus sobre o Reino de Deus*, sensacionalmente leva-nos ao conhecimento do caráter escatológico do Reino de Deus. Com A. Schweitzer, temos a teoria da escatologia coerente. A escatologia é base do esboço biográfico da atuação de Jesus, e com a sua ajuda distinguem-se dois períodos. A ruptura é constituída pelo envio dos discípulos e, desta forma, surge o problema da protelação da parusia que teria sido responsável por tudo o quanto veio ocorrer em seguida. Depois de concluída, com Schweitzer, esta fase de pesquisas, pode-se chegar a um novo acesso a Jesus.

A nova fase de pesquisas recomeçará somente após a 2ª Grande Guerra. Via de regra se parte sempre da narrativa do evangelho de Marcos como moldura histórica. Tornam-se mais freqüentes as apresentações da atividade de Jesus nas quais o primeiro plano é ocupado por um Jesus judeu. Entre os novos livros sobre Jesus também não faltam as interpretações socialistas ou de crítica social.

Com isso, Joachim Gnllka tem por objetivo mostrar-nos que diante de diversas pesquisas ainda temos a necessidade de perguntarmo-nos pelo Jesus histórico. O objetivo do trabalho histórico

é interrogar-nos pela ligação entre Jesus e o testemunho de fé do Novo Testamento.

Para que isso ocorra de forma científico-metodológica, ele nos aponta a melhor forma de se pesquisar, elencando os principais aspectos metodológicos utilizados nos trabalhos que desejam nos introduzir nesta problemática de forma coerente e não reducionista, e muito menos subjetivista.

Num segundo momento, descreve-nos a situação política, religiosa e social de Israel na época de Jesus. Somos introduzidos na época dos imperadores romanos Augusto e Tibério, e de forma mais localizada, nos tempos e governos da família de Herodes, o Grande, e seus filhos. Estes marcam indubitavelmente todo o contexto da região onde Jesus irá desenvolver sua vida e mensagem. Também somos convidados a compreender o porquê da Judéia ser administrada diretamente por Roma após a desastrosa administração de Arquelau. Compreendemos, também, a figura do Sinédrio e dos sumos sacerdotes que gozam da proteção do Estado, sendo, inclusive, nomeados por este. O Templo de Jerusalém é legitimado pelo poder romano que vê nele a marca do controle da região. A supervisão do mesmo era feita pelo governador e duas vezes por dia um sacrifício deveria ser oferecido pelo Imperador e pelo povo romano.

No tempo de Jesus Israel havia perdido sua unidade política e o povo se encontrava religiosa e espiritualmente dividido. Os sustentáculos da nação eram: Jerusalém, a cidade santa, que já havia a muito tempo se tornado o centro espiritual e religioso do judaísmo mundial. Nela encontrava-se o Templo, único lugar do mundo onde eram oferecidos sacrifícios válidos a Javé, o Deus de Israel. Também o Sábado era um sinal da eleição de Israel, e, por isso, igualmente um sinal palpável de sua unidade. Porém, a interpretação da Lei era o problema religioso mais acaloradamente discutido, causando divisões no seio do povo. Desta forma surgiram os partidos que interpretavam a lei e reivindicavam para si a autoridade nacional: Essênios, Fariseus, Zelotas, Saduceus...

Ao reportarmo-nos à Palestina, faz-se mister distinguir a Galiléia (e Samaria) por um lado, e a Judéia e Jerusalém por outro. Na Galiléia predominava a agricultura, junto ao lago, associada à pesca,

enquanto que no sul e em Jerusalém eram as profissões manuais e o comércio que figuravam em primeiro plano. Na população, as camadas sociais apresentavam sérias diferenças. Bem no alto encontrava-se uma delgada faixa de latifundiários, que podia dar-se ao luxo de morar numa casa em Jerusalém. Embaixo ficava a massa dos pequenos agricultores e diaristas. Mas existia também uma camada social média. A ela pertenciam os artesãos, os pequenos comerciantes, mas também os sacerdotes (e levitas) comuns. Como em todo o mundo antigo, também em Israel havia escravos.

O contraste nas condições sociais era aguçado por uma distribuição extremamente desigual da terra, que, em sua maior parte, por concentração de posse, se encontrava nas mãos de poucos.

Outra dura realidade era o grande número de impostos. Os israelitas deveriam pagar impostos ao Templo, sobre mercadorias, pedágios... além do imposto regular cobrado pelos romanos, seja por propriedades, seja por cabeça.

A situação social ainda era refletida em outros aspectos da população, como a moradia, a educação, a profissão... sem falarmos da estrutura patriarcal excludente.

Num terceiro momento, Joachim Gnilka, ajuda-nos a percorrer o caminho feito pela exegese moderna, tendo como ponto de encontro a "ruptura" da mensagem jesuânica, ou seja, a pregação do Reino. Mas, para isso, mostra-nos anteriormente a sua relação com o Batista e, posteriormente, seu estilo de vida e o seguimento de seus discípulos, sua postura perante a lei e seus princípios éticos.

Jesus viveu em Nazaré grande parte de sua vida e sobre este período não conhecemos detalhe algum. Apenas sabemos que seu pai era carpinteiro e por isso deduz-se que Jesus aprendeu a profissão artesanal do pai. Surge uma questão: por que Jesus permaneceu tanto tempo em Nazaré? E o que o levou enfim a deixar sua pátria? Uma suposta motivação teria sido a notícia do grande pregador de penitência no Jordão meridional, João Batista.

João não pode ser enquadrado em nenhum dos partidos religiosos judaicos da época. Por vezes foi classificado como membro

da comunidade de Qumran. Mas ele distingue-se de Qumran sobretudo pelo fato de atuar em público, dirigindo-se a todos os israelitas.

São-nos difíceis de precisar terminologias empregadas no relacionamento Jesus-João. O precursor, a promessa do messias que batizaria com fogo e com espírito... sobretudo, é difícil decidirmo-nos entre Deus e o Filho do Homem. A favor do Filho do Homem está o fato da expectativa continuada na pregação de Jesus como elemento assumido por ele da pregação de João, embora não sem modificações. Alguns estudiosos mostram-nos que, talvez, Jesus tenha sido um discípulo de João, mas, no entanto, à luz da fé e da descrição dos evangelhos, foi preciso que João diminuísse para que Jesus iniciasse sua atividade pública.

O ponto central de toda pregação de Jesus é incontestavelmente a dominação de Deus, ou o Reino de Deus. É o ponto central em torno do qual tudo mais se organiza, não só em relação à sua mensagem como também em sua atividade. Isso é bastante evidente nos Evangelhos Sinóticos, Atos e na Literatura Paulina. As parábolas foram o meio que Jesus encontrou para explicar o assunto a todos e a todas. Descreve, pois, coisas que todos conheciam. As parábolas fazem desfilar diante de nossos olhos a vida das pessoas simples de seu tempo, mas também daqueles mais avantajados que gozavam de privilégios. Encontra-se, assim, o agir bastante eficaz da mensagem de Jesus, ou seja, a pregação mais as curas e milagres, sempre baseados num clamor libertador do povo eleito por Deus (toda humanidade).

No entanto, o anúncio de Jesus em torno do domínio de Deus (seu Reino) não se limita a um simples anúncio, mas deixa que ele envolva toda a sua atividade e que chegue mesmo a ultrapassá-la. O domínio de Deus tem a ver com o futuro, mas também com o presente. Essa dimensão escatológica está intimamente ligada com o evento pascal e de certa forma penetra na tradição de Jesus uma forte dose apocalíptica.

Também o anúncio do juízo está voltado para o domínio de Deus. O juízo ou salvação vem de Jesus. Isto somente é compreendido de forma eficaz quando da situação pós-pascal em que Jesus torna-se a testemunha qualificada. O que na pregação de Jesus ainda ficou em

suspensão transforma-se agora em certeza com base na experiência pascal.

Outro elemento importante é o fato de Jesus dirigir-se ao público, ao povo em geral. No entanto, ao caminhar lado a lado com pessoas que lhe eram mais próximas (seus companheiros) mostra que ele queria estar perto das pessoas, que não queria percorrer seu caminho como um grande solitário. Jesus vivia voltado para as pessoas, e, enquanto durou o tempo de sua atuação pública, ele viveu na comunidade dos que chamou para o seguir e que atenderam ao seu chamado. Viveu com seus discípulos, mas não foi levado a uma forma de vida comunitária contemplativa e silenciosa. Pelo contrário, esta pequena comunidade peregrinava com ele de um lugar para outro sem lugar fixo. Com certeza, pode-se afirmar que o centro da atuação de Jesus estava na Galiléia, na região próxima ao Lago de Genezaré e Cafarnaum. Mas ele e seus discípulos renunciaram a ter uma pátria fixa, ou deixaram-na para trás. Os discípulos, as discípulas, como grupo, envolvem o agir de Jesus e participam dele.

É ao povo de Israel que Jesus está ligado de maneira especial. A Igreja universal, Igreja das nações, é a Igreja pós-pascal. A relação de Jesus com Israel, o antigo povo de Deus, que chega ao fim com sua rejeição mas que permanece aberto para um reinício, prepara esta evolução.

Jesus vivo torna-se a Torá. Sua atuação torna-se a plena vivência e cumprimento da Lei. Sua prática é fundada na ética máxima do amor a Deus, e, portanto, ao próximo. Aos vários partidos religiosos existentes na época de Jesus, que protestavam para si a verdadeira vivência da Torá, Jesus mostra que os supostamente deslocados, excluídos, subversivos e recusados são o lugar histórico e palpável da plena realização da lei. Não é à toa que Paulo irá considerar o amor ao próximo como o resumo dos mandamentos (Rm 13,9).

Num quarto momento, o autor dedica especial atenção à autoridade da missão de Jesus e ao processo que o levou à morte.

O acesso à sua autoridade de enviado deve ser abordado sobretudo a partir do ponto crucial de sua atuação, ou seja, a "basiléia" – o Reino. O domínio de Deus é o definitivo, o que permanece, a salvação definitiva que será realizada por Deus e que já começa a

atuar, a nova ordem válida que deve ser estabelecida e a que se opõe à lei do mundo.

Como nos é demonstrado pelo autor, o tema da autoridade da missão de Jesus trouxe e ainda traz dificuldades exegéticas. Provavelmente o predicado de Messias é o que mais se aproxima de sua exigência de enviado, se aí incluímos duas modificações essenciais: primeiro, Jesus caminha para a cruz: ele não salva seu povo através de uma vitória sobre seus inimigos, mas paradoxalmente apresenta-se diante dele como aquele que foi morto. E, em segundo lugar, ele está unido a Deus, a quem chama de Pai, pelo laço de uma filiação única.

Num quinto momento, adentramo-nos na parte mais bem documentada de toda sua biografia, que é precisamente a vida de Jesus e seus conflitos durante as últimas semanas.

Desde o início da atuação de Jesus, segundo o que nos retrata os evangelhos, os conflitos são pontos determinantes. Jesus entra em conflito com diferentes grupos, por último com o poder romano, o que o leva à morte. O processo de Jesus é um tema especial.

Faz-se mister relembrarmos o envolvimento de Jesus com João Batista que foi eliminado por Herodes, que, de certa forma, como nos relata Josefo, poderia mobilizar as massas contra seu poderio. Jesus foi visto nas proximidades do Batista e recebe uma advertência. Possivelmente foram os fariseus que a fizeram pois suas relações com Jesus eram diversificadas e não tão hostis como nos relata o escrito pós-pascal.

Para formarmos um julgamento do conflito, é importante percebermos que na Galiléia os saduceus parecem não haver participado do mesmo. É só em Jerusalém que eles entram em cena. No relato da paixão, e, sobretudo, no relato do processo, são os sumo sacerdotes, os anciãos e os escribas que ocupam o primeiro plano. É fato conhecido que os sumo sacerdotes e os anciãos pertenciam ao partido dos saduceus, ou que eram seus aliados.

Jesus caminha para Jerusalém, segundo os sinóticos, mas estes nos introduzem num relato da comunidade pós-pascal e tinham por finalidade, como já ressaltado, serem lidos no âmbito da fé.

Provavelmente Jesus esteve em Jerusalém em outras ocasiões a ponto de ser conhecido, e o grupo que o acompanhava também trazia consigo as marcas dos conflitos anteriores que se desenvolveram na Galiléia. Talvez o incidente mais notável antes da festa da Páscoa foi o protesto no Templo e, sobretudo, as palavras proferidas por Jesus nesta ocasião sobre a destruição do Templo feito por mãos humanas e a reconstrução em três dias feita por mãos não humanas.

Jesus reúne-se com os discípulos e, possivelmente, discípulas, para a realização do que chamamos a ceia pascal. Não há consenso perante este evento. Interpretações atuais levam-nos a considerar a existência de dois calendários: o solar (fixo) e o lunar (variável). Este último era seguido pelos sumos sacerdotes e fariseus, enquanto que o primeiro era seguido por parcela da população e também pela comunidade de Qumran. No entanto, importa-nos perceber que nos evangelhos fica bastante claro que Jesus quis com esta refeição interpretar simbolicamente sua morte e manteve sua oferta de salvação a Israel. Ele deixa aos discípulos uma refeição onde os homens da aliança com Deus, que foi inaugurada graças à sua morte, podem candidatar-se a participar do reino definitivo de Deus, e na qual ele permanece entre eles sob o símbolo do pão. Com isso Jesus atribui à sua morte uma ação salvífica eficaz, mas que deve ser vista no seu estar voltado para o reino de Deus.

Naquela mesma noite Jesus foi preso. Nos sinóticos é nos apresentado o Sinédrio como aquele que detém a ordem de prisão, mas, segundo João, os romanos já fazem parte dos acontecimentos pois participam da prisão. Perante este fato podemos relacionar os saduceus com os interesses de Roma, já que parte destes constituem o Sinédrio.

Jesus é conduzido ao Grande Tribunal (Sinédrio) e ao Tribunal Romano, presente na pessoa do prefeito da Judéia, Pilatos. A participação de Herodes Antipas no processo é problemática, pois não é mais possível estabelecer coisa alguma historicamente confiável. Sabemos apenas que ele mandou executar João Batista, e podemos admitir que também observasse Jesus com ceticismo.

A "causa mortis" de Jesus, isto é, a acusação que lhe foi feita, deve partir do fato da crucificação. Na Palestina daquele tempo as

crucificações sempre tinham motivação política. A placa com a inscrição "O rei dos Judeus" transmite com credibilidade a causa de sua morte. Ele era acusado de haver pretendido a realeza. Foi preso e condenado como um subversor da ordem, e com pretensões de realizar a libertação de Israel.

Jesus é condenado e sofre a tortura da crucificação. O cadáver foi sepultado ainda na tarde do mesmo dia da execução por José de Arimatéia. Quanto a esta tradição, chamam-nos a atenção as limitadas possibilidades jurídicas desse fato. O direito romano não tinha por costume enterrar os cadáveres de crucificados, mas deixá-los se decomporem ou jogá-los num rio, por exemplo. Porém, na esfera judaica as condições eram diferentes. O sepultamento dos mortos sempre foi algo importante em todo o Israel e executados não constituíam exceção.

Na comunidade pós-pascal a crucificação e morte na cruz são com frequência cada vez maior apresentadas como ocorrências cósmico-salvíficas. No relato evangélico é precisamente o centurião que comandava a execução, justamente ele, que vem a ser o primeiro confessor do crucificado, o primeiro a perceber no rebaixamento a dignidade do Filho de Deus (Mc 15,54).

Por fim, num sexto e último momento (no apêndice), o autor, toca, de passagem, no problema da ressurreição, porque só pretendia tratar da história e mensagem de Jesus.

A presente obra de Joachim Gnllka faz-nos compreender de forma bastante didática e eficaz, tudo quanto se tornou essencial ao se tratar da pesquisa sobre o fato do Jesus histórico.

Algo que nos chama a atenção em particular, é que o autor administra de forma tranqüila e estimulante o desenvolvimento da temática do domínio de Deus, ou seja, o Reino. Juntamente com a exegese, convida-nos a adentrar de maneira plena naquilo que se constitui como essencial ao se tratar da mensagem, do agir e, conseqüentemente, da história de Jesus.

A visão panorâmica, proposta no término de cada temática abordada, auxilia-nos a entender alguns pormenores da forma como a

comunidade pós-pascal compreendia e queria transmitir aos seguidores o fato Jesus de Nazaré.

Realmente, sua forma de tratar o estudo dos temas com sobriedade e objetividade, levando em consideração as pesquisas mais recentes, é a melhor recomendação desta obra, como já bem salientado por Dominiciano Fernandez in: *Ephemerides Mariologiae*, Madri (contra-capá).

Rodrigo Catini Flaibam cursa o 4º ano de Teologia na FTCD da PUC-Campinas.

e-mail: rcflaibam@hotmail.com

MOLTMANN, Jürgen, *Trindade e Reino de Deus: uma contribuição para a teologia*, traduzido do alemão por Ivo Martinazzo, Petrópolis, Vozes, 2000, 224 pp.

Antes de me ater aos pontos principais da reflexão teológica explicitada neste livro *Trindade e Reino de Deus: uma contribuição para a teologia*, é importante apontarmos para alguns dados acerca do seu autor Jürgen Moltmann. Este nasceu em 1926 em Hamburgo. É membro da Igreja Evangélica da Reforma. Realizou seus estudos na Universidade de Göttingen, doutorando-se em Teologia. Foi professor na Escola Superior da Igreja de Wuppertal e professor de teologia sistemática na Universidade de Bonn. Atualmente é professor de teologia sistemática na Universidade de Tübingen, sendo também presidente da Sociedade de Teologia Evangélica.

Isso posto, procurarei levantar alguns elementos mais significativos presentes ao longo dos seis capítulos nos quais o livro se configura. Cap. I – A teologia trinitária hoje; Cap. II – A paixão de Deus; Cap. III – A história do Filho; Cap. IV – O mundo da Trindade; Cap. V – O mistério da Trindade e Cap. VI – O reino da Liberdade.

O autor nos apresenta a preocupação em não produzir, na sua reflexão proposta, um sistema teológico de idéias concatenadas e, se assim posso me expressar, condicionantes. Procurará apontar, com uma determinada seqüência sistemática, alguns dos principais conceitos e doutrinas teológicas cristãs, a modo de uma “contribuição” para o conjunto da teologia. Logo de início, percebemos seus propósitos de abertura, de diálogo no fazer teológico (teologia aberta), bem como um posicionamento que supera quaisquer amarras seja de lugar social, seja de gênero (um enfoque que quer superar o eurocentrismo e o androcentrismo). Isso nos ajudará a remodelar nossa teologia trinitária e decorrente disso, nossas relações sociais, a vida real. Toda a sua obra caminhará tendo em vista uma compreensão social da teologia trinitária.

Vejamos o seu percurso. O **primeiro capítulo** nos oferece oportunidade de desfazer objeções explícitas e resistências tácitas, por um lado, e por outro abrir caminhos de acesso para a compreensão do Deus uno e trino. É preciso perceber que urge uma volta ao pensamento trinitário pelo caminho da experiência e pelo caminho da práxis; também com um trabalho de conhecimento que seja não pragmático como propõe o mundo moderno, mas fundado na comunhão, participação, inter-relação.

Traçando um panorama de três concepções de Deus que se desenvolveram na história ocidental, mostra-nos como a tradição ocidental ateuve-se por primeiro à unidade de Deus e somente depois colocou a questão da Trindade. A preocupação será a de elaborar uma doutrina histórica da Trindade, apontando para a unicidade da mesma, o que possibilitará uma doutrina trinitária social. Em outras palavras, a história é o ponto de partida para a compreensão do Deus uno e trino, e não meras abstrações intelectuais.

No **segundo capítulo**, intitulado "a paixão de Deus", temos o desenvolvimento da doutrina da teopatia a partir de tradições teológicas que enfatizam a paixão de Deus: a doutrina rabínica e cabalística da Shekinah, a teologia anglicana do sacrifício do "eterno amor", uma mística espanhola da "dor de Deus" e uma filosofia religiosa russo-ortodoxa da "tragédia divina".

O autor procura explicitar uma teologia da paixão divina, a partir de uma base, a Teodicéia. Trata-se de perceber a situação de sofrimento e de dor como desencadeadora da pergunta do homem sobre Deus. No sofrimento divino encontramos também a liberdade divina; trata-se da amizade que o Deus uno e trino oferece aos homens. Nisso compreendemos o amor que está na base da compreensão de Deus.

Na seqüência da obra, nos é proposta uma reflexão acerca da "história do Filho" – **capítulo terceiro** – buscando entendê-lo como homem, como modelo para o comportamento ético pessoal. Trata-se de uma volta para a realidade prática e histórica de Jesus o que nos abre à compreensão da Trindade. Nesse sentido, não podemos deixar de perceber o fundamento bíblico da doutrina trinitária.

O “mergulho” nos pontos altos da história de Jesus se faz a partir dos passos nos quais somos capazes de perceber claramente a forma da Trindade. Todas as passagens são explicadas sob o prisma do seu aspecto histórico e teológico.

Desembocamos, então, na percepção da Trindade aberta, com a percepção de que no testemunho histórico e escatológico do Novo Testamento não encontramos apenas uma única forma da Trindade, mas sim uma interação trinitária de Pai, Filho e Espírito, em modelos alternativos.

A unidade de Deus, neste ponto, é indicada como a união de Pai, Filho e Espírito Santo, o que não significa uma unidade numérica; é unidade expressa na comunidade trinitária e não na identidade de um único sujeito.

Até este ponto, o autor procurou auxiliar-nos no conhecimento de Trindade a partir da história de Jesus, o Filho. O passo dado no **quarto capítulo**, será a tentativa de perceber o Filho nos horizontes abrangentes da história de Deus uno e trino em sua relação com o mundo. Parte-se então de uma cristologia aberta, procurando perceber em cada uma das pessoas divinas, no caso em Jesus, a presença das outras duas, o Pai e o Espírito Santo. Assim, parte-se do Filho, perguntando por suas conseqüências para a fé do mundo criado e para a esperança na sua transfiguração (obras da Trindade em sua relação de reciprocidade).

O **quinto capítulo**, chamado “o mistério da Trindade”, bastante denso, inicia-se com uma crítica do monoteísmo cristão, procurando perceber a ligação entre a noção de monoteísmo e seu desdobramento como monarquia.

Para isso, é importante uma análise das heresias, notadamente o arianismo (subordinacionismo) e o sabelianismo (modalismo) na compreensão de um cristianismo monoteísta. O autor ainda expõe elementos do pensamento de Karl Barth (“monarquia trinitária”), bem como a noção de “comunicação” de Karl Rahner para percebermos a grande semelhança entre ambos no que se refere a uma noção trinitária ainda profundamente marcada por um monoteísmo cristão.

Tudo isso nos leva a uma teologia trinitária que concebe a unidade como comunhão unificadora das três pessoas divinas nos

seus relacionamentos recíprocos. O conceito de Pericorese aqui é fundamental para a compreensão da Trindade.

O **sexto capítulo**, intitulado "o reino da liberdade", traz o desfecho conclusivo da obra, acenando para a elaboração de uma doutrina trinitária que supere o monoteísmo trinitário e nos faça compreender o Deus uno e trino em consonância com a realidade social, com a noção de reino proporcionador da liberdade. Uma doutrina trinitária restrita a um monoteísmo, constitui-se como sistema teológico fechado e legitima a realidade de dependência e opressão; legitima o monarquismo.

Da mesma forma, percebemos que, a partir de tais concepções, no interior da própria Igreja vemos consolidar-se um monoteísmo clerical, ou seja uma doutrina e uma prática do episcopado monárquico que evolui para a doutrina da soberania papal.

Dessa maneira, a proposta do autor se expressa de modo claro: a substituição do monoteísmo político e do monoteísmo clerical suscitam a busca de uma doutrina positiva e teológica da liberdade.

Percebo, através desta leitura, a necessidade que temos de reformular nossas concepções trinitárias, as doutrinas teológicas que passivamente assimilamos, tendo em vista uma transformação do relacionamento humano numa prática de fé mais conforme o sentido da trindade em si mesma. Essa trindade imanente, compreendida em outros parâmetros, notadamente a noção de pericorese, suscitará posicionamentos, posturas de uma prática mais libertadora da vida.

A obra é bastante oportuna para o estudo da Trindade, pois que nos põe em contato com novas concepções, posturas que fogem apenas do âmbito cristão católico e nos faz perceber que é possível construir uma teologia aberta, dialógica, integradora, sem posturas excludentes. A reflexão do autor revela-se, desse modo, bastante oportuna para o nosso contexto latino-americano.

Rodrigo Catini Flaibam cursa o 4º ano de Teologia na FTIC da PUC-Campinas.

e-mail: rcflaibam@hotmail.com

BARREIRO, Álvaro, *Igreja, Povo Santo e Pecador: estudo sobre a dimensão eclesial da fé cristã, a santidade e o pecado na Igreja, a crítica e a fidelidade à Igreja*, Loyola, 2001², 228 pp.

Álvaro Barreiro é padre jesuíta, doutor em Eclesiologia pela Universidade Gregoriana de Roma, por longos anos professor na Faculdade de Teologia do Centro de Estudos Superiores da Companhia de Jesus, Belo Horizonte – MG.

Sua obra, *Igreja, Povo Santo e Pecador*, está estruturada didaticamente em três partes, mais introdução e anexos, com um único objetivo: o de mostrar que a fé cristã ou é eclesial, isto é comunitária, ou não é cristã.

O mérito do autor está em sua fundamentação na realidade eclesial atual, articulada com documentos da Igreja, com obras de teólogos renomados como por exemplo, Y. Congar, K. Rahner, entre outros, além de textos da Sagrada Escritura.

O autor parte de questionamentos radicais feitos hoje à Igreja. Estes, por sua vez, levam-nos a questionar sobre a própria identidade e a própria razão de ser da Igreja.

Por outro lado, Pe. Álvaro Barreiro tenta dar uma resposta fundamental às dificuldades encontradas pelos cristãos atualmente, para aceitar e viver a dimensão eclesial da fé, mostrando assim, como a fé é e sempre foi comunitária, e como foram elaborados os primeiros símbolos da fé que é matriz e horizonte dos cristãos.

Por fim, o autor conclui sua magnífica obra demonstrando como, na vida da Igreja, desde os tempos apostólicos, estão presentes graça e pecado. Indica também as razões teológicas acerca da fidelidade à Igreja.

Seguindo o esquema do livro, procuramos, de maneira sintética, dar conta daquelas idéias desenvolvidas pelo autor em cada parte, nesta sua belíssima obra.

BARREIRO, Álvaro, *Igreja, Povo Santo e Pecador: estudo sobre a dimensão eclesial da fé cristã, a santidade e o pecado na Igreja, a crítica e a fidelidade à Igreja*, Loyola, 2001², 228 pp.

Álvaro Barreiro é padre jesuíta, doutor em Eclesiologia pela Universidade Gregoriana de Roma, por longos anos professor na Faculdade de Teologia do Centro de Estudos Superiores da Companhia de Jesus, Belo Horizonte – MG.

Sua obra, *Igreja, Povo Santo e Pecador*, está estruturada didaticamente em três partes, mais introdução e anexos, com um único objetivo: o de mostrar que a fé cristã ou é eclesial, isto é comunitária, ou não é cristã.

O mérito do autor está em sua fundamentação na realidade eclesial atual, articulada com documentos da Igreja, com obras de teólogos renomados como por exemplo, Y. Congar, K. Rahner, entre outros, além de textos da Sagrada Escritura.

O autor parte de questionamentos radicais feitos hoje à Igreja. Estes, por sua vez, levam-nos a questionar sobre a própria identidade e a própria razão de ser da Igreja.

Por outro lado, Pe. Álvaro Barreiro tenta dar uma resposta fundamental às dificuldades encontradas pelos cristãos atualmente, para aceitar e viver a dimensão eclesial da fé, mostrando assim, como a fé é e sempre foi comunitária, e como foram elaborados os primeiros símbolos da fé que é matriz e horizonte dos cristãos.

Por fim, o autor conclui sua magnífica obra demonstrando como, na vida da Igreja, desde os tempos apostólicos, estão presentes graça e pecado. Indica também as razões teológicas acerca da fidelidade à Igreja.

Seguindo o esquema do livro, procuramos, de maneira sintética, dar conta daquelas idéias desenvolvidas pelo autor em cada parte, nesta sua belíssima obra.

Primeira Parte: A Igreja em questão

Nesta primeira parte, o autor, apresentando alguns questionamentos feitos à Igreja, não quer apresentá-los em relação aos pontos particulares de sua doutrina, ou de sua prática, mas sim, no que diz respeito à sua própria existência como Igreja. Após mostrar estes questionamentos o autor dá algumas pistas de como Cristo e a Igreja são inseparáveis e, portanto, como a dimensão eclesial é constitutiva da fé cristã.

Estes questionamentos têm por base vários fatores como, a fé que passa para o âmbito privado (fé individualista e intimista); também a modernidade que contribui para uma “desafeição eclesial”; o fator de que muitos acreditam em Deus, muitos ainda acreditam em Jesus Cristo, mas nem tantos acreditam na Igreja. Por esta razão, a Igreja é vista mais como obstáculo do que como ajuda no caminho para a fé em Jesus Cristo. Os que pensam assim, vivem longe da dimensão eclesial da fé.

Por outro lado a Igreja sem Jesus Cristo não seria uma Igreja do NT. O acesso a Jesus Cristo, o encontro pessoal com Ele e a fé nele, só são possíveis através da Igreja. Esta verdade é desprezada pelos herdeiros do Iluminismo, e hoje pela fragmentação e descrédito das religiões institucionalizadas.

Todavia, sem esta Igreja, comunidade litúrgica, que celebra na ação de graças o memorial da vida, da morte e da ressurreição de Jesus, as palavras e os gestos de Jesus, sua pessoa e sua missão, sua memória, enfim, se diluiriam num passado cada vez mais longínquo e Jesus Cristo deixaria de ser uma figura viva, atual.

Diante disto, o autor apresenta o fato de Jesus Cristo e a Igreja serem inseparáveis mas serem, ao mesmo tempo, distintos. A Igreja deve recordar a ação de Jesus e deve sempre se colocar como seguidora, discípula de Jesus. Assim, a Igreja não tem sentido a não ser em referência a Jesus Cristo e a seu Evangelho. É a partir da fé em Jesus que a Igreja poderá encontrar sua razão de ser, e prestar seu serviço específico ao homem contemporâneo, sem perder a identidade nem a sua relevância.

Segunda Parte: A Igreja como matriz e horizonte da Fé

Partindo da idéia de que a fé cristã é uma experiência pessoal de encontro com Deus e de acolhida do dom de Deus, o autor afirma que este dom nunca poderá ser reduzido a uma experiência individualista, pois a fé não só é recebida através da Igreja como também ela é transmitida, professada e aprofundada na comunidade eclesial.

Uma fé não eclesial não é fé cristã. Acolhido pessoalmente no seio da comunidade cristã, o dom da fé é recebido para a própria salvação e para ser transmitido aos outros no espaço e no tempo, porque uma fé que não é transmitida morre.

Por esta razão, tanto para o Antigo como para o Novo Testamento uma fé não eclesial é uma contradição nos próprios termos. Para o homem da época moderna, porém, a dimensão eclesial, constitutiva da fé cristã, apresenta uma dificuldade a um tempo prática e teórica. Com efeito, é difícil para o homem de hoje aceitar verdades definidas como obrigatórias para pertencer à Igreja (*regula fidei*) e, mais particularmente, acolher a autoridade do Magistério eclesiástico, porque esta aceitação, pelo menos num primeiro momento, é sentida por ele como um atentado à autonomia de sua razão, de sua liberdade e de sua ação.

Justamente porque em nossos dias a dimensão eclesial da fé constitui com freqüência um problema para os cristãos, o autor vai aprofundando estas questões referindo-se à dimensão eclesial da fé, e analisa nesta parte o sentido e o conteúdo da expressão "a fé da Igreja", isto é, expressão que significa a subjetividade eclesial da fé. Isto quer dizer a fé como uma realidade viva na Igreja que crê, e também levanta a questão sobre "a fé na Igreja", manifestando que a Igreja, de alguma maneira, é objeto de fé, e também é nela que encontramos o lugar comunitário no qual se realiza o ato da fé pessoal. Nesta ótica a fé na Igreja, segundo o autor, é vista como matriz, como húmus e o habitat onde nasce, cresce e dá frutos a fé dos cristãos.

Terceira Parte: Crítica e fidelidade à Igreja

O autor inicia esta terceira parte falando sobre a Santidade, palavra hebraica que significa cortar, separar. No AT quem santifica é Deus, torna santo os lugares, templos, objetos e sobretudo as pessoas. No NT Deus também santifica, mas agora revelando-se como Trindade através de Jesus Cristo e do Espírito Santo.

A Igreja é também, por outro lado, chamada de casta meretriz em referência aos fiéis que não mostram amor nem obras na sua vida cristã. É também casta meretriz quando é infiel, e seus filhos se prostituem, isto é, quando pecam. A Igreja é ao mesmo tempo fiel e infiel, Santa e pecadora, em todos os lugares e em todos os tempos. Por isso ela tem que ser purificada pelo seu Senhor durante toda a sua peregrinação.

A Igreja é Santa enquanto é *Ecclesia*, isto é, convocação de Deus. Porém, nem todos co-respondem com a mesma fidelidade ao chamado de Deus. A graça é oferecida a todos, mas nem todos acolhem-na igualmente.

A Igreja por outro lado, é pecadora na medida que:

- Tem pecadores, mas não é pecadora na sua totalidade (porque continuamente santificada por Aquele que a habita)
- No decorrer da história através do pecado pessoal de seus membros, se manifestam ambições, abusos de poder, orgulho, cobiça etc
- Na sua estrutura histórica e nos seus membros, a Igreja é pecadora. Na sua existência histórica a Igreja tem sua beleza desfigurada pelas infidelidades e pecados.

É com base nisto que o autor afirma ser necessário retomar a fidelidade à Igreja e, isto só será possível na medida, diz ele, em que nossa relação com a Igreja for a mesma relação da Igreja com Cristo: uma relação de Amor. Nessa relação Cristo é primeiro, é ele que toma a iniciativa. Assim, a Igreja estará sempre diante de Cristo como esposa, desde sempre escolhida, purificada e santificada, embelezada e glorificada por ele. É este amor à Igreja que vai levar ao profetismo

intra-eclesial capaz de criticar na caridade chamando à conversão, o contrário de um profetismo sem amor que leva à divisão e à separação.

Enquanto a entrega de Cristo à Igreja é absolutamente fiel e definitiva, irreversível e indestrutível, a entrega da Igreja a Cristo é uma entrega vivida na fragilidade, submetida sempre a tentação da infidelidade, e que necessita purificar-se sempre de novo.

Síntese conclusiva

A modo de conclusão desta obra, o autor apresenta 7 razões do amor e da fidelidade à Igreja. Estas 7 razões são talvez uma tentativa de esperança, de resposta, a uma crítica ou a um questionamento vindo de fora, ou uma dúvida ou desconforto pessoal vindo de dentro. Assim, apresenta Pe. Álvaro Barreiro:

Fidelidade de Deus: Devemos permanecer fiéis à Igreja por causa da fidelidade do Senhor à sua Igreja.

Igreja da qual recebemos o credo: Cremos na Igreja, aderimos à Igreja, amamos a Igreja porque ela continua sendo o lugar da Tradição. Ela nos entrega o símbolo dos apóstolos, o conteúdo da fé apostólica. Ao acolhê-los somos inseridos na comunidade dos fiéis.

A Igreja Mãe: A Igreja é matriz, a placenta vital onde é gerada, nasce, cresce e se torna fecunda nossa fé cristã. Podemos e devemos amar a Igreja, crer e confiar na Igreja, porque ela é nossa mãe.

A Igreja comunhão dos santos: A maternidade santa e fecunda da Igreja mãe gera sempre novos santos. Através da vida de fé, de esperança e de caridade de seus filhos, traduzida nas mais variadas formas de serviço e carisma, a Igreja santifica também o mundo.

A Igreja dos pecadores: A presença do pecado na Igreja não é, porém, motivo para abalar nossa fidelidade eclesial. Pois a Igreja é e sempre será, apesar de todas as infidelidades, o lugar da graça de Deus. Ela é sempre portadora da graça vitoriosa de Deus.

Igreja criticada e desprezada: Assim como ontem, também hoje, em nossos dias, das formas mais diversas e nos contextos mais variados, o ministério apostólico é desprezado e humilhado, por isso,

uma Igreja que deixasse de ser desprezada e humilhada não seria mais a Igreja de Jesus Cristo.

A Igreja depositária e servidora do Evangelho: Nossa fidelidade e nosso amor à Igreja estão fundamentados no fato de ser ela depositária, anunciadora e servidora do Jesus dos Evangelhos, que ela conserva e transmite para cada cristão e para toda a humanidade.

Enfim, a obra é um livro compacto, que deve ser lido e refletido na sua totalidade para se poder captar a profundidade da reflexão teológica (eclesiológica) que apresenta. É uma obra que poderíamos chamar de "Eclesiologia fundamental" e que pela sua boa aceitação já está na segunda edição.

Alexander Luiz Dezotti cursa o 4º ano de Teologia na FTCD da PUC-Campinas.

CADERNOS DE TEOLOGIA
Revista Semestral da
Faculdade de Teologia e Ciências Religiosas
da Pontifícia Universidade Católica de
Campinas - PUC-Campinas

Diretor Responsável:

Paulo Sérgio Lopes Gonçalves

Redator:

Airton José da Silva

Conselho Editorial:

Airton José da Silva

Elisiário Cesar Cabral

Paulo Sérgio Lopes Gonçalves

Tiragem: 500 exemplares

Periodicidade: Semestral (Maio e Setembro)

Direitos e Permissão de publicação:

As matérias assinadas são de total e exclusiva responsabilidade dos autores. São reservados todos os direitos a FTCR - PUC-Campinas. A reprodução de qualquer matéria é permitida, desde que citada a fonte.

E-mail: ftcr@puc-campinas.edu.br

Editoração: Beccari Propaganda e Marketing

Rua Pedro Alvarez Cabral, 183 - Campinas - S.P.

Fone Fax (19) 3255-6311

E-mail: beccaripropag@uol.com.br

Impresso por: GRÁFICA E EDITORA TECLA TIPO LTDA

Fone: (19) 3216-5566 - E-mail: gggt@teclatipo.com.br

